



Denise Bernardi

**SER PAI NA CONTEMPORANEIDADE:
concepções masculinas**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro
Março de 2021



Denise Bernardi

**SER PAI NA CONTEMPORANEIDADE:
concepções masculinas**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Andrea Seixas Magalhães

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Adriana Wagner

Departamento de Psicologia - UFRGS

Prof. Cesar Augusto Picinini

Departamento de Psicologia - UFRGS

Profa. Isabel Cristina Gomes

Departamento de Psicologia - USP

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Denise Bernardi

Psicóloga, especialista em Psicologia Clínica pela PUC-PR e em Psicoterapia de Família e Casal pela PUC-Rio. Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Atua na área de família com interesse nos seguintes temas: infância, parentalidade, conjugalidade, psicoterapia de família e psicoterapia de casal.

Ficha Catalográfica

Bernardi, Denise

Ser pai na contemporaneidade: concepções masculinas / Denise Bernardi ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2021.

124 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2021.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Paternidade. 3. Filhos. 4. Nascimento. I. Féres-Carneiro, Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

À minha querida orientadora Terezinha Féres-Carneiro, que me proporcionou um aprendizado imensurável ao longo do meu percurso acadêmico. Agradeço por compartilhar o seu amplo conhecimento sempre de forma tão generosa.

Aos professores Andrea Seixas Magalhães e Cesar Augusto Picinini pelas valiosas contribuições oferecidas na Banca de Qualificação.

À Renata Mello pela atenção dispensada aos resultados do estudo e pelas contribuições teóricas durante a construção do trabalho.

À toda equipe de pesquisa de Família e Casal da PUC-Rio e ao grupo de orientação, pela parceria e apoio.

À PUC-Rio, pelas experiências que proporcionou, em todos os âmbitos da minha vida, nestes oito anos de percurso durante a Especialização o Mestrado e o Doutorado.

À minha família, pelo amor incondicional tão importante para que eu pudesse atingir meus objetivos.

Ao Jonatan que nos momentos difíceis me ajudou a acreditar que concluiria com êxito essa desafiadora, mas gratificante etapa da minha vida.

Aos participantes desta pesquisa, por compartilharem comigo suas experiências.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Bernardi, Denise; Féres-Carneiro, Terezinha. **Ser pai na contemporaneidade: concepções masculinas**. Rio de Janeiro, 2021. 124p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese teve como objetivo investigar transformações no exercício da paternidade, sob a perspectiva do pai. Realizou-se uma pesquisa qualitativa na qual foram entrevistados 15 pais primíparos. Os resultados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo na sua vertente categorial. Da avaliação do material, emergiram cinco categorias de análise: *concepção de paternidade, participação masculina na gestação e parto, práticas de cuidado paternas, transição para a parentalidade, e pós-parto e licença-paternidade*. Para fins de apresentação do desenvolvimento da investigação, a tese foi desdobrada em cinco artigos. No primeiro investigou-se a concepção de paternidade no período gestacional e nos primeiros meses de vida do bebê para pais. Os resultados revelaram que as experiências vivenciadas pelo homem na família de origem influenciam a concepção de paternidade, em especial a relação estabelecida com o próprio pai ganha destaque neste processo. No segundo, estudou-se a participação do pai durante a gestação, parto e pós-parto, e verificou-se que, na atualidade, o pai se mostra mais presente no contexto clínico gestacional. Sua presença nestes ambientes tem sido reconhecida como benéfica para a tríade mãe-pai-filho. No terceiro artigo, investigaram-se as práticas de cuidado realizadas pelo pai no primeiro ano de vida do bebê, sob a ótica masculina, e observou-se que antigas concepções de que a mãe é a principal responsável pelos filhos ainda permanecem. No quarto, analisaram-se desafios vivenciados pelo pai na transição para parentalidade após o nascimento e nos primeiros meses de vida do filho. Os resultados sugeriram que diante da aquisição do papel parental, muitas vezes, projetos pessoais precisam ser deixados de lado, aspecto que pode gerar um declínio na satisfação conjugal. Por fim, no quinto artigo, investigou-se a percepção de pais sobre a ampliação da licença-paternidade no Brasil. Os dados revelaram que a atual licença-paternidade, à qual a maioria dos pais brasileiros tem direito, não supre as necessidades da família no pós-parto.

De modo mais amplo, concluiu-se que a identidade paterna está em transição, haja vista que o papel tradicional do homem como provedor e mais voltado para a provisão e segurança do lar, na atualidade, se mescla com a de um pai mais participativo e engajado no cuidado dos filhos.

Palavras-chave

Paternidade; nascimento; filho.

Abstract

Bernardi, Denise; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Being a father in contemporaneity: masculine conceptions**. Rio de Janeiro, 2021. 124p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis aimed to investigate transformations in the exercise of paternity, from the perspective of the father. A qualitative research was carried out in which 15 primiparous parents were interviewed. The results were analyzed according to the content analysis method in its categorical aspect. From the material evaluation, five categories of analysis emerged: conception of paternity, male participation in pregnancy and childbirth, paternal care practices, transition to parenting, and postpartum and paternity leave. For the purpose of presenting the development of the investigation, the thesis was divided into five articles. In the first, the conception of paternity in the gestational period and in the first months of the baby's life for parents was investigated. The results revealed that the experiences lived by the man in the family of origin influence the conception of fatherhood, especially the relationship established with the father himself is highlighted in this process. In the second, the father's participation during pregnancy, childbirth and postpartum was studied, and it was found that, at present, the father is more present in the clinical gestational context. Its presence in these environments has been recognized as beneficial for the mother-father-son triad. In the third article, the care practices carried out by the father in the baby's first year of life were investigated, from a male perspective, and it was observed that old conceptions that the mother is the main responsible for the children still remain. In the fourth, we analyzed the challenges experienced by the father in the transition to parenting after birth and in the first months of his son's life. The results suggested that in view of the acquisition of the parental role, personal projects often need to be set aside, an aspect that can generate a decline in marital satisfaction. Finally, in the fifth article, the perception of parents about the expansion of paternity leave in Brazil was investigated. The data revealed that the current paternity leave, to which most Brazilian parents are entitled, does not meet the needs of the family in the postpartum period. More broadly, it was concluded

that the paternal identity is in transition, given that the traditional role of man as provider and more focused on the provision and security of the home, nowadays, merges with that of a more participative and engaged father in care of children.

Keywords

Paternity; birth; son.

Sumário

Introdução	10
1. Concepção de paternidade: um estudo sobre a perspectiva do pai	16
1.1 - Método	18
1.2 - Análise e discussão dos resultados	20
1.3 - Considerações finais	30
2. Participação paterna no pré-natal, parto e pós-parto: a percepção de pais	32
2.1- Método	36
2.2 - Análise e discussão dos resultados	38
2.3 - Considerações finais	46
3. Práticas de cuidado e relações de gênero: o pai em questão	48
3.1 - Método	50
3.2 - Análise e discussão dos resultados	52
3.3 - Considerações finais	62
4. Transição para a parentalidade: desafios sob a ótica do pai	64
4.1- Método	67
4.2 - Análise e discussão dos resultados	68
4.3 - Considerações finais	78
5. Ampliação da licença-paternidade: o que pensam os pais?	80
5.1 - Método	84
5.2 - Análise e discussão dos resultados	85
5.3 - Considerações finais	95
Conclusão	98
Referências bibliográficas	102
Anexos	123

Introdução

A concepção de parentalidade e o modo como se define o conceito de família se modificaram ao longo dos anos, principalmente quando se analisam transformações nos papéis do homem e da mulher na sociedade (Weissmann, 2017; Iaconelli, 2020). Mudanças de ordem econômica e social pelas quais a família passou, e vem passando, contribuíram para acelerar a difusão de novos padrões parentais observados na contemporaneidade (Zani & Mansano, 2017). Essas mudanças vêm implicando, cada vez mais, no interesse e investimento de pesquisadores nacionais e internacionais, de diversas áreas, em compreender como a família vem se comportando, e como é impactada, diante das transformações nos papéis parentais na atualidade.

Com indagações similares, e com o propósito de contribuir cientificamente, tanto ao âmbito da psicologia clínica individual e de famílias, quanto ao âmbito social, as mesmas questões motivaram a investigação que será apresentada nesta Tese de Doutorado. Acredita-se que este estudo, ao se propor a investigar os desafios enfrentados pelo homem ao exercer a paternidade, pode preencher lacunas e fornecer, deste modo, subsídios para a reflexão acerca das atuais políticas públicas relacionadas aos direitos da família.

Um longo caminho foi percorrido pela família até chegarmos ao cenário de transformação acima referido. Até o século XIX, nas sociedades ocidentais, os papéis socioculturais do homem e da mulher eram claramente definidos (Samara, 2004). O homem pertencia à esfera pública e desempenhava de forma predominante o papel de provedor financeiro da família, já a mulher pertencia à esfera privada e se ocupava da rotina do lar e do cuidado dos filhos. Nessa dicotomia entre o público e privado se fortaleceu a divisão: homem provedor, mulher cuidadora, que durante muitos anos foi predominante. A partir da metade do século XX, com as transformações no cenário socioeconômico, a força do movimento feminista e a inserção da mulher no mercado de trabalho, novas configurações sociais foram surgindo, fragilizando de modo conjunto a dicotomia entre público e privado e o modelo de homem e mulher na sociedade (Sousa & Guedes, 2016).

Durante um longo período da história, os homens, concentrados no provimento financeiro da família, mantiveram-se afastados do universo infantil. Para Padila (2001), a ideia de um pai fisicamente distante, que acompanhou o homem historicamente, tinha como pano de fundo a crença de que o pai não deveria expressar emoções em relação aos filhos para assim transmitir-lhes autoridade. Expressões de afeto, carícia e ternura competiam exclusivamente à mãe, que por sua vez era considerada a figura mais importante para o bem-estar da criança (Bustamante, 2019). O lugar do pai como figura importante para o desenvolvimento dos filhos, desse modo, ao longo da história não apareceu destacado na literatura como aconteceu com a figura da mãe.

O afastamento da figura masculina como fonte de cuidado pode ter levado ao longo dos anos as teorias psicológicas a se dedicarem a estudar, com maior ênfase, a interação da mãe com seu filho. Para Borsa e Nunes (2011), a psicologia fomentou, ao longo do tempo, a ênfase na relação mãe-bebê como primordial nos estudos de desenvolvimento da criança. As mesmas autoras ressaltam que, dentre as diversas correntes teóricas, a produção psicanalítica contribuiu de maneira significativa para ênfase da mãe como personagem determinante na vida psíquica da criança. Embora a literatura científica sobre o desenvolvimento emocional infantil e a importância do pai neste cenário tenham aumentado, pode-se considerar que são recentes os trabalhos, no campo da Psicologia, que se propõem a analisar a díade pai-filho (Scaglia, Mishima-Gomes & Barbieri, 2018).

Neste viés, durante muito tempo, possivelmente fortalecida pela ideia de que a mulher era a responsável primária pelo cuidado dos filhos, a importância do pai no desenvolvimento infantil fora pouco sistematicamente investigado (Alvarenga, Gomes, Freitas & Silva, 2016; Scaglia, Mishima-Gomes & Barbieri, 2018). Os pesquisadores estudavam, em especial, a relação das mães e seus filhos, supostamente em decorrência dos fatores biológicos, tendo em vista que é a mulher que experiencia a gravidez, o parto e o aleitamento (Lamb, 2010).

Neste sentido, até as décadas de 1960 e 1970 os estudos sobre o desenvolvimento infantil geralmente não incluíam o pai, responsabilizando a mãe pelo sucesso ou fracasso no desenvolvimento dos filhos (Rodrigues & Trindade, 1999). Lamb e Tamis-Lemonda (2004) também ressaltam esse aspecto, indicando que, em decorrência das conceituações acerca do papel do pai, muitas vezes restritivo ao lugar de provedor, muitos teóricos não investigavam a relação pai-

filho. Segundo os mesmos autores, foi no final de 1970 que uma preocupação com um pai mais carinhoso e ativo na vida das crianças surgiu. Nessa época, a figura paterna não era destacada como importante para o bem-estar emocional da família. Acreditava-se que uma mãe competente era o principal aspecto para o sucesso no desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança (Laqueur, 1992; Rodrigues & Trindade, 1999; Scaglia, Mishima-Gomes & Barbieri, 2018).

Muzio (1998) distingue três diferentes momentos em relação às referências relacionadas à figura paterna e sua importância na literatura. Num primeiro momento, no início do século XX, pouco se teorizava sobre o pai em decorrência da consagrada crença de que somente a figura materna era decisiva para o desenvolvimento infantil. Num segundo momento, entre as décadas de 1960 e 1980, a importância do pai passou a ser ressaltada, porém, vinculada aos efeitos nocivos de sua ausência ou às falhas no desempenho do seu papel. Num terceiro cenário de análise, a literatura científica começa a expor um novo debate sobre a reorganização dos papéis da mãe e do pai, destacando os benefícios da presença paterna desde o nascimento do bebê.

Cabe ressaltar que a pouca valorização da figura paterna, durante muitos anos, pode ser resultado da escassez de dados referentes ao modo como a paternidade foi exercida ao longo da história. Como indica Laqueur (1992):

Incomoda-me que careçamos de uma história da paternidade, silêncio que interpreto como signo de uma patologia mais sistêmica de nosso conhecimento acerca do que implica ser um homem e ser um pai. Desafortunadamente não houve um movimento comparável ao feminismo que estimulasse o estudo acerca do homem e seu lugar de pai na sociedade (p.25).

Neste sentido, parece que ao longo da história o foco dos estudos foi o grupo social mais amplo ou familiar, e não específico em relação à paternidade (Laqueur, 1992; Ramires, 1997). Foi somente a partir dos anos de 1980 que a paternidade passou a ser estudada com maior consistência (e.g. Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002). A pesquisa realizada por Levandowski (2001) também salienta a escassez de estudos acerca da paternidade ao longo da história. Na revisão da literatura realizada por esta autora entre 1990 e 1999, a mesma observou que a incidência de estudos sobre a maternidade era aproximadamente três vezes maior do que sobre a paternidade. Com o passar dos anos esse cenário

se modificou. A análise da produção de artigos empíricos envolvendo o tema paternidade, publicados entre 2000 e 2012 em revistas brasileiras, evidenciou um aumento expressivo no número de artigos sobre a temática (Vieira, Bossardi, Gomes, Bolze, Crepaldi & Piccinini, 2014; Prado & Abrão, 2014).

Na contemporaneidade, o reconhecimento do pai como importante para o desenvolvimento saudável dos filhos gerou um aumento, em nível global, de discussões acerca da paternidade (Nascimento, Marcelino, Vieira & Lemos, 2019; Cabrera, 2019). Atualmente, o papel do pai abarca atitudes de maior envolvimento e contato afetivo com os filhos. Reflexões acerca de uma “nova paternidade” e da figura do “pai cuidador” se mostram presente em inúmeras pesquisas científicas (Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017a; Cherer, Sonogo, Piccinini & Lopes, 2018; Bustamante, 2019).

A decadência patriarcal abriu espaço para novas formas de masculinidade por meio das quais afeto, carinho e cuidado, advindos por parte do pai, mostraram-se importantes para o bom desenvolvimento dos filhos (Lima, Serôdio & Cruz, 2008; Jader & Dias, 2014). Na atualidade, com a ascensão cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho (Reis, Dias, Oliveira, Costa, Cremonezi & Spers, 2018), o pai não é mais referenciado como a única figura que provê financeiramente a família, sua presença combina responsabilidade física, emocional, econômica e social (Trage & Donelli, 2020).

Diante do exposto, observa-se que a concepção de paternidade vem sendo ressignificada. Estudos atuais consideram que o homem atravessa caminhos psíquicos similares ao da mulher ao tornar-se pai (Fiterman & Moreira, 2018; Santos & Antúnez, 2018). Assim como para mãe, a chegada do filho reaviva no homem imagens boas e más vividas no seio familiar e na relação com o próprio pai, exigindo dele uma série de investimentos emocionais para identificar-se com o bebê. As experiências concretas com o filho estão embebidas nas histórias e nos padrões familiares (Castoldi, Gonçalves & Lopes, 2014). A construção da paternidade estrutura-se, desse modo, tendo como modelo de referência os próprios pais e suas experiências na família de origem (Gabriel & Dias, 2011; Menezes, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2019).

Um aspecto importante quando se analisa a paternidade refere-se ao nascimento do filho. Nesta perspectiva, o parto consiste na primeira grande separação mãe-bebê, sendo o primeiro momento em que os pais entram em

contato com a concretude do filho (Fiterman & Moreira, 2018; Cavalcanti & Holanda, 2019). As experiências da gestação e do parto estiveram, ao longo da história, em sua totalidade, associadas ao universo feminino, desse modo a maneira como o pai experienciava este evento era pouco analisada (Mendes & Santos, 2019). Tendo em vista os benefícios que a presença paterna garante à companheira durante todas as etapas do período gravídico puerperal, na atualidade, tem aumentado o interesse de muitos homens em participar dos processos que envolvem esta fase.

O casal parental é responsável por garantir o futuro da prole. No entanto, a posição de protagonistas no cuidado dos filhos, assumida historicamente pelas mulheres, atribuiu ao pai a função de apoio da mãe, ou de alguém que assume o papel de cuidador apenas quando esta precisa ser substituída por algum motivo. Embora cuidar do bebê ou ajudar a cuidar do bebê se complementem, essas terminologias não apresentam o mesmo significado (Alves da Costa, 2018; Insfran & Muniz, 2020). Apesar de inúmeras evoluções no campo do cuidado, ainda há uma tendência a se naturalizar a figura do pai como aquele que ajuda a mãe e não como aquele que efetivamente é responsável pelo cuidado dos filhos.

Outra variável importante acerca da paternidade refere-se à transição para a parentalidade e o desafio de pais e mães em conciliar responsabilidades familiares e profissionais. O nascimento de um filho costuma alterar a rotina dos novos pais, gerando inúmeras mudanças, tanto em nível individual quanto conjugal (Cowan & Cowan, 2016). Nesse tocante, a experiência de tornar-se pai e mãe pode ser experimentada com muita ambivalência emocional, tendo em vista as readequações necessárias para atender às demandas do bebê (Freitas & Ribeiro, 2018).

É válido destacar que a preocupação com as especificidades da paternidade é relativamente recente, em especial se considerarmos a implantação de políticas públicas que incluam os homens nos serviços de saúde (Trindade, Cortez, Dornelas & Santos, 2019). Neste viés, ressalta-se a atual licença-paternidade, de apenas cinco dias após o nascimento do filho, à qual a maioria dos pais brasileiros tem direito. Tendo em vista a importância da presença e do suporte paterno para a companheira e o filho recém-nascido, no pós-parto, observa-se que a atual licença se mostra deficitária para atender às demandas da família (Zaldivar, Prates, Perez, Gomes & Pilger, 2020).

O presente estudo se propõe a discutir acerca das temáticas aqui apresentadas. A partir dessa proposta, é válido mencionar que apesar do aumento da literatura científica acerca da importância da figura paterna na vida dos filhos, como já referido, Cabrera (2019) chama atenção para o fato de grande parte das pesquisas acerca desta temática privilegiam a percepção da mulher/mãe. No âmbito dessas considerações, com o propósito de dar voz aos homens, o objetivo geral do presente estudo foi investigar transformações no exercício da paternidade, sob a perspectiva do pai. Para fundamentar a pesquisa e analisar os dados encontrados, foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito do tema tomando como base as teorias sistêmicas e psicanalíticas de família e casal.

Para fins de apresentação do desenvolvimento do estudo, essa tese foi desdobrada em cinco artigos. No primeiro investigou-se a concepção de paternidade no período gestacional e nos primeiros meses de vida do bebê para pais. No segundo, estudou-se a participação do pai durante a gestação, parto e pós-parto. No terceiro, investigaram-se as práticas de cuidado realizadas pelo pai no primeiro ano de vida do bebê. No quarto artigo, analisaram-se desafios vivenciados pelo pai na transição para parentalidade após o nascimento e nos primeiros meses de vida do filho. Por fim, no quinto artigo, investigou-se a percepção de pais sobre a ampliação da licença-paternidade no Brasil.

1. Concepção de paternidade: um estudo sobre a perspectiva do pai

Resumo

Este estudo, parte de uma investigação mais ampla sobre as transformações do exercício paterno na contemporaneidade, teve como objetivo investigar a concepção de paternidade no período gestacional e nos primeiros meses de vida do bebê para pais. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados 15 pais primíparos. Os resultados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo na sua vertente categorial. Da análise do material, emergiram diversas categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste estudo, as subcategorias *sentir-se pai*, *percepção da relação com o próprio pai* e *transmissão psíquica geracional*, que se desdobram da categoria *concepção de paternidade*, serão apresentadas e discutidas. Os resultados apontaram que a experiência vivida pelo homem no período gestacional mobiliza conteúdos psicológicos inconscientes que são reativados com a experiência da paternidade. Concluiu-se que a concepção masculina acerca do exercício da paternidade é influenciada por experiências infantis e a pela relação do homem com seu próprio pai.

Palavras-chave: paternidade; filho; nascimento.

Abstract

This study, part of a broader investigation on the transformations of paternal exercise in contemporary times, aimed to investigate the meaning of paternity for the male population. For this, a qualitative research was carried out, with 15 primiparous fathers which were interviewed. The results were analyzed according to the content analysis method in its categorical aspect. From the analysis of the material, several categories of analysis emerged. Considering the objective of this study, the subcategories *feeling like a father*, *perception of the relationship with the father* and *generational psychic transmission*, which unfold from the category *conception of paternity*, will be presented and discussed. The results showed that the experience lived by the man during the gestational period mobilizes unconscious psychological contents that are reactivated with the experience of

fatherhood. Concluded that the male conception about father exercise is influenced by infantile experiences and by the man's relationship with his own father.

Keywords: paternity; son; birth.

A gestação e o nascimento de um filho constituem períodos de transformação e incerteza para o homem e a mulher, acompanhados da aquisição de novos papéis e responsabilidades. Essa experiência inaugura o casal parental, sendo um importante momento no ciclo de vida da família. Além de ser filha, a mulher passa a ser mãe. Além de ser filho, o homem passa a ser pai. Portanto, o nascimento de um filho é um rito de passagem em que o homem e a mulher vivenciam um momento de transição, expectativa e anseios (Freitas, Coelho & Silva, 2007).

Antes de sua chegada o bebê já faz parte das fantasias dos pais, que projetam sobre ele uma série de desejos. A imagem mental que cada membro do casal constrói a respeito do bebê durante a gravidez tem sua origem em conteúdos conscientes e inconscientes. Desse modo, a relação do pai e da mãe com seu filho/sua filha é inaugurada bem antes do período pré-natal, e se dá a partir das expectativas que eles têm sobre o bebê antes mesmo de seu nascimento (Piccinini, Levandowski, Gomes, Lindenmeyer & Lopes, 2009)

Em virtude da necessidade de inclusão do bebê na vida a dois, o nascimento de um filho impõe uma reorganização psíquica ao pai e à mãe. As múltiplas tarefas emocionais demandadas pelo bebê alteram a maneira como o casal se relaciona e reativam memórias importantes vivenciadas com os próprios pais. Diante disso, a transição para a parentalidade é um processo que envolve inúmeras mudanças tanto em nível individual quanto conjugal (Cramer, 1993; Krob, Piccinini & Silva, 2009).

O exercício parental impõe que o casal abra mão de muitas de suas demandas narcísicas para voltar-se quase que exclusivamente às demandas do bebê, em especial nos primeiros meses após o nascimento. Com isso, a chegada de um filho pode gerar no homem inúmeros sentimentos e maneiras particulares de experimentar a paternidade, resultando em uma ambivalência nos sentimentos e comportamentos vividos por ele (Gabriel & Dias, 2011).

Com a descoberta da gravidez, o homem também é impactado pelas mudanças advindas do novo papel que passa a assumir, apesar de não experimentar mudanças físicas como a mulher, que carrega o bebê em seu ventre (Freitas, Coelho & Silva, 2007). Alguns homens incorporam a paternidade durante o período gestacional e apresentam modificações corpóreas, como a presença de sintomas físicos sem explicação fisiológica. Os sintomas manifestados involuntariamente durante a gestação da parceira vêm sendo considerados como parte da gestação paterna e nomeados como “síndrome de couvade” (Ferreira, Leal & Maroco, 2010; Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017b). Para muitos homens, entretanto, sentir-se pai é um fato que só ocorre após o nascimento do bebê. Em alguns casos, o sentimento de paternidade ainda não é tão perceptível mesmo após a chegada da criança, assim como a responsabilidade que esse evento pressupõe (Freitas et al., 2007).

Atualmente, percebe-se que ainda existe uma lacuna na literatura nacional acerca de pesquisas qualitativas que abordem a experiência da paternidade, mesmo diante do crescimento dos estudos sobre o tema (Aló de Moraes & Granato, 2016; Cherer, Sonogo, Piccinini & Lopes, 2018). No âmbito dessas considerações, este trabalho tem como objetivo investigar a concepção de paternidade no período gestacional e nos primeiros meses de vida do bebê para pais.

1.1 Método

Participantes

Participaram desta pesquisa 15 pais. Os participantes eram de segmento social médio, tinham idades entre 22 e 38 anos, haviam sido pais pela primeira vez há pelo menos 3 meses e, no máximo, um ano, e coabitavam com a mãe e o bebê sem relato de problemas no desenvolvimento.

Para apresentação dos resultados, e buscando preservar o anonimato dos participantes, os pais foram denominados de *Pai 1* a *Pai 15*. A nomeação de cada participante foi seguida do sexo e idade do(a) filho(a). A Tabela 1 apresenta a descrição do perfil dos participantes do estudo.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

	Idade do pai	Idade da mãe	Profissão	Sexo do bebê	Idade do Bebê	Tipo de parto*
P1	36 anos	33 anos	Bancário	M	6 m.	Cesária
P2	36 anos	35 anos	Engenheiro Elétrico	F	3 m.	Normal
P3	32 anos	30 anos	Advogado	F	7 m.	Cesária
P4	38 anos	39 anos	Bancário	M	1 ano	Humanizado
P5	36 anos	36 anos	Economista	F	4 m.	Cesária
P6	35 anos	35 anos	Coordenador de T.I	M	7 m.	Cesária
P7	35 anos	34 anos	Analista de Sistemas	M	6 m.	Normal
P8	35 anos	35 anos	Servidor Público	M	4 m.	Normal
P9	35 anos	37 anos	Representante de vendas	F	8 m.	Cesária
P10	36 anos	33 anos	Farmacêutico	M	9 m.	Cesária
P11	33 anos	26 anos	Professor	F	9 m.	Normal
P12	37 anos	36 anos	Publicitário	F	3 m.	Normal
P13	22 anos	20 anos	Atendente	M	6 m.	Fórceps
P14	30 anos	26 anos	Professor universitário	M	9 m.	Normal com intervenção
P15	36 anos	34 anos	Advogado	M	9 m	Cesária

*Termo descrito pelo participante.

Instrumentos

Foi utilizada uma entrevista com roteiro semi-estruturado elaborado a partir dos seguintes eixos temáticos: concepções sobre paternidade, participação masculina nos cuidados com o filho, desafios no exercício da paternidade e lugar do filho no projeto de vida do homem.

Procedimentos

Os participantes deste estudo foram indicados pela rede de sociabilidade dos membros do grupo de pesquisa, constituindo uma amostra de conveniência. As entrevistas foram gravadas em áudio e realizadas pela própria pesquisadora em

local indicado pelos participantes, em seguida, foram transcritas para posterior análise.

O projeto que deu origem a esta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade onde o estudo foi desenvolvido (parecer N° 09/2019). Aos interessados em participar do estudo foram explicitados os objetivos da pesquisa e o caráter sigiloso das informações prestadas que preserva a identidade dos mesmos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Análise e discussão dos resultados

Os dados coletados foram analisados utilizando-se o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, conforme proposto por Bardin (2016). Por meio da técnica categorial, foram destacadas as categorias temáticas, organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Posteriormente, foi realizada uma “leitura flutuante” para agrupar dados significativos, relacioná-los e destacar as categorias de análise.

1.2 Análise e discussão dos resultados

Das entrevistas emergiram diversas categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste estudo, as subcategorias *sentir-se pai*, *percepção da relação com o próprio pai* e *transmissão psíquica geracional*, que se desdobram da categoria *concepção de paternidade*, serão apresentadas e discutidas. Esta categoria e suas subcategorias referem-se ao relato dos pais sobre suas percepções, sentimentos e expectativas acerca da paternidade, tanto ao longo do período gestacional quanto nos primeiros meses de vida do bebê.

Sentir-se pai

A descoberta da gravidez vem acompanhada de uma série de sentimentos. A notícia certamente muda a vida do casal, que passa a se preparar para receber o bebê. Esse momento revela-se importante para a concepção de paternidade do homem, conforme ilustram os relatos abaixo:

As pessoas às vezes falam: ‘quando a criança nasce a vida do casal muda’. Mas na verdade eu acho que a vida do casal muda desde a gestação e isso eu descobri na prática mesmo. A minha vida mudou quando a gente descobriu. Você passa a ter alguns cuidados, evitar algumas coisas. Eu passei a cuidar ainda mais da minha esposa. A

ficha caiu: ‘eu vou ter um filho/eu vou ser pai’. Acho que passei a pensar diferente ainda na gestação. Então, apesar de a minha filha ter 4 meses, a minha vida mudou já faz mais de um ano (Pai 5, menina, 4 meses).

A gente estava bastante ansiosos para saber o resultado [teste de gravidez], então foi uma emoção bem grande quando tivemos a confirmação. Para mim, ali eu já passei a ser pai, já senti aquela responsabilidade bem grande, aquela coisa de querer cuidar, de pensar como vai ser. É o início da realização de um sonho, de algo que havíamos planejado (Pai 7, menino, 6 meses).

Os períodos da gestação, do nascimento e do puerpério mostram-se particularmente importantes na construção da paternidade. Na atualidade, a expressão “pais grávidos” tem sido utilizada para enfatizar que a gravidez não é um evento exclusivamente feminino (Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017a; 2017b). Entretanto, cabe lembrar que historicamente a gestação foi considerada pertencente ao universo feminino, sendo que os interesses face à gravidez, fosse de saúde pública ou no âmbito hospitalar, tinham como foco principal a mulher (Francisco, Souza, Vitório, Zampieri & Gregório, 2015; Melo, Angelo, Pontes & Brito, 2015).

Nesse sentido, as práticas que envolviam a gravidez permaneciam no domínio das mulheres e pouco se analisava a gestação como algo de interesse masculino (Caires & Vargens, 2012; Atkin, Berghs & Dyson, 2015). Historicamente, é possível considerar que a presença invisível do pai nesse acontecimento se relacione com o fato de homens e mulheres, ao longo dos anos, terem sido socializados para serem pais e mães de maneiras diferentes: o homem é educado para ser o provedor da família e a mulher para ser a cuidadora dos filhos (Menezes, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2019). Como ressaltam Fiterman & Moreira (2018), esse aspecto possivelmente tem um efeito no modo como cada gênero concebe a parentalidade. Além disso, é importante reconhecer como homens obtêm uma maior autorização social, mesmo nos dias de hoje, a não serem responsáveis pela criação dos filhos, como se não fosse uma característica inata sua ter que cuidar deles (Donath, 2017).

Como já apontado, historicamente a mulher ocupou o lugar de principal responsável pelo cuidado aos filhos, enquanto os homens mantinham-se afastados do universo infantil. No final da década de 1970, surge uma preocupação com um

pai mais carinhoso e ativo na vida das crianças. Até aquele momento, as teorias biológicas limitavam o papel do homem como procriador (Lamb, 2010). Nesse período, acreditava-se que uma mãe competente era suficiente para a saúde emocional e cognitiva dos filhos. A ideia de um pai emocionalmente distante, que acompanhou o homem durante muitos anos, era pautada na crença de que ele não deveria expressar emoções em relação aos filhos para transmitir-lhes autoridade (Rabinovich, 2016).

Na atualidade, observa-se que muitos homens criados no modelo de paternidade tradicional, mais distante e autoritária, preocupam-se em reformular o papel social a eles delegado, em vez de simplesmente reproduzirem o modelo anterior, ao se tornarem pais. Nesse sentido, muitos homens revelam o desejo de constituir um novo modelo de suporte afetivo e emocional aos filhos. Muitas vezes, essa mudança implica o rompimento da experiência vivida pelo homem no convívio com sua família de origem (Damiani & Colossi, 2015).

Embora não engravidem fisiologicamente, alguns homens já se sentem pais durante a gestação, como já mencionado. Para outros, a consolidação da paternidade acontece somente após o nascimento do bebê, como é possível observar nos relatos abaixo:

Eu me senti muito feliz quando descobrimos, mas agora que eu sou pai de verdade não se compara o meu sentimento. A mãe eu acho que até tem essa coisa: ‘ah tá grávida ela vira uma mãe’. Com o pai não digo que não acontece, mas eu acho que o pai descobre a paternidade quando está com o filho no colo (Pai 6, menino, 7 meses).

A minha esposa desde que descobriu que estava grávida já se sentia mãe. Comigo foi diferente, por um longo período eu me senti em choque. Apesar de eu querer ter filhos, a gente não havia programado a gravidez. Então eu precisei de um tempo para elaborar essa questão. Então acho que para mim foi diferente do que para ela [esposa]. Acho que eu só comecei a me sentir realmente pai quando vi minha filha no hospital (Pai 11, menina, 9 meses).

O período da gestação poderia servir como um ensaio no qual o homem teria a oportunidade de elaborar fantasias e sentimentos e revisar papéis parentais. Entretanto, de maneira ainda muito tímida, o homem é convidado a se envolver nesse processo (Cortez, Machado, Trindade & Souza, 2016). Assim como

acontece com a mulher, é válido marcar que existe um tempo para que o homem possa revestir-se do papel parental. O universo representacional da paternidade, caracterizado pelas interações com o bebê, vai se organizado desde a gravidez e se reflete nas atitudes e nos comportamentos do pai ao longo dos primeiros meses de vida do filho.

A transição para a paternidade não é um evento isolado, mas um processo gradual que consiste na familiarização do homem com os desafios desse novo papel, bem como na sua disponibilidade para se transformar. Desse modo, antes da descoberta da gravidez, as decisões quanto a filhos (tais como tê-los ou não) também fazem parte do processo de transição para a paternidade (Fiterman & Moreira, 2018).

Durante os primeiros meses de gestação, a mãe pode apresentar pouca ou nenhuma alteração corporal visível. Como nesse momento os movimentos fetais ainda não são percebidos, em geral a paternidade é vivenciada na imaginação, tornando-se mais concreta conforme a gestação evolui. É no envolvimento com a gestante que muitos homens percebem-se como pais, ao compartilhar sentimentos relativos à gravidez, acompanhar as consultas de pré-natal, escutar os batimentos cardíacos e visualizar o bebê pelo ultrassom (Ribeiro, Gomes, Silva, Cardoso, & Strefling, 2015).

É válido considerar que os participantes P6 e P11 (mencionados nos relatos acima) não puderam estar presentes em todas as consultas de pré-natal em decorrência de atividades atreladas ao trabalho. A invisibilidade paterna nos eventos relacionados à gestação pode ser analisada como um reflexo da construção social de gênero, que ainda hoje percebe a gravidez como pertencente ao universo feminino. A feminilização dos serviços de saúde e o enfoque materno infantil contribuem para reforçar a ideia de que o cuidado é responsabilidade da mãe (Cortez et al., 2016). Esse fato também é reforçado no ambiente corporativo, onde muitos homens não têm flexibilização de seus horários de trabalho para participar das consultas pré-natais (Fiterman & Moreira, 2018; Santos & Moreira, 2016).

Percepção da relação com o próprio pai

A família exerce papel fundamental na vida do sujeito, enquanto importante contexto de desenvolvimento humano. A história do indivíduo e a percepção acerca do relacionamento com o seu próprio pai, ao longo da infância e

adolescência, podem influenciar de maneira significativa o modo como o homem percebe-se como pai. Esse aspecto foi observado no relato dos participantes:

Pensar na paternidade para mim é forte, porque eu tenho uma relação com a paternidade vinda do meu pai. A gente tem uma relação de muito carinho, muito afeto, muito amor desde que eu me conscientizei de mim, das lembranças que eu tenho. E eu também tenho uma lembrança da relação dele [pai] com o pai dele [avô]. Então eu acho que é algo que vem como uma herança do meu pai para mim e que eu vou repassar para o meu filho (Pai 4, menino, 1 ano).

Ser pai é prover, proteger, dar carinho. Não sei, mas acho que pelo fato de o meu filho ser muito pequeno e ainda interagir pouco, eu acho que se hoje eu pensasse no que é ser pai eu acho que eu penso muito mais no modelo de pai que eu tive. Eu penso no meu próprio pai, na relação de proximidade que a gente sempre teve. Meu pai sempre foi muito presente, eu lembro dele brincando comigo e a minha irmã. Ele sempre foi muito amoroso e eu quero passar algo parecido para o meu filho (Pai 8, menino, 4 meses).

É no ambiente familiar que a maior parte dos indivíduos vivencia as primeiras experiências de afeto, cuidado e carinho. A família exerce um papel fundamental na constituição do indivíduo e na formação de sua personalidade. O modo como as relações se estabelecem no grupo familiar, desde a infância, pode influenciar significativamente a maneira como se estabelecerão os vínculos entre as novas gerações (Colleti & Scorsolini-Comin, 2015). A experiência de tornar-se pai pode ser vivenciada como um momento de reavaliação de valores e da criação tida pelos próprios pais (Gabriel & Dias, 2011).

Em um estudo realizado com 218 homens para investigar a percepção deles sobre o envolvimento com seu próprio pai ao longo da vida, Lima, Serôdio e Cruz (2008) observaram que, para os sujeitos do estudo, as formas de envolvimento estabelecidas com o pai repercutem no modo como os indivíduos se relacionam com outras pessoas importantes de sua vida. Nesse sentido, parece que a interação do homem com seu filho/sua filha é influenciada por questões que se originam em sua história desenvolvimental e na relação estabelecida com seu progenitor (Shears, Summers, Boller & Barclay-McLaughlin, 2006). Nessa perspectiva, pode-se considerar que as experiências e interações vividas pelo homem com seu próprio pai e a maneira como introjetou o modelo de paternidade são aspectos que influenciam a relação a ser construída com seu filho.

A relação estabelecida com o próprio pai interfere na maneira como o homem exerce a paternidade, tanto quando essa relação é percebida como positiva quanto quando é percebida como negativa. Isso pode ser observado nos relatos abaixo:

Eu sempre que pensava em ser pai, eu pensava no que eu queria ser de diferente dos pais que conheço, em especial pensando nos erros do meu [pai]. O meu pai sempre foi uma pessoa muito ocupada, então ele não foi uma pessoa muito presente na nossa vida, ele sempre foi muito ocupado. A gente não tinha casa própria, ele era autônomo, então ele sempre trabalhou muito. E eu vejo que isso impactou muito na nossa vida, em especial na vida do meu irmão. Ele sentiu muito a ausência dele [pai]. Então eu sempre me imaginei sendo um pai diferente, com mais tempo, disponível, presente na vida da minha filha (Pai 11, menina, 9 meses).

Meu filho está completando 9 meses e confesso que ainda é difícil pra mim definir o que é ser pai... Não sei se eu me sinto apto a responder o que é ser pai. Eu já deveria ter iniciado terapia e não vou negar que eu teria que trabalhar algumas questões da minha relação com o meu pai. Eu não tive pai presente, eu tenho muitos traumas com relação à figura paterna. A figura paterna mais próxima que eu tive foi um avô. Quando eu era mais novo eu não pensava em ser pai justamente por não ter tido um pai. Aí eu fui ficando mais velho, fui desencanando, e aí a gravidez aconteceu, mas não foi planejada. Hoje eu tento ser um pai diferente do pai que eu tive (Pai 14, menino, 9 meses).

Conforme já mencionado, com a chegada de um filho o casal passa por um processo de transformação para apropriar-se do novo papel parental. Com isso, é natural que o pai e a mãe reavivam imagens boas e más de seus próprios pais. Nesse sentido, a maneira como o homem percebe o exercício da paternidade é atravessada pelo tipo de paternidade vivida por ele na relação com o próprio pai (Konicheckis, 2004). Quando é percebida como negativa, a relação estabelecida com o próprio pai influencia o modo como o homem exerce a paternidade, visto que ele parece buscar distanciar-se do modelo vivenciado por ele nesta relação (Gabriel & Dias, 2011). Considerando que o homem avalia sua prática a partir do modelo vivido por ele na relação com o próprio pai, os sentimentos que ele preserva desta relação podem dificultar uma vivência mais íntima com o próprio filho(a).

É importante considerar que as falas dos participantes acima (Pai 11 e Pai 14) demonstram certa preocupação ou desejo em romper o modelo de paternidade

por eles vivenciado, ao invés de simplesmente o reproduzirem. Muitos homens, entretanto, encontram dificuldades para modificar padrões negativos vivenciados por eles no âmbito familiar (Bouchard, 2012).

Cabe lembrar que as diferentes razões que levam à ausência paterna (seja pelo falecimento do pai; decorrente de separação conjugal; derivada das demandas profissionais ou da ausência emocional de um pai fisicamente presente) podem ser percebidas pelos filhos de maneiras distintas (Damiani & Colossi, 2015). Porém, a ausência paterna tem potencial para gerar conflitos bastante significativos no desenvolvimento psicológico do sujeito (Trapp & Andrade, 2017).

Nas últimas décadas, a ausência paterna tem sido estudada com especial ênfase no desenvolvimento infantil (Benczik, 2011). Entretanto, estudos que analisam como a ausência vivenciada na infância e na adolescência se dissipa na vida adulta ainda são escassos (Damiani & Colossi, 2015). Para Benczik (2011), os filhos procuram no próprio pai um modelo com o qual possam identificar-se e, se esse está ausente, outros modelos poderão ocupar esse vazio, com maior possibilidade de não serem modelos positivos.

No estudo desenvolvido por Krob, Piccinini e Silva (2009), observou-se que recordações positivas, relacionadas com a lembrança do próprio pai como afetivo, emocionalmente próximo e envolvido em atividades interativas, são associadas a um desejo de seguir o mesmo modelo. Por outro lado, aqueles que veem o próprio pai como uma figura distante e mais voltada para o suporte material podem sentir necessidade em esforçar-se para serem mais próximos e emocionalmente conectados aos filhos. Além disso, homens que não mantêm um bom relacionamento com o próprio pai podem ser pais menos responsáveis, especialmente quando não residem com a criança.

Dados destacados pelos participantes também foram encontrados no estudo realizado por Bouchard (2012) com 158 homens, com o objetivo de analisar o envolvimento pós-natal dos pais com seus filhos no contexto da transição para a paternidade. Os resultados revelaram que os homens que preservavam lembranças familiares menos afetivas se envolveram menos durante a gestação da parceira. Além disso, os pais que receberam menos afeto físico durante a infância e a adolescência apresentaram níveis mais baixos de envolvimento com o bebê após o nascimento. Desse modo, a carência afetiva pode exercer uma função traumática

na vida do sujeito, podendo não se restringir apenas à geração que a vivenciou (Brown, Kogan & Kim, 2018).

O trauma consiste na incapacidade de responder de forma adequada aos efeitos patogênicos de uma vivência e elaborá-los psicologicamente, acarretando, desse modo, perturbações duradouras ao longo da vida do indivíduo. A maneira como uma pessoa lida com as experiências traumáticas de sua vida se relaciona com as opções defensivas que ela encontra como alternativa para escapar da angústia psíquica que a situação desencadeia (Caruso de Azevedo & Brandão, 2019).

Como já mencionado, a forma como cada pessoa concebe a parentalidade é atravessada por diversos fatores, tais como as vivências familiares e a bagagem relacional de cada um. Da mesma maneira, o exercício parental depende de circunstâncias do nascimento do bebê, como a prematuridade, por exemplo, ou se houve um planejamento prévio acerca do projeto de ter filhos. Cabe lembrar que o desejo de ter ou não ter filhos é perpassado por aspectos conscientes e inconscientes. Desse modo, a decisão do casal acerca do projeto parental é influenciada por valores familiares transmitidos através das gerações (Bernardi, Melo & Féres-Carneiro, 2019).

Uma variável importante a ser levada em consideração quando se busca compreender a vivência da paternidade é se o homem desejava ser pai e se a gestação foi planejada. Considerando esse aspecto, é relevante analisar que para os participantes P11 e P14 (nos relatos acima), a gravidez não foi planejada pelo casal, apesar de ambos destacarem que desejavam ser pai. Desse modo, é possível considerar que a gravidez não planejada interfere na maneira como os homens experienciam a paternidade.

Em um estudo desenvolvido com o objetivo de investigar a ausência paterna na percepção de filhos adultos, Damiani e Colossi (2015) observaram que conviver com o pai quando não há afeto no relacionamento pode gerar nos filhos os mesmos sentimentos de carência e falta de quem nunca manteve contato com o próprio pai. O estudo observou que homens que experienciam a ausência paterna em sua vida podem não desejar serem pais. É possível que o homem não queira transmitir para a geração seguinte os sentimentos vivenciados por ele ao longo de sua vida. Desse modo, a fragilidade do vínculo afetivo vivenciado pelo homem na relação com o próprio pai pode suscitar um sentimento de medo e rejeição de

repetir suas vivências em outras relações afetivas, tal como na relação com seu filho/sua filha.

Por outro lado, é possível considerar que alguns homens desejam ter filhos justamente para elaborar a relação com o próprio pai, na tentativa de ressignificar as experiências vividas por eles através da relação com o filho (Lamb, 2010). Desse modo, pode-se inferir que as experiências negativas e os traumas gerados a partir disso não se encerram com aqueles que os viveram. Ao contrário, a experiência vivida pelo homem, enquanto filho, funciona como parâmetro balizador e dá forma às expectativas que ele tem enquanto futuro pai.

Para Damiani e Colossi (2015), alguns homens que vivenciaram de alguma maneira a ausência paterna podem buscar em outros membros da família uma figura substituta. Entretanto, esse processo nem sempre é simples, tendo em vista que essa alternativa pode representar simbolicamente uma tentativa de substituir o pai biológico. E mesmo que o homem nunca tenha tido contato com o próprio pai, essa busca pode mobilizar sentimentos ambivalentes. Desse modo, deparar-se com a paternidade pode reacender no homem memórias primitivas negativas de quando ele experimentou uma relação distante com o próprio pai.

Transmissão psíquica geracional

O ambiente familiar é um espaço privilegiado para a transmissão geracional de heranças psíquicas. Valores, crenças, comportamentos ou habilidades familiares são inevitavelmente transmitidos de uma geração para a outra. A transmissão psíquica ocorre em nível verbal e não verbal, por meio de processos conscientes e inconscientes. Os relatos a seguir evidenciam que a transmissão psíquica geracional se mostra presente na concepção de paternidade.

Depois que confirmamos a gravidez, eu já comecei a pensar como que eu ia educar meu filho. Pensei muito nos valores que a minha família me passou, nas lembranças de tudo que a minha família me ensinou. Quando descobrimos o sexo, acho que isso se evidenciou mais ainda. Eu pensei: poxa, é um menino, o que eu vou ensinar para ele? (Pai 7, menino, 6 meses).

Eu sempre tive certeza de que eu queria ser pai, mas esperava a hora de estar mais pronto. Sempre eu ouvia que não tinha hora de estar pronto e realmente não tem. Na verdade, estou descobrindo o que é ser pai, então eu não sei se sei definir, mas é uma coisa muito mágica. Acho que é a continuidade da vida, a continuidade da tua existência. A nossa vida passa e daqui a pouco nós não estamos mais aqui. Mas

eu deixei um pedacinho de mim, deixei alguém que vai dar continuidade à minha história (Pai 12, menina, 3 meses).

Ao pertencer a uma família, inevitavelmente todo sujeito recebe uma herança psíquica, mesmo antes de sua concepção, tanto no que concerne a aspectos funcionais, quanto a aspectos disfuncionais. Seja em níveis positivos ou negativos, uma bagagem relacional, em grande parte inconsciente, é repassada para as gerações seguintes através da transmissão psíquica geracional (Krob, Piccinini & Silva, 2009; Murray & Hwang, 2020).

A transgeracionalidade é a repetição/reedição de alguns processos familiares que são transmitidos pela família de uma geração a outra e que se mantêm ao longo da história familiar. A perpetuação do patrimônio psíquico da família faz parte da construção de cada sujeito que, assim, se inscreve em uma história preexistente. Portanto, o bebê é constituído psicologicamente mesmo antes de seu nascimento (Botton, Cúnico, Barcinski & Strey, 2015)

Desse modo, cada criança dá seguimento a uma família que tem uma história de várias gerações, herdando não apenas a carga genética, mas também experiências significativas vividas pelos seus familiares. A maneira como o bebê é psicologicamente concebido depende de inúmeros fatores que precedem a sua história e que ficaram marcados na história de sua família (Santos & Ghazzi, 2012).

Diante disso, é possível inferir que o processo de filiação se inicia muito antes do nascimento do bebê, a partir da história dos pais, de seus conflitos inconscientes e da relação com seus próprios pais ou cuidadores (Martins, Abreu & Figueiredo, 2017). Ser pai e ser mãe, desse modo, envolve um trabalho subjetivo, consciente e inconsciente, de elaborar as heranças psíquicas recebidas de maneira geracional pela própria família.

É possível considerar que ao pensar sobre o exercício parental muitos pais imaginam-se neste papel elencando valores que gostariam de transmitir aos filhos. Para tanto, muitos homens tomam como base a maneira como foram educados pela família de origem ou por figuras de referência (Colleti & Scorsolini-Comin, 2015). Nesse sentido, diante da experiência de tornar-se pai, é natural que o homem reative memórias psíquicas vividas no percurso da infância com seus cuidadores.

Antes da chegada de um filho, o casal vive uma relação dual. A entrada de um terceiro começa a se fazer fortemente presente quando a barriga da mulher começa a crescer. Diante disso, para alguns homens o período da gravidez de suas companheiras e a nova forma física adquirida ao longo da gestação podem reativar aspectos inconscientes relacionados à figura feminina e, nos casos em que conflitos emocionais não foram adequadamente ressignificados, podem ainda reatualizar antigas situações infantis. Portanto, a paternidade tende a estimular sentimentos suscitados na infância que até então estavam latentes (Campos, 2006).

Cabe lembrar que a teoria do apego, desenvolvida por John Bowlby, postula que a maneira como se estabeleceu o cuidado com a criança pode influenciar o modo como ela lidará com suas emoções ao longo da vida. Desse modo, a maneira como um indivíduo é cuidado, se seus pais/cuidadores eram sensíveis, disponíveis e solícitos, influencia em aspectos do seu funcionamento psicossocial (Bowlby, 1990).

A história de apego dos pais leva a diferenças individuais na qualidade do relacionamento de apego com os filhos. Estudos apontam que experiências com cuidadores acolhedores durante a infância e a adolescência provêm pais mais afetivos na idade adulta (Kerr, Capaldi, Pears & Owen, 2009; Shaffer, Burt, Obradović, Herbers & Masten, 2009). Por outro lado, adversidades na infância (como, por exemplo, sujeitos criados em lares violentos) podem levar a um menor envolvimento com os filhos (Hedwig & Hall, 2020).

Experiências negativas não elaboradas podem representar um risco de repetição, assim, acontecimentos não ressignificados podem ser transmitidos em seu estado bruto para as próximas gerações (Benghozi, 2000). Nesse sentido, é possível inferir que experiências com os cuidadores ao longo da infância e da adolescência impactam na maneira como cada indivíduo concebe o exercício da paternidade.

1.3 Considerações finais

Os resultados do presente estudo revelaram que as experiências vivenciadas pelo homem na relação com o próprio pai influenciaram a concepção de paternidade dos participantes em três direções. A primeira delas refere-se aos homens que incorporaram um modelo de paternidade positivo e, desse modo,

enfatazaram desejo de reproduzir um modelo semelhante, buscando estarem afetivamente presentes na vida do filho. A segunda refere-se àqueles que experienciaram uma vivência negativa e distante com o próprio pai, em função de demandas profissionais ou do afastamento decorrente da separação conjugal, e por essa razão desejavam reproduzir um modelo diferente daquele por eles experimentado. A terceira refere-se aos homens que também tiveram uma experiência negativa com o próprio pai e apresentavam dificuldades em perceber-se como pais, talvez por não terem seus conflitos emocionais adequadamente ressignificados.

Além disso, os resultados do estudo evidenciaram que alguns homens já se sentem pais durante o período gestacional e, por outro lado, outros demonstram dificuldade em perceber-se como pais antes do nascimento do bebê. Observou-se que os homens que descreveram tal dificuldade foram aqueles que destacaram uma relação de maior distanciamento com o próprio pai. Outro fator que parece influenciar a paternidade está relacionado ao planejamento da gestação. Os participantes que mencionaram que a gravidez não foi planejada pelo casal descreveram maiores dificuldades em envolver-se durante a gestação da parceira.

A partir dos resultados do estudo, constatou-se que a concepção de paternidade é influenciada por diversos fatores, como as características de cada pai e suas vivências pessoais. Entretanto, na medida em que os relatos contemplaram a relação com a família de origem, observou-se que as heranças psíquicas recebidas pela família têm um papel bastante relevante como referência no exercício da paternidade. Nesse sentido, é possível inferir que o processo de construção da paternidade inevitavelmente remete o homem a uma reatualização de suas vivências junto à família de origem, bem como da relação com o próprio pai. Desse modo, conclui-se que a experiência vivida pelo homem no período gestacional mobiliza conteúdos psicológicos inconscientes que são reativados com a experiência da paternidade.

A concepção de paternidade apareceu neste estudo associada a diversos aspectos subjetivos. Acreditamos que estudos futuros, realizados de forma longitudinal, podem contribuir para aprofundar essa temática e compreender se homens que experimentaram vivências traumáticas na relação com o próprio pai permitem-se ressignificar suas memórias por meio da relação com o filho.

2. Participação paterna no pré-natal, parto e pós-parto: a percepção de pais

Resumo

Este estudo, parte de uma investigação mais ampla sobre as transformações do exercício paterno na contemporaneidade, teve como objetivo investigar a participação do pai durante a gestação, parto e pós-parto sob a perspectiva do homem. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados 15 pais primíparos. Os resultados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo na sua vertente categorial. Da análise do material, emergiram diversas categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste estudo, as subcategorias *presença do pai nas consultas de pré-natal*, *presença do pai na sala de parto* e *rede de apoio familiar*, que se desdobram da categoria *participação do pai na gestação e parto*, serão apresentadas e discutidas. Os resultados apontaram que, na atualidade muitos homens desejam participar do ciclo gravídico-puerperal, entretanto sua presença nem sempre é facilitada, em especial, devido aos estereótipos de gênero associados ao universo obstetrício como um espaço feminino. Conclui-se que a participação do homem durante o pré-natal, parto e pós-parto é um fator positivo, pois fortalece os vínculos familiares.

Palavras-chave: pré-natal; gravidez; parto; paternidade.

Abstract

This study, part of a broader investigation on the transformations of fatherly exercise in contemporary times, and aimed to investigate the father's participation during pregnancy, childbirth and postpartum from the man's perspective. Therefore, a qualitative research was conducted, with 15 primiparous fathers which were interviewed. The results were analyzed according to the content analysis method in each categorical aspect. From the analysis of the material, several categories of analysis emerged. Considering the objective of this study, the subcategories *presence of father in prenatal consultations*, *presence of father in the delivery room* and *family support network*, which unfold from the category *participation of father in pregnancy and childbirth*, will be presented and

discussed. The results showed that, today, many men wish to participate in the pregnancy-puerperal cycle, however their presence is not always facilitated, especially due to the gender stereotypes associated with the obstetrical universe as a female space. This concludes that the participation of men during prenatal, delivery and postpartum is a positive factor, because strengthens family bonds.

Keywords: antenatal; pregnancy; childbirth; fatherhood.

O nascimento de um filho costuma ser um dos acontecimentos mais marcantes na vida tanto do homem quanto da mulher, apesar de a paternidade e a maternidade serem experimentadas de forma distintas por cada um deles. Com o parto e a chegada do novo membro na família, pai e mãe vivenciam múltiplos sentimentos (McGoldrick & Shibusawa, 2016). Essa experiência tem um potencial transformador na vida dos indivíduos, do ponto de vista emocional, mobilizando muitos afetos devido a reajustes e adaptações (Romagnolo, Costa, Souza, Somera & Benincasa, 2017).

O período logo após o nascimento é fundamental para a tríade e para a construção da relação entre pais e filhos. É nesse momento que os pais começam a se familiarizar com o bebê e o reconhecem como um novo membro da família. Ao longo da história, a experiência do nascimento de um filho esteve em sua totalidade associada ao universo feminino. Desse modo, a presença do pai nesse evento era pouco considerada (Mendes & Santos, 2019). Diversas transformações possibilitaram alterações do lugar do homem na sociedade, especialmente a partir do final dos anos 1960. Dentre tais transformações, demarcam-se a inserção da mulher no mercado de trabalho (Rocha-Coutinho, 2015). As mudanças no papel da mulher na sociedade também possibilitaram alterações no lugar ocupado pelo homem e permitiram a ampliação da participação paterna no âmbito do cuidado (Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017a; 2017b). Na contemporaneidade, observa-se um pai mais envolvido nos processos relacionados à gestação e mais presente na vida dos filhos (Fiterman & Moreira, 2018). Diante disso, a presença paterna durante o trabalho de parto tem sido crescentemente reconsiderada.

Estudos apontam que a participação do homem nesse evento mostra-se fundamental, pois permite estreitar os laços entre os cônjuges, além de proporcionar bem-estar à grávida (Yargawa & Leonardi-Bee, 2015; Mendes &

Santos, 2019). Do mesmo modo, a presença do pai/parceiro representa uma importante fonte de apoio emocional, reforçando o fortalecimento da prática de aleitamento materno na evolução do trabalho de parto natural e na recuperação puerperal (Cavalcant & Tsunechiro, 2018; Cavalcanti & Holanda, 2019). Além disso, o elo iniciado entre pai e bebê no contexto do nascimento pode contribuir de forma significativa na formação de um vínculo mais estreito entre eles (Nogueira & Ferreira, 2012; Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017a).

Apesar dessas transformações, percebe-se que a paternidade ainda se encontra marcada por uma forte tradição histórica relacionada ao papel do homem como provedor financeiro, distanciado dos acontecimentos relacionados aos filhos e à gravidez (Bossardi, Gomes, Bolze, Crepaldi & Vieira, 2016). Ao mesmo tempo em que é atravessado por questões tradicionais, o lugar paterno na sociedade também é influenciado por demandas contemporâneas relacionadas à maior exigência social da participação ativa do homem na vida e no cuidado dos filhos.

Desse modo, um dos desafios que o “novo” pai tem enfrentado refere-se à necessidade de conciliar valores tradicionais e pós-modernos. Apesar de atualmente os homens serem convidados a participar de forma mais ativa da vida dos filhos, e de muitos manifestarem o desejo de assumir este papel, parece que a eles ainda é garantido muito pouco o direito de apropriar-se desse lugar, considerando, em especial, a carência de políticas públicas brasileiras relacionadas aos direitos paternos (Barreiros de Carvalho, 2016; Vêras & Oliveira, 2017).

A sociedade tem proposto novos papéis ao homem. Entretanto, nem sempre ele encontra condições concretas para assumi-los, o que o leva frequentemente a recair nas velhas formas tradicionais. Isso se reflete no crescimento do incentivo para que o pai participe das consultas de pré-natal e esteja presente no nascimento do filho (Gomes, Padoin, Langendorf, Paula, Gomes & Ribeiro, 2019). Esse encontro muitas vezes não é possibilitado em decorrência de inúmeras dificuldades, como a falta de estruturação dos serviços hospitalares para receber um homem na sala de parto (Silva & Carneiro, 2014).

Outro importante fator é a reduzida flexibilidade do ambiente corporativo no que concerne à jornada de trabalho masculina. Em geral, o homem tem menos

disponibilidade para participar das consultas de pré-natal (Henz, Medeiros & Salvadori, 2017; Balica & Aguiar, 2019). A maior parte dos homens também não possui um espaço para compartilhar inseguranças em relação à paternidade e aprender sobre cuidados nos períodos do pré e do pós-natal (Trindade, Cortez Dornelas & Santos, 2019). Desse modo, a falta de um olhar para as questões paternas dificulta que o homem se aproprie do seu lugar de pai, nomeie seus estados emocionais ao longo do processo e se envolva no cuidado do filho.

Dados do relatório da pesquisa “Saúde do homem, paternidade e cuidado no Brasil” (2017), elaborada pelo Ministério da Saúde e desenvolvida com 7.584 homens, apontam que 25% dos participantes não acompanharam sua parceira nas consultas de pré-natal. O principal motivo pelo qual os pais não puderam estar presentes era relacionado à necessidade de trabalhar. Esse dado revela que muitos homens permanecem do lado de fora do centro obstétrico, e, conseqüentemente, excluídos do processo de parto.

O apoio do pai durante o período gestacional é muito importante para a construção da nova família. Sua participação em atividades direcionadas à gestante e relacionadas à chegada do bebê gera conforto e tranquilidade à mulher grávida. Após o parto, inicia-se um período denominado puerpério, que geralmente dura entre 45 e 60 dias. Durante esse período, o corpo feminino sofre transformações anatômicas iniciadas depois do nascimento do bebê. Essas transformações não se limitam a aspectos físicos, elas também englobam aspectos emocionais.

Diante dessas questões, o apoio e o envolvimento paterno mostram-se fundamentais. Porém, a maior parte dos homens permanece um tempo bastante reduzido com a família no pós-parto, não conseguindo atender as necessidades essenciais da mulher e do bebê, o que leva o casal a recorrer a redes de apoio social externas para suprir as demandas imediatas impostas por esse período (Corrêa, Feliciano, Pedrosa & Souza, 2017; Romagnolo, Costa, Souza, Somera & Benincasa, 2017). Frente ao exposto, este estudo teve como objetivo investigar a participação do pai durante a gestação, o parto e o pós-parto, sob a perspectiva do homem.

2.1 Método

Participantes

Participaram desta pesquisa 15 pais, dos quais, 9 tiveram direito à licença-paternidade de 20 dias, conforme recentemente aprovado em lei (Lei nº 13.257), e 6 tiveram direito à licença-paternidade de 5 dias. Os participantes eram de segmento social médio, tinham idades entre 22 e 38 anos, haviam sido pais pela primeira vez há pelo menos 3 meses e, no máximo, um ano, e coabitavam com a mãe e o bebê sem relato de problemas no desenvolvimento.

Para apresentação dos resultados, e buscando preservar o anonimato dos participantes, os pais foram denominados de *Pai 1* a *Pai 15*. A nomeação de cada participante foi seguida do sexo e idade do(a) filho(a) e do tipo de licença-paternidade, sendo a nomeação para os pais com licença de 20 dias *Lic.20 dias*, e para os pais com licença de 5 dias *Lic.5 dias*. A Tabela 1 apresenta a descrição do perfil dos participantes do estudo.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

	Idade do pai	Idade da mãe	Licença paternidade	Profissão	Tipo de Empresa	Sexo do bebê	Idade do Bebê	Tipo de parto*
P1	36 anos	33 anos	20 dias	Bancário	Pública	M	6 m.	Cesária
P2	36 anos	35 anos	5 dias	Engenheiro Elétrico	Autônomo	F	3 m.	Normal
P3	32 anos	30 anos	5 dias	Advogado	Privada	F	7 m.	Cesária
P4	38 anos	39 anos	20 dias	Bancário	Pública	M	1 ano	Humanizado
P5	36 anos	36 anos	5 dias	Economista	Privada	F	4 m.	Cesária
P6	35 anos	35 anos	5 dias	Coordenador de T.I	Privada	M	7 m.	Cesária
P7	35 anos	34 anos	5 dias	Analista de Sistemas	Privada	M	6 m.	Normal
P8	35 anos	35 anos	20 dias	Servidor Público	Pública	M	4 m.	Normal
P9	35 anos	37 anos	20 dias	Representante de vendas	Privada	F	8 m.	Cesária
P10	36 anos	33 anos	20 dias	Farmacêutico	Pública	M	9 m.	Cesária
P11	33 anos	26 anos	20 dias	Professor	Pública	F	9 m.	Normal
P12	37 anos	36 anos	20 dias	Publicitário	Pública	F	3 m.	Normal

P13	22 anos	20 anos	3 dias	Atendente	Privada	M	6 m.	Fórceps
P14	30 anos	26 anos	20 dias	Professor universitário	Pública	M	9 m.	Normal com intervenção
P15	36 anos	34 anos	20 dias	Advogado	Privada	M	9 m	Cesária

*Termo descrito pelo participante.

Instrumentos

Foi utilizada uma entrevista com roteiro semi-estruturado elaborado a partir dos seguintes eixos temáticos: concepções sobre paternidade, participação masculina nos cuidados com o filho, desafios no exercício da paternidade e lugar do filho no projeto de vida do homem.

Procedimentos

Os participantes deste estudo foram indicados pela rede de sociabilidade dos membros do grupo de pesquisa, constituindo uma amostra de conveniência. As entrevistas foram gravadas em áudio e realizadas pela própria pesquisadora em local indicado pelos participantes, em seguida, foram transcritas para posterior análise.

O projeto que deu origem a esta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade onde o estudo foi desenvolvido (parecer N° 09/2019). Aos interessados em participar do estudo foram explicitados os objetivos da pesquisa e o caráter sigiloso das informações prestadas que preserva a identidade dos mesmos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Análise e discussão dos resultados

Os dados coletados foram analisados utilizando-se o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, conforme proposto por Bardin (2016). Por meio da técnica categorial, foram destacadas as categorias temáticas, organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Posteriormente, foi realizada uma “leitura flutuante” para agrupar dados significativos, relacioná-los e destacar as categorias de análise.

2.2 Análise e discussão dos resultados

Das entrevistas emergiram diversas categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste estudo, as subcategorias *presença do pai nas consultas de pré-*

natal, presença do pai na sala de parto e rede de apoio familiar, que se desdobram da categoria *participação do pai na gestação e parto*, serão apresentadas e discutidas. Esta categoria e suas subcategorias referem-se ao relato dos pais a respeito de impressões, sentimentos e expectativas sobre a presença e o envolvimento paterno durante o período gestacional e o parto.

Presença do pai nas consultas de pré-natal

O pré-natal tem como objetivo acompanhar as condições de saúde da gestante e do bebê, buscando identificar precocemente problemas que podem resultar em riscos à integridade física de ambos. A figura paterna tem se mostrado cada vez mais importante nesse evento, visto que sua presença pode transmitir apoio à mulher, gerando segurança e tranquilidade, conforme ilustram os relatos abaixo:

Acho que a minha presença era importante, dava muito conforto. Ela [esposa] ficava muito ansiosa quando eu não sabia se poderia participar. Então acho que a minha presença deixava ela mais tranquila. E não só por estar lá, mas eu cheguei a desmarcar viagens a trabalho para poder estar presente. Então eu acho que isso passava uma mensagem importante para minha esposa: ‘olha eu estou aqui’ vocês [esposa e filha] são a minha prioridade número um (Pai 2, menina, 3 meses, Lic. 5 dias).

Eu tentei ficar bem próximo para acompanhar o desenvolvimento do bebê na barriga, curti todo o processo da gestação. Acho que participei bastante, pra mim era bem importante estar nas consultas. E pra ela [esposa] também, ela inclusive me falou diversas vezes que a minha presença era fundamental, que ela se sentia mais segura por eu estar ali (Pai 7, menino, 6 meses, Lic. 5 dias).

Conforme já mencionado, historicamente o parto e todas as práticas que envolviam a gravidez permaneciam no domínio das mulheres e pouco se analisava a gestação como algo de interesse masculino (Mendes & Santos, 2019). Desse modo, as ações de saúde voltadas ao pai durante o período gestacional ao longo da história aparecem em segundo plano, talvez ancoradas à ideia perpetuada socialmente a respeito do (auto)cuidado masculino. Os homens são educados para serem avessos ao cuidado, pois buscar serviços de saúde parece ser contrário à virilidade, força e independência, características que reforçam e perpetuam a imagem tradicional de masculinidade (Botton, Cúnico & Strey, 2017).

Até a década de 1950, a assistência ao parto no Brasil era feita em sua maioria em domicílio e por parteiras, sendo exercida basicamente por mulheres (Francisco, Souza, Vitória, Zampieri & Gregório, 2015). Assim, o acesso e a participação dos homens nas questões relacionadas à gestação e ao nascimento do filho não eram algo comum, tampouco esperado. Com a transferência do parto do ambiente domiciliar para o hospital, presenciou-se a transformação do parto que, atualmente, ocorre atravessado por processos altamente intervencionistas, adaptando-se cada vez mais às novas tecnologias. Gradativamente, o parto foi se tornando institucionalizado, deixando de ser um “assunto feminino” e passando a ser uma atribuição médica (Acker, 2006).

Na contemporaneidade, pequenas iniciativas parecem fundamentar-se na ideia de que o parto e o nascimento também são assuntos que envolvem o pai. Atualmente, observa-se uma participação mais ativa do homem no período gestacional, nas consultas pré-natais e nas salas de parto (Fiterman & Moreira, 2018; Cavalcanti & Holanda, 2019). No entanto, apesar de potencialmente significativa, a presença paterna nesses ambientes permanece pouco valorizada, tornando-se um grande desafio para os homens que muitas vezes não têm papéis claros, são excluídos ou mantêm-se invisíveis nesse processo (Atkin, Berghs, & Dyson, 2015; Cortez, Machado, Trindade & Souza, 2016). Esse aspecto foi destacado pelos participantes do estudo:

Muitas vezes eu me sentia sem um papel ali nas consultas, talvez eu influenciasse bem pouco. O médico e a equipe sempre me trataram com respeito, mas acho que eu era muito pouco incluído nas conversas ao longo de todo processo. Sempre a fala era mais direcionada para ela [esposa] (Pai 8, menino, 4 meses, Lic. 20 dias).

Acho que 95% das questões eram ditas se direcionando à minha mulher, a ênfase era para ela. Isso acaba sendo um pouquinho embaraçoso, mas é aquilo, eu não tinha muito esse negócio, eu pegava e perguntava para o médico, também tirava minhas dúvidas. Mas acho que isso até desestimula alguns pais (Pai 9, menina, 8 meses, Lic.20 dias).

Representações sobre o lugar social do homem e do pai, e estereótipos de gênero, associados ao universo obstetrício como um espaço naturalmente feminino, parecem interferir na proximidade paterna com a gestação. A falta de estrutura física e a capacitação das equipes para acolher o pai podem dificultar seu acesso

nesse contexto. Quando o homem percebe o atendimento dos profissionais de saúde direcionado exclusivamente à gestante, sendo a atenção voltada especialmente para a mãe, ele pode sentir-se desmotivado a acompanhá-la nas próximas consultas (Aló de Moraes & Granato, 2016; Henz, Medeiros & Salvadori, 2017).

Dados similares foram encontrados no estudo desenvolvido por Atkin, Berghs e Dyson (2015), realizado durante o pré-natal com 24 homens do Reino Unido, no qual os pais mencionaram que suas necessidades emocionais raramente eram reconhecidas pelos profissionais de saúde. A participação do homem, por outro lado, é facilitada quando atividades de educação em saúde desenvolvidas no cotidiano do pré-natal convidam o pai a participar do período gravídico-puerperal (Johnsen, Stenback, Hailden, Svalenius & Persson, 2017). Nesse sentido, a abordagem dos profissionais de saúde para com o futuro pai pode facilitar ou reduzir as experiências de inclusão paterna no cuidado pré-natal.

É válido apontar que a participação paterna no período pré-natal depende de inúmeros fatores. Apesar de muitas vezes o pai ser estimulado pelos profissionais da saúde a participar, sua ausência depende também de questões econômicas, culturais e familiares nas quais os homens estão inseridos. A limitação da oferta de horários de atendimento, que coincidem com os de trabalho dos homens, por exemplo, tende a dificultar a sua participação (Henz, Medeiros & Salvadori, 2017).

Cabe lembrar que a presença paterna nas consultas de pré-natal permite ao pai desenvolver um sentimento de pertencimento, aspecto que promove, dentre outros, um papel mais ativo na vida dos filhos. Estudos apontam que a participação precoce do pai, desde a gestação, contribui para o vínculo pai-bebê, além de favorecer um maior engajamento do homem nos cuidados da criança ao longo do seu desenvolvimento (Nogueira & Ferreira, 2012; Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017a). Embora exista bastante variação entre os pais, alguns se mostram muito interessados em interagir com o bebê ainda na gestação, através das carícias na barriga da gestante e da participação nos exames de ultrassom. Os relatos a seguir evidenciam essa questão:

Acompanhar os ultrassons era bem bacana porque você vê o bebê na barriga, é muito legal. Eu também gostava muito de tocar a barriga da minha esposa e conversar com ela [filha]. Era algo que me fazia muito bem (Pai 9, menina, 8 meses, Lic. 20 dias).

Escutar os batimentos cardíacos do meu filho, recordando agora, é até difícil de te explicar, é a vida se iniciando, é bem emocionante. Eu já tinha ouvido falar, mas realmente a gente não tem noção como vai ser essa experiência (Pai 15, menino, 9 meses, Lic. 20 dias).

O exame de ultrassom se configura como uma situação privilegiada, sendo um dos momentos mais esperado pelos pais. A ultrassonografia mostra-se como uma ferramenta importante para a construção da imagem mental do bebê, constituindo-se como possibilidade de elaboração das mudanças que ocorrem no psiquismo dos pais (Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017b). Além disso, a possibilidade de ouvir os batimentos cardíacos do bebê permite uma aproximação com a ideia do filho real. Ainda que o lugar de gestação seja a barriga da mãe, ao estar presente nos exames de ultrassom, é permitido ao pai a sensação de gestar (Cardoso, Junior, Bonatti, Soares dos Santos & Ribeiro, 2018).

Presença do pai na sala de parto

Na atualidade, houve uma mudança social quanto às expectativas relacionadas ao papel do pai no parto. Hoje, muitos homens expressam o desejo de estar presentes no nascimento do filho(a) e percebem a sua presença como fundamental nesse evento, conforme observa-se nas falas abaixo:

Durante o parto, senti que o pai é ativo, ao menos no hospital F [nome do hospital], eles são assim de trazer o pai para mesa: 'vamos lá pai'. Me senti totalmente inserido, eles estão ali contigo. A mãe é a atriz da parada, mas você não é coadjuvante, você é a co-estrela (Pai 1, menino, 6 meses, Lic. 20 dias).

Foi muito bom estar lá, eu acho que eu participei bastante porque o parto foi bem intenso. Acho que a minha participação foi fundamental, dando água, limpando, levando para o banheiro, colocando água quente pra tentar amenizar a dor, esse tipo de coisa. Foi muito tenso na hora, você fica um pouco desesperado, mas foi muito bom. Acho que foi legal estar próximo, ajudar a X [esposa] nesse momento e ver a Y [filha]. Você está perto, você fica mais tranquilo (Pai 3, menina, 7 meses, Lic. 5 dias).

Tais achados são consonantes com estudos recentes os quais apontam que os pais têm manifestado grande interesse e satisfação em acompanhar o nascimento de seu filho, em especial nas classes de nível socioeconômico médio

dos grandes centros urbanos (Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017a; Cavalcanti & Holanda, 2019). A vivência do parto é uma experiência única na vida do homem e da mulher. O direito de estar presente nesse evento, pegar o filho no colo e ouvir seu choro consolida-se como uma experiência emocionalmente importante para o homem (Francisco, Souza, Vitório, Zampieri & Gregório, 2015).

Evidências científicas reforçam que o período logo após o nascimento é um momento marcante para a tríade (Fiterman & Moreira, 2018; Cavalcanti & Holanda, 2019). A presença do pai neste evento tem papel fundamental, considerando que são muitas as ações desempenhadas por ele durante o processo de parto, tais como: transmitir calma, encorajar a companheira e dar apoio físico e emocional. Desse modo, o papel do pai vai muito além da presença física, ele também pode ser um importante provedor de suporte durante o trabalho de parto (Souza & Gualda, 2016; Lwanga, Atuyambe, Sempewo, Lumala & Byaruhanga, 2017).

Como já mencionado, a participação do pai nesse evento estreita os laços entre o casal e promove conforto e segurança à companheira (Cavalcanti & Holanda, 2019). O apoio emocional paterno pode ser considerado como um fator de proteção para a mulher-mãe. Além disso, a participação do pai no parto contribui para a formação de um vínculo precoce entre a díade pai-bebê (Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017a; Fiterman & Moreira, 2018).

Para que o pai possa se sentir inserido no momento do parto, torna-se importante que ele seja envolvido nas questões atreladas ao período gravídico-puerperal precocemente. O pré-natal é um momento privilegiado para discutir aspectos relacionados ao parto. É, em especial, durante as consultas que o homem tem a oportunidade de expor suas dúvidas e receber informações necessárias a respeito do seu papel durante o trabalho de parto (Mendes & Santos, 2019; Cavalcanti & Holanda, 2019).

Apesar de essencialmente importante, no Brasil a presença do pai ou de outro acompanhante na sala de parto não se configurava como direito da parturiente até o ano de 2005. Essa prática dependia da aprovação da instituição escolhida (Francisco, Souza, Vitório, Zampieri & Gregório, 2015). Somente em abril de 2005 foi sancionada a Lei nº 11.108, que garante a presença de um acompanhante escolhido pela própria parturiente durante todo o trabalho de parto,

o parto e o pós-parto imediato, caracterizando-se como uma prática de assistência humanizada.

A presença de um acompanhante é de suma relevância, tratando-se de um direito reconhecido pela legislação brasileira. Embora haja avanços com a implementação da lei, observa-se que a garantia desse direito não ocorre na totalidade dos partos e nascimentos, porque muitos homens desconhecem o direito que lhes é resguardado por lei de estarem presentes durante o momento do parto, e atribuem sua presença à benevolência da equipe médica (Henz, Medeiros & Salvadori, 2017; Gomes, Padoin, Langendorf, Paula, Gomes & Ribeiro, 2019).

Apesar do esforço dos órgãos federais em viabilizar a garantia do direito da gestante de ter um acompanhante no momento do parto, muitas vezes o homem ou a pessoa escolhida por ela são impedidos de permanecer ao lado da mulher. Algumas instituições hospitalares ainda adotam o modelo de saúde centrado na medicina, e não nas necessidades do usuário, dificultando o cumprimento da lei (Melo, Angelo, Pontes & Brito, 2015). A partir da aplicação de rotinas, normas e regras, o espaço hospitalar sustenta-se como um lugar de submissão, interferindo muitas vezes no processo de humanização do parto (Cursino & Benincasa, 2020).

Além das barreiras institucionais, o pai ainda é pouco acolhido, estimulado e orientado por parte dos profissionais de saúde para participar do nascimento do filho (Aló de Moraes & Granato, 2016; Cortez, Machado, Trindade & Souza, 2016; Henz, Medeiros & Salvadori, 2017). Desse modo, a problemática atrelada à presença paterna no nascimento engloba o modelo assistencial oferecido pelos profissionais, assim como a relação de poder que permeia o ambiente hospitalar.

Cabe considerar que atualmente a maior parte dos partos acontece em instituições de saúde, incorporados a uma prática médica. Porém, diante da insatisfação das mulheres com o modelo obstétrico vigente e do desejo de autonomia sobre seus corpos no momento do parto e do nascimento, observa-se que o parto domiciliar planejado tem crescido cada vez mais no Brasil, especialmente nos grandes centros urbanos (Cursino & Benincasa, 2020). Para Ramos, Rocha e Lima (2018), o aumento do número de gestantes que optam pelo parto domiciliar parece estar relacionado ao desejo da mulher de evitar intervenções cirúrgicas e ter a participação da família e a presença ativa do pai nesse evento.

Rede de apoio familiar

A rede de apoio familiar e social mostra-se importante após o nascimento do bebê para a maioria dos casais. Entretanto, os participantes do estudo percebem o papel da rede de apoio como secundário quando o pai pode estar mais presente para dar suporte à mulher e ao filho(a) recém-nascido. Os relatos a seguir evidenciam essa questão:

Quando o pai está presente, a necessidade da família acaba sendo nas questões mais pontuais como, por exemplo: esses dias a gente estava querendo ir no cinema e aí eu liguei pra minha mãe, 'mãe pode ficar com ele'. [...] Mas é isso que eu te falo, quando tem os dois [pai e mãe] a necessidade de uma rede que dê suporte é muito menor. Ela [rede] se dá pontualmente, não como uma constante (Pai 1, menino, 6 meses, Lic. 20 dias).

Tradicionalmente, as famílias têm redes de apoio que naturalmente excluem o pai desses cuidados. O que eu percebi da licença ampliada [20 dias] é que justamente você fica menos dependente de uma rede de apoio, de uma rede familiar que culturalmente cuidaria se o pai não estivesse ali (Pai 4, menino, 1 ano, Lic. 20 dias).

Eu acredito que os primeiros dias [pós-parto] é um momento muito íntimo, e que deveria ser apenas do casal com o bebê. Eu vejo amigos que não tiveram a oportunidade de ficar tanto tempo em casa, como eu tive, e que a sogra ou a própria mãe foi ficar 1 mês morando com o casal para ajudar. Eu acho isso bem negativo, mas quando o pai não pode ficar vai fazer como?! Eu acho negativo, mas para algumas pessoas essa acaba sendo a única solução (Pai 12, menina, 3 meses, Lic. 20 dias).

As vivências da família no retorno ao lar, após o nascimento do bebê, envolvem muitos desafios. A rede de apoio social e familiar tem um importante papel face às funções que desempenha, de suporte, disponibilidade e cuidado, em especial nos primeiros dias após o parto. O apoio social tem sido considerado um recurso importante durante a transição para a parentalidade, tendo em vista que o suporte recebido se revela como um fator de proteção para a família no enfrentamento dos desafios inerentes a essa fase (Rapoport & Piccinini, 2011; Cornish & Dobie, 2018).

A presença paterna durante o pós-parto possibilita inúmeros benefícios para mãe e o bebê, tais como: promoção de bem-estar à companheira, incentivo ao aleitamento materno e fortalecimento do vínculo pai-filho (Romagnolo, Costa,

Souza, Somera & Benincasa, 2017). No entanto, as redes envolvidas nesse processo são constituídas, sobretudo, por figuras femininas, sendo elas: avós, em especial as avós maternas, tias, amigas e vizinhas (Lopes, Prochnow & Piccinini, 2010; Carvalho, Franco, Costa & Oiwa, 2012).

Na fase do puerpério ou pós-parto, a mulher vivencia profundas alterações físicas e emocionais desencadeadas pelo parto. Desse modo, mostra-se fundamental o suporte oferecido a ela nesse período (Rapoport & Piccinini, 2011). Apesar de a rede social mostrar-se essencial durante as transições decorrentes do nascimento de um bebê, cabe destacar que o apoio do parceiro é uma valiosa fonte de suporte (Nascimento, Marcelino, Vieira & Lemos, 2019; Menezes, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2019). Entretanto, a possibilidade de o pai oferecer auxílio e suporte à companheira parece prejudicada se considerarmos que a maior parte dos homens brasileiros permanece em casa por apenas cinco dias consecutivos após o nascimento do filho, e em alguns casos, como de pais autônomos, o tempo pode ser ainda mais reduzido.

É importante observar que nos relatos mencionados acima os pais tiveram direito à licença-paternidade ampliada (20 dias). Desse modo, é possível considerar que, apesar de a licença estendida ainda parecer insuficiente diante das demandas do pós-parto, a rede de apoio não fica tão sobrecarregada, servindo para dar suporte também ao pai neste período. Diferentemente, no caso de pais que tiveram a licença-paternidade reduzida após o nascimento do filho (5 dias), observou-se que esses assumiram uma função menos ativa no pós-parto, como pode ser percebido nas seguintes falas:

O apoio da minha sogra foi muito grande no começo. Ela ficou uns 20 dias na nossa casa. Mas na hora que ela foi embora e ficamos só nós dois, a gente olhou um para a cara do outro: 'e agora a gente faz o quê?' [risos]. Agora a gente acha engraçado, mas foi bem tenso na época (Pai 5, menino, 6 meses, Lic. 5 dias).

O período pós-parto foi muito difícil. Meu chefe era compreensível, eu tive uma certa flexibilidade, mas a gente acabou indo ficar na casa da minha sogra, não tinha como ela [esposa] ficar sozinha (Pai 13, menino, 6 meses, Lic. 3 dias).

A aquisição de competências parentais, ou capacidade para cuidar do filho e responder às suas necessidades, é uma tarefa complexa, exigindo apoio e

suporte, como já mencionado (Cornish & Dobie, 2018). Diante dos discursos dos participantes, foi possível compreender a importância e a necessidade da participação do companheiro e da família nos cuidados com a puérpera e o recém-nascido, haja vista que o pós-parto é marcado pelo cansaço físico e a privação do sono (Romagnolo, Costa, Souza, Somera & Benincasa, 2017).

Sabe-se que o pós-parto é um período desencadeador de inúmeras mudanças intra e interpessoais para o casal. Após o nascimento do bebê, algumas mulheres apresentam alterações de humor, levando a quadros depressivos devido às mudanças hormonais, ao estresse durante o parto, ao aumento da responsabilidade e a expectativas diante da maternidade (Cornish & Dobie, 2018). Evidências científicas indicam que a ocorrência de quadros depressivos pode estar relacionada, dentre outros fatores, à falta de apoio por parte do parceiro (Krob, Godoy, Leite & Mori, 2017; Frizzo, Schmidt, Vargas & Piccinini, 2019). Apesar de a depressão pós-parto ser tipicamente tratada como um transtorno com maior prevalência materna, os sintomas depressivos também podem acometer o pai, que, assim como a companheira, vivencia transformações importantes em sua identidade pessoal, familiar e social após tornar-se pai (Gabriel, Silva, Portugal & Piccinini, 2015; Howarth & Swain, 2020).

2.3 Considerações finais

O presente estudo investigou a participação paterna durante a gestação, o parto e o pós-parto sob a perspectiva do homem. Os achados revelaram que, atualmente, o pai tem assumido uma postura mais ativa diante do ciclo gravídico-puerperal, em especial nas classes de nível socioeconômico médio. Diante dos resultados encontrados, observou-se que a presença do pai nas consultas de pré-natal e no momento do nascimento do filho fortalece os vínculos familiares, caracterizando-se como um fator positivo para a tríade mãe-pai-filho.

Apesar de a figura paterna ser socialmente reconhecida como importante no contexto clínico gestacional, muitos homens encontram barreiras para se inserirem nesse contexto. Uma possível explicação para isso seria o fato de estereótipos de gênero reforçarem a ideia de que o universo obstetrício é um espaço naturalmente feminino. Cabe lembrar que os serviços de saúde foram tradicionalmente projetados para acolher a mulher gestante, aspecto que pode dificultar o acesso do homem nesse contexto.

Com relação à presença paterna no pós-parto, a presente pesquisa possibilitou compreender que o homem tem um papel importante como integrante da rede social de apoio à mulher no puerpério. A maior parte dos pais, contudo, dispõe de poucos dias de licença do trabalho para ocupar o lugar de figura primária no suporte à companheira no pós-parto, aspecto que leva o casal a recorrer a redes de apoio substitutas, em especial familiares. Esse tipo de achado evidencia a necessidade de fomentar a discussão acerca da carência de políticas públicas e programas voltados a apoiar a relação pai-bebê.

Vale destacar que os participantes deste estudo pertencem a classes de nível socioeconômico médio. Diante disso, sugere-se que novas pesquisas investiguem a participação paterna no ciclo gravídico-puerperal em diferentes classes sociais, para o entendimento das peculiaridades aqui discutidas em outros contextos.

Por fim, cabe salientar que a maior parte das evidências científicas encontradas para fundamentar a discussão aqui apresentada investigam a presença paterna no contexto gestacional sob a ótica materna. Por essa razão, os resultados e a discussão aqui apresentados buscam avançar em termos de conhecimento científico sobre a temática em questão na medida em que privilegiam a perspectiva paterna.

3. Práticas de cuidado e relações de gênero: o pai em questão

Resumo

Este estudo, parte de uma investigação mais ampla sobre as transformações do exercício paterno na contemporaneidade, teve como objetivo investigar práticas de cuidado realizadas pelo pai no primeiro ano de vida do bebê, sob a ótica masculina. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados 15 pais primíparos. Os resultados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo na sua vertente categorial. Da análise do material, emergiram diversas categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste estudo, as subcategorias *transformações do papel do pai no cuidado dos filhos*, *práticas de cuidado realizadas pelo pai na atualidade*, e *noção masculina de cuidado*, que se desdobram da categoria *práticas de cuidado*, serão apresentadas e discutidas. Os achados do estudo revelaram que, apesar das transformações no papel do pai, a mãe segue naturalizada como a cuidadora primária da prole. Desse modo, concluiu-se que as transformações acerca dos papéis parentais se revelam incipientes, haja vista que socialmente ainda existe uma tendência à feminização do cuidado.

Palavras-chave: paternidade; filho; práticas de cuidado.

Abstract

This study, part of a broader investigation on the transformations of fatherly exercise in contemporary times, aimed to investigate care practices performed by the father today. To this end, a qualitative research was carried out, in which 15 men were interviewed. The results were results according to the content analysis method in its categorical aspect. From the analysis of the material, several categories of analysis emerged. Considering the objective of this study, the subcategories *transformations of the father's role in the care of children*, *care practices performed by the father today*, and *the male notion of care*, which unfold from the category *care practices*, will be presented and discussed. The study's findings revealed that, despite the changes in the father's role, the mother remains naturalized as the primary caregiver of the offspring. Thus, it is concluded that the transformations about parental roles are incipient, given that socially there is still a tendency towards the feminization of care.

Keywords: paternity; son; care practices.

Historicamente a mulher foi considerada pela sociedade como melhor qualificada para cuidar dos filhos, existindo uma crença de que ela possui um instinto materno (Badinter, 1980; 2010) e por esta razão tem mais habilidade para atender às demandas de uma criança. Desse modo, em muitas discussões sobre o cuidado, costumadamente, a sociedade remete-se ao universo feminino. Desde a infância, no ambiente familiar, escolar e social há um incentivo e uma valorização para que o cuidado esteja presente na postura das meninas (Lyra, Leão, Lima, Targino, Crisóstomo & Santos, 2015), como se o cuidado familiar se tratasse de uma brincadeira exclusivamente do gênero feminino.

Padrões de comportamento são perpetuados e transmitidos às crianças, que desde pequenas, seguem padrões pré-estabelecidos (Botton, Cúnico, Barcinski & Strey, 2015; Botton, Cúnico & Strey, 2017). O papel da mulher como cuidadora, inclusive, é referido como um processo que se inicia desde cedo através das brincadeiras infantis da menina ao brincar de boneca (Freud, 1933; Winnicott, 1971). Neste sentido, estereótipos de gênero acerca dos papéis femininos e masculinos fazem parte do sistema de crenças instituído pela sociedade. Como consequência destes estereótipos, antigas concepções e expectativas, sobre o que é esperado dos papéis de pai e mãe no contexto familiar, marcam fortemente os modos de exercer a parentalidade nos dias atuais (Mozzaquatro & Arpini, 2017; Visentin & Lhullier, 2019; Santos, Campana & Gomes, 2019).

A significativa inserção da mulher em praticamente todo tipo de atividade produtiva intensificou as transformações nos papéis parentais (Filipa, Oliveira & Fontaine, 2020) nos últimos anos. Apesar de a inserção feminina se mostrar cada vez mais intensa no mercado de trabalho, esta condição não garantiu a efetiva divisão das atribuições familiares. Estudos apontam que a mulher ainda permanece como a principal responsável pelas atividades inerentes ao cuidado e às tarefas domésticas (Rocha-Coutinho, 2015; Alves da Costa, 2018; Insfran & Muniz, 2020). Cabe lembrar que, as tarefas exercidas pelo homem no contexto familiar são frequentemente percebidas como auxílio à companheira e não como parte das responsabilidades de ambos (Ribeiro, Gomes & Moreira, 2017; Donath, 2017).

Assim, apesar de uma revisão constante das atividades desempenhadas exclusivamente pelas mães na atualidade, é importante considerar que o homem ainda se depara com heranças sociais que o levam a questionar sua competência

para cuidar dos filhos (Castoldi, Gonçalves & Lopes, 2014; Backes, Becker, Crepaldi & Vieira, 2018). Alguns homens, por sua vez, sentem medo e insegurança pela crença de que as mulheres tenham mais habilidade para o cuidado do que eles. Neste sentido, muitos pais se envolvem no cuidado dos filhos, em especial, quando solicitados pelas companheiras. Desse modo, a função de guardiã, muitas vezes assumida pela mãe diante do bebê, pode facilitar ou inibir o envolvimento paterno (Bustamante, 2019; Schmidt, Arenhart, Lopes & Piccinini, 2019).

Como consequência dos aspectos mencionados, a maior proximidade do homem em relação ao universo familiar, observada no comportamento do pai contemporâneo, acontece em meio a inúmeros desafios, posto que a habilidade de cuidar ainda é intimamente associada ao universo feminino (Menezes, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2019). Diante do exposto, questiona-se sobre o que dificulta o envolvimento do pai nas tarefas inerentes ao cuidado? Além disso, como homens aprendem a cuidar? No âmbito destas considerações, o presente estudo teve como objetivo investigar as práticas de cuidado realizadas pelo pai no primeiro ano de vida do bebê, sob a ótica masculina.

3.1 Método

Participantes

Participaram desta pesquisa 15 pais, dos quais, 9 tiveram direito à licença-paternidade de 20 dias, conforme recentemente aprovado em lei (Lei nº 13.257), e 6 tiveram direito à licença-paternidade de 5 dias. Os participantes eram de segmento social médio, tinham idades entre 22 e 38 anos, haviam sido pais pela primeira vez há pelo menos 3 meses e, no máximo, um ano, e coabitavam com a mãe e o bebê sem relato de problemas no desenvolvimento.

Para apresentação dos resultados, e buscando preservar o anonimato dos participantes, os pais foram denominados de *Pai 1* a *Pai 15*. A nomeação de cada participante foi seguida do sexo e idade do(a) filho(a) e do tipo de licença-paternidade, sendo a nomeação para os pais com licença de 20 dias *Lic.20 dias*, e para os pais com licença de 5 dias *Lic.5 dias*. A Tabela 1 apresenta a descrição do perfil dos participantes.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

	Idade do pai	Idade da mãe	Licença paternidade	Profissão	Tipo de Empresa	Sexo do bebê	Idade do Bebê	Tipo de parto*
P1	36 anos	33 anos	20 dias	Bancário	Pública	M	6 m.	Cesária
P2	36 anos	35 anos	5 dias	Engenheiro Elétrico	Autônomo	F	3 m.	Normal
P3	32 anos	30 anos	5 dias	Advogado	Privada	F	7 m.	Cesária
P4	38 anos	39 anos	20 dias	Bancário	Pública	M	1 ano	Humanizado
P5	36 anos	36 anos	5 dias	Economista	Privada	F	4 m.	Cesária
P6	35 anos	35 anos	5 dias	Coordenador de T.I	Privada	M	7 m.	Cesária
P7	35 anos	34 anos	5 dias	Analista de Sistemas	Privada	M	6 m.	Normal
P8	35 anos	35 anos	20 dias	Servidor Público	Pública	M	4 m.	Normal
P9	35 anos	37 anos	20 dias	Representante de vendas	Privada	F	8 m.	Cesária
P10	36 anos	33 anos	20 dias	Farmacêutico	Pública	M	9 m.	Cesária
P11	33 anos	26 anos	20 dias	Professor	Pública	F	9 m.	Normal
P12	37 anos	36 anos	20 dias	Publicitário	Pública	F	3 m.	Normal
P13	22 anos	20 anos	3 dias	Atendente	Privada	M	6 m.	Fórceps
P14	30 anos	26 anos	20 dias	Professor universitário	Pública	M	9 m.	Normal com intervenção
P15	36 anos	34 anos	20 dias	Advogado	Privada	M	9 m.	Cesária

*Termo descrito pelo participante.

Instrumentos

Foi utilizada uma entrevista com roteiro semi-estruturado elaborado a partir dos seguintes eixos temáticos: concepções sobre paternidade, participação masculina nos cuidados com o filho, desafios no exercício da paternidade e lugar do filho no projeto de vida do homem.

Procedimentos

Os participantes deste estudo foram indicados pela rede de sociabilidade dos membros do grupo de pesquisa, constituindo uma amostra de conveniência.

As entrevistas foram gravadas em áudio e realizadas pela própria pesquisadora em local indicado pelos participantes, em seguida, foram transcritas para posterior análise.

O projeto que deu origem a esta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade onde o estudo foi desenvolvido (parecer N° 09/2019). Aos interessados em participar do estudo foram explicitados os objetivos da pesquisa e o caráter sigiloso das informações prestadas que preserva a identidade dos mesmos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Análise e discussão dos resultados

Os dados coletados foram analisados utilizando-se o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, conforme proposto por Bardin (2016). Por meio da técnica categorial, foram destacadas as categorias temáticas, organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Posteriormente, foi realizada uma “leitura flutuante” para agrupar dados significativos, relacioná-los e destacar as categorias de análise.

3.2 Análise e discussão dos resultados

Das entrevistas emergiram diversas categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste estudo, as subcategorias *transformações do papel do pai no cuidado dos filhos*, *práticas de cuidado realizadas pelo pai na atualidade*, e *noção masculina de cuidado*, que se desdobram da categoria *práticas de cuidado*, serão apresentadas e discutidas. Esta categoria e suas subcategorias referem-se ao relato dos pais sobre suas percepções acerca das práticas de cuidado realizadas por eles no primeiro ano de vida do bebê.

Transformações no papel do pai no cuidado dos filhos

Diversas transformações sociais nas últimas décadas, com destaque para a inserção feminina no mercado de trabalho, levaram à diminuição do tempo da mulher para desempenhar as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Essas mudanças vêm exigindo um companheiro mais ativo nas tarefas inerentes ao cotidiano da família. Diante disso, a lógica do pai como figura de apoio da mãe, considerada cuidadora primária, tem sido questionada. Tal fato foi notório no discurso dos participantes como ilustram as falas abaixo:

Eu não gosto muito deste conceito do homem participa, ajuda. Não, pra mim o pai faz junto ou, ao menos deveria fazer junto. Esse negócio de participar eu não concordo porque eu faço as mesmas coisas por ele [filho], assim como a mãe... eu só não posso dar de mamar né, eu não tenho peito, mas eu posso dar banho, limpar a bunda, eu posso fazer tudo. Eu só não posso amamentar, é a única coisa que um pai não é capaz de fazer (Pai 1, menino, 6 meses, Lic.20 dias).

Acho que não deveria ter uma idolatria para o cara que é ativo. Porque o que eu vejo nesses grupos onde o pai é menos participativo... ainda tem isso 'participativo', mas quando você surge nesses grupos você é quase que idolatrado. 'Ohhh que isso, é você que cozinha para o seu filho?' É sou eu que cozinho, preparo a comida dele toda! 'Ah é você que lava as fraldas?' Porque ele usa fralda de pano. 'Sim quem lava sou eu'. Lá [grupo que participa] o pai não é idolatrado ele é visto como mais um mesmo, e que legal. Eu acho que tem que ser assim eu não estou esperando idolatria, pelo contrário acho que ser pai é cuidar, fazer essas tarefas também (Pai 4, menino, 1 ano, Lic.20 dias).

A concepção social acerca do papel do pai na família modificou-se ao longo da história, em especial após o duplo ingresso dos cônjuges no mercado de trabalho. O crescimento do número de lares em que ambos os pais trabalham fora permitiu a revisão dos papéis parentais, do mesmo modo exigiu o envolvimento mais ativo do homem nas tarefas relacionadas aos filhos (Instituto Promundo, 2016; Santos, Campana & Gomes, 2019). Cabe lembrar que, historicamente, se fortaleceu a ideia de que o homem não era capaz de exercer atividades atreladas ao cuidado. A crença social suposta era de que, caso cuidasse do filho(a), o pai não cuidaria tão bem quanto a mãe, afinal, ele não possuía instinto para tal (Botton, Cúnico, Barcinski & Strey, 2015; Botton, Cúnico & Strey, 2017).

Na atualidade, o padrão tradicional de participação paterna, no qual os pais eram reconhecidos como auxiliares das esposas na tarefa de cuidar e educar a prole, vem dando lugar a novos ideais culturais com uma tentativa de maior divisão nas responsabilidades entre pai e mãe e uma participação paterna mais acentuada na rotina dos filhos, em especial nas classes médias da população (Mazzo & Almeida, 2020). O papel do pai, que durante muito tempo foi considerado o único provedor da família e desvinculado dos acontecimentos domésticos, vem passando por um intenso processo de transformação na

contemporaneidade (Visentin & Lhullier, 2019; Santos, Campana & Gomes, 2019).

Resultados de pesquisas atuais apontam que os homens têm se engajado mais ativamente nas atividades domésticas e familiares (Fiterman & Moreira, 2018; Matos & Magalhães, 2019). Embora a participação do homem nestas atividades esteja aumentando, as mães ainda dedicam mais horas semanais cuidando da casa e dos filhos do que os pais (Insfran & Muniz, 2020). Dados do relatório “*State of the World’s Fathers*” (2019), que traz informações sobre o contexto da paternidade em mais de 40 países, revelam que possivelmente em nenhum país a responsabilidade pelas demandas do lar é igual entre homens e mulheres. No entanto, para os autores do referido relatório, exemplos observados nas mais diversas partes do mundo atestam o aumento expressivo de pais que manifestam desejo de estar mais envolvidos nas vidas dos filhos.

Outro aspecto destacado pelos participantes, relacionado à transformação no papel do pai no cuidado com a prole, refere-se ao fato de o pai contemporâneo demonstrar interesse na busca por informações para qualificar o exercício da paternidade. Os participantes expressaram com entusiasmo a procura por referências para se apropriar do papel de cuidador, conforme revelam as falas abaixo:

Eu li muito durante a gestação, comprei vários livros e fiz um curso online. Eu queria saber tudo o que era esperado para cada período. Busquei muita informação sobre os cuidados com o bebê: como dar banho, quais os cuidados para realizar a higienização, qual a melhor posição para ficar com o bebê no colo (Pai 10, menino, 9 meses, Lic.20 dias).

Logo depois que confirmamos a gravidez eu comprei um livro sobre cuidados com o bebê. Também participei de um curso sobre primeiros socorros, porque tem muitos casos de bebê que se engasgam e a família não sabe como agir. Até hoje eu busco informações. Ele [filho] estava chorando com muita frequência e sem motivo aparente, já tinha mamado, estava com a fralda limpa, dai fui ler e vi que o bebê passa por ‘saltos’ em cada fase. Ler sobre isso me ajudou a entender o que estava acontecendo (Pai 15, menino, 9 meses, Lic.20 dias).

Diante das falas, é possível inferir que com o propósito de direcionar suas ações e comportamentos no manejo com o bebê, o pai contemporâneo busca

aprimorar seus conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil. A busca por referências parece proporcionar maior segurança, possibilitando que o pai se sinta mais capacitado e competente para o cuidado (Visentin & Lhullier, 2019). Para Dal-Rosso, Silva, Pieszak, Ebling e Silveira (2019), obter conhecimentos para a execução de cuidados básicos com o filho, como higiene e alimentação, pode permitir ao pai exercer o papel de cuidador com mais autonomia e autoconfiança.

Cabe ressaltar que, a literatura aponta que pais primíparos ou de “primeira viagem”, tal como os participantes do estudo, podem demonstrar maior interesse na busca por informações sobre a parentalidade, em função dos anseios e dúvidas relacionados à nova experiência (Trindade, Cortez, Dornelas & Santos, 2019). A faixa etária do indivíduo no momento em que se dá a paternidade também pode ser um fator de influência na busca por referências. Para Mattos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado (2017a), pais mais jovens têm manifestado maior curiosidade com relação à gravidez, de modo que procuram participar e estar ligados à companheira e ao bebê, a fim de aproximar-se mais e entender os aspectos que englobam o período gestacional e pós-parto.

Práticas de cuidado realizadas pelo pai na atualidade

Ao longo da história, as atividades de trabalho foram organizadas socialmente por gênero. Cada vez mais, entretanto, a lógica do homem distante das tarefas relacionadas aos filhos parece estar se ressignificando, como já referido. Na atualidade, muitos pais estão desempenhando atividades bastante similares as que, por muito tempo, eram executadas exclusivamente pelas mães, no que concerne os cuidados com os filhos, conforme ilustram os relatos abaixo:

As nossas tarefas são bem parecidas [pai e mãe], eu faço as mesmas atividades que ela [esposa]. Dou banho, troco a fralda, coloco para dormir. Eu sempre apoiei ela a sair, mesmo quando ele era bem pequenininho eu já ficava bastante tempo a sós com ele. Quando ela chegava só dava de mamar, quando ele mamava só no peito. Agora começamos a dar a mamadeira também, então é até mais tranquilo. Muitas pessoas falam dessa questão que a mulher tem o risco da depressão pós-parto, então eu sempre busquei me envolver bastante porque eu queria que ela [esposa] não se sentisse tão cansada (Pai 7, menino, 6 meses, Lic.5 dias).

A nossa sociedade ainda é muito machista, acha que o pai não consegue, não sabe cuidar dos filhos. Lá em casa eu faço basicamente as mesmas coisas, eu troco a fralda, inclusive quando eu estava em

casa, durante a licença, eu trocava mais fraldas do que a minha esposa. Eu também dou banho e coloco ele [filho] pra dormir. Até hoje, mesmo que eu voltei a trabalhar, eu levanto de madrugada quando ele chora, a gente reveza bastante nas madrugadas (Pai 10, menino, 9 meses, Lic.20 dias).

A família contemporânea apresenta mudanças na organização de seus membros e na flexibilidade da posição que as figuras parentais vêm ocupando socialmente, em especial nas classes de nível socioeconômico médio. O poder e a autoridade masculinos e paterna, anteriormente regidos por um sistema hierárquico e dicotômico, nos dias de hoje demonstram uma tendência à horizontalização das relações (Santos, Campana & Gomes, 2019). Apesar das profundas transformações sociais, econômicas e culturais pelas quais a família passou e que permitiram a revisão dos papéis parentais, como já sinalizado, em muitos lares as mulheres permanecem como as principais responsáveis pela maior parte das atribuições inerentes à casa e aos filhos (Rocha-Coutinho, 2015; Alves da Costa, 2018; Insfran & Muniz, 2020).

Neste sentido, muito embora tenha aumentado a aproximação do homem nas atividades domésticas e no envolvimento com os filhos (Araújo, Picanço, Cano & Veiga, 2019; Santos, Campana & Gomes, 2019), aspectos tradicionais ainda estão fortemente presentes nas práticas de cuidado paternas (Alves da Costa, 2018). Cabe mencionar, no entanto, que o pai contemporâneo, em especial das classes de nível socioeconômico médio, caminha em direção a mudanças na medida em que ele tem reconhecido que sua família necessita de maior suporte, e, ainda que de maneira gradual, venha se engajando mais nas tarefas do lar e nos cuidados com os filhos (Mazzo & Almeida, 2020).

Como já sinalizado, há uma tendência social a se naturalizar a figura do pai, como aquele que participa/ajuda a companheira seja nas tarefas domésticas ou no cuidado com os filhos (Ribeiro, Gomes & Moreira, 2017; Donath, 2017). A literatura inclusive aponta que a interação do pai com os filhos acontece mais em atividades lúdicas (Cruz, Santos, Silva, Reis & Silva, 2019; Monteiro, Torres & Quiroz, 2019). Porém, como observado, as práticas de cuidado realizadas pelos participantes do estudo parecem não se restringir às atividades lúdicas. Pode-se inferir, desse modo, que as tarefas desempenhadas pelo homem no ambiente doméstico, possivelmente, estão se ampliando. Inclusive, a rigidez nos papéis e

atribuições maternas e paternas tem levantado questionamentos para alguns homens que parecem reivindicar seu lugar nas responsabilidades parentais. As falas a seguir reforçam tal afirmação:

Uma das discussões que a gente teve foi isso, eu queria levar ela [filha] na casa dos meus pais e a X [esposa] não queria ir. Ela me falou: ‘a Y [filha] vai aonde eu vou!’ Isso não pode ser assim, eu tenho os mesmos deveres que ela, mas também os mesmos direitos. Porque tem que ser 41/59 e não 50/50? Isso é uma questão que tem sido pra mim fonte de reflexão (Pai 2, menina, 3 meses, Lic.5 dias).

Nem tudo o pai sabe fazer, na verdade a mãe também está aprendendo. Mas eu acho que as mulheres têm que deixar os homens mais à vontade para fazer. No início a X [esposa] reclamava se eu não fazia do jeito dela, depois ela foi aceitando que eu faria do meu jeito e também estaria bom (Pai 15, menino, 9 meses, Lic.20 dias).

Sabe-se que, ao longo da história, a mulher foi socialmente percebida como mais qualificada para cuidar da prole, como já referido. No âmbito jurídico, por exemplo, a guarda dos filhos, em casos de separação, indiscutivelmente era concedida à mãe, tendo o pai apenas o direito de visita (Devreux, 2006). Entretanto, na atualidade observa-se que o homem questiona a noção da mulher como mais habilidosa para responsabilizar-se exclusivamente pelos filhos (Trage & Donelli, 2020). Nesta perspectiva, analisando as expressões emitidas pelos participantes do estudo, considera-se que hoje muitos pais estão mais engajados na busca pela equidade de direitos e responsabilidades parentais.

No que tange aos papéis parentais, observa-se que as percepções da mulher sobre o papel do homem frente ao cuidado do filho podem ter grande peso na relação pai-bebê (Planalp & Braungart-Rieker, 2015). Apesar de reconhecer a importância da participação do pai, nem sempre a mãe consegue permitir, facilitar ou estimular o envolvimento do pai com o bebê. Isso porque, essa permissividade implicaria em uma revisão do poder materno diante do filho, o que nem sempre é fácil. Neste viés, muitas mulheres, ainda que inconscientemente, acabam dificultando que o pai interaja com o bebê e participe da rotina, afinal isso a tiraria de um lugar de privilégio (Castoldi, Gonçalves & Lopes, 2014; Backes, Becker, Crepaldi & Vieira, 2018).

Nesse sentido, o estudo desenvolvido por Krob, Silva e Piccinini (2009) evidenciou que, quando os pais sentem pouco estímulo por parte da companheira ou desaprovação na conduta ao manusear o bebê, tendem a manter uma relação mais afastada com o filho. Ao contrário, quando valorizado e aprovado, o homem pode se envolver mais nas tarefas atreladas ao cuidado, e manejar melhor suas inseguranças e medos relacionados ao manuseio da criança.

Muito embora ainda exista uma concepção social que visualize o homem como menos qualificado para executar ações de cuidado sozinho, ou sem a mediação de um integrante da família (Bustamante, 2019; Bustamante & Gama, 2020), contrariando essa percepção, alguns homens mostram-se mais autônomos na execução das atividades atreladas ao cuidar. Este dado pode ser observado no relato abaixo:

Esses dias meu filho fez cocô na praia e eu troquei a bunda dele cheia de areia, e aí quando chegou em casa quem foi dá banho fui eu. Ela [esposa] foi fazer alguma outra coisa e eu nem perguntei... eu fui lá e dei banho nele. Por que é isso você não tem que ficar esperando a esposa... Poh, vou perguntar pra ela se precisa dar banho? (Pai 1, menino, 6 meses, Lic.20 dias).

A autonomia paterna nos afazeres diários do lar repercute positivamente no bem-estar conjugal (Martello, Wilhelm, Cremonese, Prates, Timm & Ressel, 2017; Zanatta, Pereira, Rossato & Alves, 2017). Por outro lado, quando o homem não se envolve nas atividades domésticas e inerentes aos cuidados dos filhos, tal fato pode ser vivenciado como fonte de estresse parental, aspecto que tende a repercutir na relação conjugal (Pereira-Silva, 2015; Planalp & Braungart-Rieker, 2015; Pasinato & Mosmann, 2016). Para Fidelis, Falcke e Mosmann (2017), algumas mulheres tendem a requerer que os homens executem as tarefas inerentes ao lar e ao cuidado com os filhos, à sua maneira e ao seu tempo, aspecto que pode dificultar o engajamento paterno nestas atividades.

No que se refere ao ato de cuidar, cabe analisar que homens e mulheres compartilham da crença de que a mãe é a figura primária no cuidado dos filhos (Filipa, Oliveira & Fontaine, 2020). Diante disso, muitas vezes, quando o pai se mostra mais atuante surge a desvalorização pelo seu engajamento nos cuidados com o filho, não apenas por parte da companheira, mas pela sociedade em geral. Como consequência, a crença de que o pai é incapaz de cuidar dos filhos, muitas

vezes, acaba por excluí-lo das tarefas relacionadas ao cuidar (Crepaldi, Andreani, Hammes, Ristof & Ribeiro de Abreu, 2006; Silva & Stamato, 2016).

Um dado importante a se considerar quando se analisa a participação do homem nas atribuições do lar é o nível de escolaridade. O grau de instrução pode ser referido como um fator de influência na participação paterna, haja vista que pais com maior grau de escolaridade demonstram maior colaboração e participação na criação e cuidado dos filhos (Vieira et al., 2014). Para Mazzo e Almeida (2020), quanto mais os pais se desenvolvem, por meio de estudos, ampliam sua visão de mundo e sentem-se mais autorizados a flexibilizar os papéis parentais. Talvez homens com nível mais elevado de instrução permitam-se com maior naturalidade abandonar a crença de que o cuidar é uma designação feminina e, desse modo, compartilhem com maior naturalidade as práticas de cuidado parentais. Por outro lado, os resultados do estudo desenvolvido por Araújo, Picanço, Cano e Veiga (2019) apontam uma postura mais tradicional em indivíduos que possuem nível superior e que trabalham mais de 40 horas semanais. A discrepância entre os dados apresentados sugere que existe uma lacuna significativa entre os achados encontrados na literatura atual.

Noção masculina de cuidado

No que tange a habilidade de cuidar de um outro indivíduo, ao investigar como os participantes percebem o cuidado em suas vidas e qual o lugar dessa dimensão em seu cotidiano, observa-se que, culturalmente, desde muito cedo a menina é estimulada a cuidar, diferentemente, o menino parece ser isento dessa função.

Acho que para o homem é diferente da mulher. A mulher é mais incentivada a cuidar. A minha irmã sempre cuidou de mim, eu nunca cuidei de ninguém [risos]. No meu caso foi assim, nasceu caramba, agora tem que dar banho, como é que faz? Se você não fizer ninguém vai fazer, tem que ser você. Então aprendi a cuidar na prática (Pai 9, menina, 8 meses, Lic.20 dias).

Eu só tenho irmãos [meninos], na infância as nossas brincadeiras eram de disputa, brincávamos bastante de lutinha, muita brincadeira usando a força física. Apesar de eu ser o irmão mais velho eu nunca precisei cuidar dos meus irmãos. Acho que isso é mais estimulado na filha menina. Eu lembro da minha prima com a mesma idade que eu, quando íamos brincar ela sempre ficava responsável por cuidar do irmão mais novo (Pai 15, menino, 9 meses, Lic.20 dias).

Nos relatos acima é possível analisar, conforme aponta a literatura, que os homens, em geral, não são socializados para cuidarem de si, nem para cuidar dos outros (Ribeiro, Gomes & Moreira, 2015; 2017). O ato de cuidar, seja de crianças, pessoas doentes ou idosos, é visto como naturalmente uma função feminina (Botton, Cúnico & Strey, 2017). Desde jovem, os meninos são estimulados para mostrar-se corajosos, fortes e não ter medo. Eles são presenteados com armas, carros e outros brinquedos que estimulam a competição (Queiroz, Almeida & Nonato, 2019; Aguiar, 2019). As crianças, sobretudo, as do sexo masculino, são vigiadas afim de se afastar da possibilidade de usar em suas brincadeiras objetos característicos do universo feminino (Araújo, 2018), reforçando a ideia denominada por Bento (2010) de heteroterrorismo de gênero.

Neste sentido, ao observar uma menina brincando de boneca, naturalmente a sociedade associa como um “treino” para a futura maternidade, entretanto, ao menino isto não é permitido, porque a primeira coisa que a sociedade supõe é que, ao brincar de boneca o menino futuramente poderia tornar-se homossexual (Aguiar, 2019). Contudo, porque essa brincadeira não poderia ser interpretada como um menino brincando de ser pai? (Lyra, et al., 2015). Diante disso, é possível inferir que, ideologias de gênero desde muito cedo desempenham um papel significativo nas decisões familiares e na divisão de trabalho e cuidado, e se perpetuam ao longo da vida.

Na fase adulta, as questões transmitidas na infância ganham ainda mais força. Homens são estimulados socialmente a não parecerem frágeis e vulneráveis, já que essa atitude representaria fraqueza (Botton, Cúnico & Strey, 2017). Pensando nisso, é possível imaginar porque, para alguns homens, o ato de cuidar e demonstrar carinho pode ser uma atitude complexa (Aguiar, 2019). A noção de autocuidado dá lugar a um estilo de vida autodestrutivo, muitas vezes arriscado. Neste sentido, para experimentar o cuidar, os homens, antes disso, são exigidos a romper estereótipos para não reproduzir crenças socialmente a eles transmitidas ao longo da vida (Pereira, Reckziegel & Agostinetti, 2019).

O homem, desse modo, para tornar-se pai precisaria passar por um processo de amadurecimento. A mulher, por outro lado, ao experienciar a maternidade, ora vista como destino biológico, estaria concretizando algo socialmente esperado para identidade feminina (Barbosa & Rocha-Coutinho, 2007). Entretanto, na contemporaneidade, o conceito de instinto e cuidado

materno vem sendo questionado (Donath, 2017). Tal fato foi pontuado por alguns dos participantes do estudo, ao referir que homens e mulheres possivelmente desenvolvem a habilidade de cuidar de maneira similar:

No princípio você acha que todo choro representa fome, depois vai começando a descobrir que cada tipo de choro representa uma coisa diferente. Acho que pra mulher também é assim. Se ela nunca teve filhos, acho que também aprende assim, não é só brincando de boneca, porque uma boneca não emite sons diferentes para cada coisa que precisa né?! [risos] (Pai 4, menino, 1 ano, Lic.20 dias).

Eu acredito que o homem aprende a cuidar instintivamente, assim como a mulher, mas na verdade o homem cresce ouvindo que esse lugar não é dele. É muito natural ouvir as pessoas falar que o homem não sabe trocar fralda, que ele não sabe pegar o bebê, que não sabe dar banho (Pai 10, menino, 9 meses, Lic.20 dias).

As falas apresentadas sugerem que, na perspectiva dos participantes do estudo, o cuidado é percebido para além dos conceitos socialmente pré-estabelecidos. Para Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), apenas a gestação e o parto são biologicamente definidos. Para as autoras, tanto o exercício da maternidade quanto o da paternidade são fruto de um aprendizado social. O ato de cuidar, portanto, refere-se a algo, experimentado na relação com o filho, na medida em que leva em consideração as necessidades dele, cambiantes a cada momento. As práticas de cuidado envolvem, assim, o reconhecimento da dependência da criança em relação ao adulto para o seu desenvolvimento físico e psíquico.

Outro dado encontrado, relacionado à noção de cuidado, diz respeito ao senso de responsabilidade que pode ser criado quando um indivíduo cuida de outro ser vivo. A rotina de alimentação, cuidados e higiene, na perspectiva de alguns participantes do estudo, pode estimular a percepção acerca das necessidades do outro.

Acho que a minha cachorrinha me ajudou a colocar muita coisa em prática. Eu não acho que isso [noção de cuidar] se desenvolveu só por ter um cachorro, mas com certeza reflete nela [filha] porque eu trato minha cachorra como minha filha. Sempre cuidei dela [cachorro], dei banho, pode ser que de certa forma ajudou a ter uma ideia (Pai 12, menina, 3 meses, Lic.20 dias).

Acho que o homem não aprende sobre cuidar na infância. A única experiência que eu lembro era de às vezes ajudar no cuidado da

minha avó quando ela ficava doente, e eu tinha bichinho de estimação. Botar ração, levar o cachorro para passear, não tem como comparar cuidar de um filho, mas tem o lado de você se importar com o outro, saber que ele depende de você (Pai 14, menino, 9 meses, Lic.20 dias).

Em pesquisa desenvolvida por Bernardi, Féres-Carneiro e Magalhães (2018) com casais sem filhos, as autoras observaram que para algumas famílias a relação com os animais de estimação tem assumido simbolicamente um lugar parento-filial. A semelhança observada entre os cuidados que um animal de estimação requer e os cuidados que uma criança exige, foram descritos pelos participantes do estudo como um possível ensaio para parentalidade. Dados similares foram encontrados no estudo desenvolvido por Gaedtke (2019). A autora constatou que há hoje uma configuração social de afeto que coloca para os indivíduos humanos como amar seus animais, numa espécie de modelo a ser seguido sobre cuidados. Do mesmo modo, estudo realizado por Vieira (2019) constatou que o zelo e o cuidado destinados a um animal de estimação levam ao estabelecimento de vínculos de apego bastante semelhantes àqueles construídos com seres humanos.

3.3 Considerações finais

O presente estudo investigou as práticas de cuidado realizadas pelo pai no primeiro ano de vida do bebê, sob a ótica masculina. Olhar o cuidado na perspectiva do homem é um desafio, visto que, historicamente ele esteve associado à identidade feminina. Os achados do estudo revelaram que, apesar das transformações no papel do pai, a mãe segue naturalizada como a cuidadora primária da prole, tendo um papel claro após o nascimento do filho. O pai, por sua vez, se depara com uma grande lacuna em sua atuação.

Muito embora na atualidade se observem importantes avanços nas práticas de cuidado paterno, aspectos tradicionais que caracterizam o pai como um "ajudante" da mãe, ainda são fortemente observados. Por outro lado, é perceptível um movimento masculino na busca por ultrapassar fronteiras diante do reconhecimento do seu papel no nascimento do filho. É válido lembrar que estereótipos de gênero são culturalmente transmitidos para homens e mulheres desde a mais tenra idade. Sendo as meninas socializadas para o cuidado e os

meninos para o trabalho externo. Diante disso, observa-se que, para envolver-se nas práticas de cuidado diárias com o filho, o homem, muitas vezes, precisa romper estereótipos socialmente transmitidos e internalizados por ele ao longo da vida.

Cabe considerar que a socialização se processa a partir da imitação e, num nível de elaboração maior, a partir da identificação com os pares (Chora, Monteiro, Ramos & Amaral, 2019). Neste sentido, questiona-se: se meninos interagissem com maior frequência com homens adultos em situação de cuidado talvez pudessem conceber com maior naturalidade a possibilidade de desempenhar esta tarefa no futuro? Sabe-se que inúmeras barreiras ainda precisam ser superadas, mas talvez se homens cuidassem mais dos filhos, a rigidez acerca das atribuições parentais pudesse ser relativizada e questionada.

Conclui-se que as transformações acerca do papel do pai como cuidador se revelam incipientes, haja vista que socialmente ainda existe uma tendência à feminização do cuidado. Neste sentido, dissertar acerca das relações entre gênero e cuidado não se constitui uma tarefa simples, considerando as peculiaridades que englobam esta temática. Por fim, destaca-se que os resultados aqui apresentados não se esgotam. Ao contrário, com tais achados, pretende-se incitar novas análises a fim de fomentar futuras investigações acerca da temática em questão.

4. Transição para a parentalidade: desafios sob a ótica do pai

Resumo

Este estudo, parte de uma investigação mais ampla sobre as transformações do exercício paterno na contemporaneidade, teve como objetivo investigar desafios vivenciados pelo pai na transição para parentalidade após o nascimento e nos primeiros meses de vida do filho. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados 15 pais primíparos. Os resultados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo na sua vertente categorial. Da análise do material, emergiram diversas categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste estudo, as subcategorias *mudanças no relacionamento conjugal após o nascimento do filho* e *desafios de conciliar família, trabalho e projetos pessoais*, que se desdobram da categoria *transição para a parentalidade*, serão apresentadas e discutidas. Os resultados do estudo revelaram que a diminuição do tempo do casal e o aumento das demandas do lar, após a chegada do filho, podem levar a um declínio na satisfação conjugal. Conclui-se que a transição para a parentalidade é permeada por sentimentos ambivalentes face aos desafios que englobam a adaptação à nova identidade e as readequações necessárias para atender as demandas do bebê.

Palavras-chave: transição para a parentalidade; filho; desafios.

Abstract

This study, part of a broader investigation of the transformations of fatherly exercise in contemporary times, aimed to investigate challenges experienced by the father during the transition to parenting. To this end, a qualitative research was carried out, in which 15 primiparous parents were interviewed. The results were analyzed according to the content analysis method in its categorical aspect. From the analysis of the material, several categories of analysis emerged. Considering the objective of this study, the subcategories *changes in marital relationship after the birth of the child* and *challenges to reconcile family, work and personal projects*, which unfold from the category *transition to parenting*, will be presented and discussed. The results of the study revealed that the decrease in the couple's time and the increase in home demands, after the child's arrival, can lead to a decline in marital satisfaction. Concluded that the transition to parenting is

permeated by ambivalent feelings in the face of challenges that include adapting to the new identity and the necessary readjustments to meet the baby's demands.

Keywords: transition to parenting; son; challenges.

O nascimento do primeiro filho é considerado um momento importante de transformação no sistema familiar. Essa etapa do ciclo vital costuma exigir intensas mudanças, em diversos níveis, na vida do casal que se tornará pai e mãe (Trillingsgaard, Baucom & Heyman, 2014). Apesar de ser considerado um evento no ciclo de vida dos indivíduos (Carter & McGoldrick, 1995), o nascimento de um filho pode ser fonte de estresse em decorrência das exigências de cuidado que o bebê demanda e das necessidades de reorganização individual, social e conjugal que a parentalidade impõe (Cowan & Cowan, 2016; Huss & Pollmann-Schult, 2020).

A literatura acerca da transição para a parentalidade aponta que existem desafios no que diz respeito ao estabelecimento dos papéis parentais e conjugais depois da chegada da criança (Barbiero & Baumkarten, 2015; Martins, Abreu & Figueiredo, 2017). Isso porque, com o nascimento do primeiro filho, o parceiro, em quem era investida toda a atenção, passa a assumir uma identidade parental, alterando o relacionamento conjugal, tanto na dimensão afetiva e/ou sexual, quanto em relação às atividades do dia a dia (Bernardi, Dantas & Féres-Carneiro, 2020). Diante disso, há uma tendência na diminuição do tempo dedicado ao casamento, especialmente no primeiro ano após o nascimento do filho, o que leva alguns casais a relatarem baixos níveis de satisfação conjugal. (Rauch-Anderegg, Kuhn, Milek, Halford & Bodenmann, 2020; Huss & Pollmann-Schult, 2020).

Além da diminuição do tempo dedicado à relação, as diversas modificações que ocorrem na rotina após a chegada do filho comumente transbordam para a vida íntima do casal, podendo comprometer o equilíbrio familiar ou agravar conflitos (Alves, Alves, Santana, Moreira, Oliveira & Albuquerque, 2018). Diante da necessidade de adaptar à nova rotina, a frequência sexual entre os cônjuges pode ser alterada (Fiamoncini & Reis, 2018; Rocha & Fensterseifer, 2019). Desse modo, os casais em geral precisam realizar ajustes para gradualmente retomar sua intimidade após o nascimento do bebê (Bezerra, Sousa, Santos & Viana, 2015; Siqueira, Melo & Morais, 2019).

Nesse tocante, do mesmo modo, o estabelecimento da lactação do filho também provoca alterações na rotina dos novos pais (Dal-Rosso, Silva, Pieszak, Ebling & Silveira, 2019). Sabe-se que a amamentação demanda dedicação, em especial da mãe, haja vista que ela é indispensável para que o processo de aleitamento natural aconteça. Diante disso, muitas vezes a amamentação do filho pode provocar sentimentos ambivalentes no pai, que pode sentir-se excluído diante desse processo (Silva, Santiago & Lamonier, 2012; DeMontigny, Larivière-Bastien, Gervais, St-Arneault, Dubeau, & Devault, 2016).

Outra variável importante acerca da transição para a parentalidade refere-se ao desafio de conciliar demandas familiares e profissionais, em especial quando os dois membros do casal estão inseridos no mercado de trabalho (Dal-Rosso, Silva, Pieszak, Ebling & Silveira, 2019). Atualmente, em grande parte dos lares, tanto o homem quanto a mulher trabalham fora para suprir as demandas financeiras de maneira conjunta (Alves da Costa, 2018; Santos & Trindade, 2019). Diante disso, a chegada de um novo membro na família, e junto a ela o desgaste físico e emocional causado pelo aumento das tarefas pode ser fonte de estresse conjugal (Mussumeci & Ponciano, 2019).

Nesta fase, é comum que os membros do casal invistam menos em projetos individuais, sejam eles profissionais, educacionais ou de lazer (Cowan & Cowan, 2016). Considerando que as interações sociais são particularmente importantes, podendo ser consideradas como um fator de proteção (Pereira, Dutra-Thomé & Koller, 2016), a experiência de tornar-se pai e mãe pode ser experimentada com muita ambivalência emocional (Freitas & Ribeiro, 2018).

Do mesmo modo, a chegada do filho costuma alterar a rotina de sono dos pais. Ainda que a maioria dos bebês consolide seus hábitos de sono durante o primeiro ano de vida, acordar à noite é um fenômeno típico de crianças em fase de desenvolvimento (Mindell, Leichman, Composto, Lee, Bhullar & Walters, 2016). O despertar noturno das crianças e o tempo necessário para elas adormecerem novamente costumam gerar intensa fadiga nos novos pais. Diante da restrição das horas de sono, muitos pais vivenciam essa fase com intensos níveis de estresse (Stasio, Boldrini, Ragni & Gentile, 2020). Face às considerações referidas, o presente estudo teve como objetivo investigar desafios vivenciados pelo pai na transição para parentalidade após o nascimento e nos primeiros meses de vida do filho.

4.1 Método

Participantes

Participaram desta pesquisa 15 pais. Os participantes eram de segmento social médio, tinham idades entre 22 e 38 anos, haviam sido pais pela primeira vez há pelo menos 3 meses e, no máximo, um ano, e coabitavam com a mãe e o bebê sem relato de problemas no desenvolvimento.

Para apresentação dos resultados, e buscando preservar o anonimato dos participantes, os pais foram denominados de *Pai 1* a *Pai 15*. A nomeação de cada participante foi seguida do sexo e idade do(a) filho(a). A Tabela 1 apresenta a descrição do perfil dos sujeitos dos participantes.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

	Idade do pai	Idade da mãe	Profissão	Sexo do bebê	Idade do bebê	Tipo de parto*
P1	36 anos	33 anos	Bancário	M	6 m.	Cesária
P2	36 anos	35 anos	Engenheiro Elétrico	F	3 m.	Normal
P3	32 anos	30 anos	Advogado	F	7 m.	Cesária
P4	38 anos	39 anos	Bancário	M	1 ano	Humanizado
P5	36 anos	36 anos	Economista	F	4 m.	Cesária
P6	35 anos	35 anos	Coordenador de T.I	M	7 m.	Cesária
P7	35 anos	34 anos	Analista de Sistemas	M	6 m.	Normal
P8	35 anos	35 anos	Servidor Público	M	4 m.	Normal
P9	35 anos	37 anos	Representante de vendas	F	8 m.	Cesária
P10	36 anos	33 anos	Farmacêutico	M	9 m.	Cesária
P11	33 anos	26 anos	Professor	F	9 m.	Normal
P12	37 anos	36 anos	Publicitário	F	3 m.	Normal
P13	22 anos	20 anos	Atendente	M	6 m.	Fórceps
P14	30 anos	26 anos	Professor universitário	M	9 m.	Normal com intervenção

P15	36 anos	34 anos	Advogado	M	9 m	Cesária
-----	---------	---------	----------	---	-----	---------

*Termo descrito pelo participante.

Instrumentos

Foi utilizada uma entrevista com roteiro semi-estruturado elaborado a partir dos seguintes eixos temáticos: concepções sobre paternidade, participação masculina nos cuidados com o filho, desafios no exercício da paternidade e lugar do filho no projeto de vida do homem.

Procedimentos

Os participantes deste estudo foram indicados pela rede de sociabilidade dos membros do grupo de pesquisa, constituindo uma amostra de conveniência. As entrevistas foram gravadas em áudio e realizadas pela própria pesquisadora em local indicado pelos participantes, em seguida, foram transcritas para posterior análise.

O projeto que deu origem a esta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade onde o estudo foi desenvolvido (parecer N° 09/2019). Aos interessados em participar do estudo foram explicitados os objetivos da pesquisa e o caráter sigiloso das informações prestadas que preserva a identidade dos mesmos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Análise e discussão dos resultados

Os dados coletados foram analisados utilizando-se o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, conforme proposto por Bardin (2016). Por meio da técnica categorial, foram destacadas as categorias temáticas, organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Posteriormente, foi realizada uma “leitura flutuante” para agrupar dados significativos, relacioná-los e destacar as categorias de análise.

4.2 Análise e discussão dos resultados

Das entrevistas emergiram diversas categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste estudo, as subcategorias *mudanças no relacionamento conjugal após o nascimento do filho* e *desafios de conciliar família, trabalho e projetos pessoais*, que se desdobram da categoria *transição para a parentalidade*, serão apresentadas e discutidas. Esta categoria e suas subcategorias referem-se às falas

dos pais sobre os desafios da parentalidade após o nascimento e nos primeiros meses de vida do filho.

Mudanças no relacionamento conjugal após o nascimento do filho

A inclusão de filhos na relação a dois exige transformações na relação conjugal que podem repercutir de modo significativo no bem-estar do casal. Uma importante mudança refere-se à diminuição do tempo dedicado ao relacionamento. Dificuldades atreladas ao tempo do casal foram apontadas pelos participantes, conforme ilustram as falas abaixo:

A gente queria muito ter filho e imaginávamos que por um tempo iríamos nos preocupar mais com o bebê do que com a gente. Mas acho que o casal acaba ficando muito de lado. É um desafio o casal continuar sendo um casal, você não tem mais programas a dois, é sempre a três. Por que é engraçado, você pensa que a criança une muito o casal, mas ela também está no meio do casal. Às vezes ela está no meio da cama, às vezes ela está no banco de trás junto com a sua esposa e você sozinho no banco da frente, então tem essas questões (Pai 5, menina, 4 meses).

O tempo para ficar junto mudou muito, hoje é bem defasado, ainda mais porque a gente tem que tirar o tempo das nossas atividades para fazer coisas para ele [filho]. Quando a gente tem tempo livre, a gente tem que correr para fazer as coisas da pós-graduação. Os programas de casal mudaram, sempre temos que pensar em algo que se adapte a ele [filho]. Então, assim, obviamente o tempo para o relacionamento foi afetado (Pai 14, menino, 9 meses).

Antes tínhamos mais tempo um para o outro, eu cuidava dela, ela cuidava de mim, a relação era mais intensa. Agora tem uma pessoa que, vamos dizer assim, ocupa a maior parte do nosso tempo. Hoje o tempo pra nós é diferente, temos que decidir as coisas sempre pensando nele [filho]. Antes eu fazia o que eu queria, ela fazia o que ela queria, a nossa discussão em comum era onde íamos tirar férias [risos]. Hoje é bem diferente, algumas vezes gera pequenos desentendimentos que antes raramente tínhamos (Pai 15, menino, 9 meses).

A partir dos relatos, é possível considerar que alguns pais podem apresentar sentimentos ambivalentes acerca do projeto parental por conta da diminuição do tempo disponível para o relacionamento conjugal após a chegada do bebê. Na linha destas considerações, Krob, Piccinini e Silva (2009) destacam que enquanto alguns homens aproximam-se da companheira no pós-parto, considerando

o filho como uma concretização da união a dois, outros se sentem excluídos pelo fato de a mulher dedicar grande parte do seu tempo aos cuidados com o filho.

Cabe lembrar que o nascimento de um filho transforma a identidade do casal conjugal, redefinindo-a com o intuito de abarcar também as funções inerentes à parentalidade (Cowan & Cowan, 2016). Desse modo, a chegada da criança é marcada por acentuadas mudanças no relacionamento do casal. Esse momento de transição pode impactar negativamente na relação a dois, tendo em vista que novas funções precisarão ser assumidas, tornando-se necessário um período de adaptação (Pollmann-Schult, 2014; Martins, Abreu & Figueiredo, 2017).

Estudos acerca da transição para a parentalidade abordam as dificuldades do estabelecimento dos papéis parentais e conjugais após o nascimento do bebê (Trillingsgaard, Baucom & Heyman, 2014; Barbiero & Baumkanten, 2015; Huss & Pollmann-Schult, 2020). O casal, que até então era apenas marido e mulher, torna-se também pai e mãe, com a chegada de um filho. Especialmente nos primeiros meses de vida, o bebê permanece muito dependente dos cuidados parentais e grande parte do tempo do casal é destinada à criança. Durante um período, as necessidades do bebê são priorizadas, levando o casal a abrir mão das suas próprias necessidades, o que costuma acarretar uma diminuição na satisfação conjugal (Driver, Tabares, Shapiro & Gottman, 2016; Tissot & Falcke, 2017). O declínio do bem-estar conjugal pode ser explicado pela intensa exigência de adaptações que essa fase demanda, gerando estresse até mesmo para casais que se planejaram para vivê-la (Pasinato & Mosmann, 2016; Cowan & Cowan, 2016).

Portanto, a chegada de um filho exige uma reorganização temporal, uma vez que os cônjuges precisam abdicar do tempo que antes destinavam exclusivamente à relação a dois para atender às demandas do bebê. Diante disso, a vida sexual do casal é, sem dúvidas, uma dimensão que passa por alterações após a chegada do filho, como revelam as falas abaixo:

Você tem que abdicar de muita coisa depois que tem filho. Não estou só falando da vida pessoal, mas outras coisas, como a relação sexual. Essa questão mudou muito, o desejo dela [esposa] diminuiu. Sei que tem a questão hormonal, mas também tem uma preocupação constante com o bebê que muitas vezes interfere. Mesmo que a Y [filha] esteja dormindo, tem aquele sentimento de saber se ela está bem, então às vezes eu acho que ela [esposa] também não relaxa (Pai 5, menina, 4 meses).

A questão do sexo mudou desde que a barriga começou a crescer, era um pouco assustador a coisa de saber que tem uma criança ali dentro que se mexe, chuta e bate. Depois que ela [filha] nasceu, voltamos mais ou menos ao normal, mas diminuiu a frequência das relações. Não tem jeito, a relação acaba ficando um pouco de lado (Pai 11, menina, 9 meses).

Diante dos depoimentos referidos acima, é possível considerar que a intimidade do casal passa por modificações que alteram a rotina sexual, tanto no período gestacional como após o nascimento do bebê. Durante a gestação, a vivência da sexualidade pode ser afetada em decorrência do crescimento abdominal, da sensibilidade mamária, e de possíveis náuseas e vômitos, esperados nesta fase (Alves, Alves, Santana, Moreira, Oliveira & Albuquerque, 2018). Além disso, podem surgir maiores dificuldades para manter relações sexuais, especialmente no terceiro trimestre da gestação, quando o desconforto físico e o aumento da barriga são mais expressivos (Bezerra, Sousa, Santos & Viana, 2015). Face ao exposto, torna-se essencial que o casal faça ajustes e crie formas adaptativas para manter a intimidade nesta fase.

Tal como mencionado pelo Pai 11, é válido referir que muitos casais sentem medo de manter relação sexual durante o período gestacional (Guimarães & Oliveira, 2015). Siqueira, Melo e Morais (2019) ressaltam que o sexo durante a gravidez é permeado por mitos e tabus, sendo frequente a crença de que a intimidade nesta fase pode acarretar malefícios para a criança que está no ventre da mãe. Entretanto, a satisfação do exercício sexual durante o período gravídico está intimamente relacionada com a clareza que o casal possui sobre a prática da sexualidade nesta fase (Campos, Leal, Holanda, Trindade, Sponholz & Ferreira, 2020), o que possibilita inferir que a falta de orientação/informação sobre sexualidade na gestação pode repercutir de forma negativa na atividade sexual dos cônjuges (Siqueira, Melo & Morais, 2019).

Com relação à sexualidade no período após o parto, cabe destacar que a necessidade de adaptação para atender às demandas do filho e, em paralelo, exercer a função parental, pode repercutir na relação íntima do casal. Além disso, nessa fase é natural que ocorra um déficit de estrogênio e progesterona associado ao aumento de prolactina, que pode levar a uma redução do desejo sexual feminino (Fiamoncini & Reis, 2018; Rocha & Fensterseifer, 2019). Do mesmo modo, o interesse sexual compartilhado entre os cônjuges também pode mudar

nesta etapa. Uma possível explicação para essa mudança pode estar relacionada à distinção cultural feita entre sexo e maternidade, que define a mulher como “dessexualizada”, principalmente após o parto (Campos, Leal, Holanda, Trindade, Sponholz & Ferreira, 2020). Observa-se que os seios, como parte integrante do corpo feminino, possuem representações completamente distintas de acordo com a finalidade assumida. Ao mesmo tempo que do ponto de vista formal as mamas são responsáveis pela nutrição e pelo alimento do bebê, por outro lado, sob o prisma sexual representam uma zona erógena capaz de causar excitação (Brito & Oliveira, 2006). Assim, pode-se considerar que diversos significados são atribuídos às manifestações relativas à sexualidade.

Na linha dessas considerações, outro aspecto apontado pelos participantes como um importante fator que altera a rotina conjugal durante o período de transição para a parentalidade refere-se à lactação do filho.

Acho que é uma injustiça o homem não ter peito [risos]... tô brincando. Bem, eu particularmente até me realizo um pouco dando a mamadeirinha para ela [filha]. Muitas vezes eu que dou o complemento e acho que isso acaba suprimindo um pouco, mas se fosse o tempo todo só no peito acho que seria bem complicado (Pai 2, menina, 3 meses).

A gente sempre concordou de que queria fazer a amamentação exclusiva até o sexto mês, mas hoje com um segundo filho talvez eu repensasse, porque eu acho que isso cria uma hiperdependência com a mãe e eu senti dificuldade de me inserir por conta disso. Essa hiperdependência que o aleitamento exclusivo traz às vezes acaba engessando a distribuição das atividades, então não sei se eu ainda optaria pelo aleitamento exclusivo. Claro, dar o leite até quando ela [filha] quiser, incentivo isso, mas acho que talvez antes a gente já pudesse incluir uma outra forma de alimentação (Pai 3, menina, 7 meses).

O nascimento dela [filha] alterou muita coisa na nossa vida, já imaginávamos que muita coisa mudaria. Acho que quando se imagina a cena de uma mulher amamentando parece lindo, mas não achei tão simples. A Y [filha] não pegou o peito com facilidade, e a X [esposa] sentia bastante dor. Foi bem difícil, achei bem delicado esse processo e, claro, isso afetou todos nós. Quando deu certo, aí ela [filha] começou a dormir com a gente para “facilitar” [ironiza ao usar o termo facilitar], mas ela [esposa] tinha pouco leite. Aí começou outro dilema, porque a Y [filha] acordava várias vezes à noite. Agora diminuiu um pouco, mas isso pesou muito para os dois [casal] (Pai 9, menina, 8 meses).

Nos primeiros meses, após o nascimento, é normal que a criança mame com frequência e sem horários regulares. Em geral, um bebê em aleitamento materno exclusivo mama de oito a 12 vezes ao dia (Brasil, 2015). Considerando que a mãe é indispensável no processo do aleitamento natural, possivelmente ela seja a pessoa que mais tempo permanece junto ao recém-nascido (Brito & Oliveira, 2006). Cabe lembrar que o sucesso ou fracasso diante do processo de amamentação também depende do apoio do pai. Por outro lado, é preciso atentar para o fato de que, no incentivo ao aleitamento exclusivo, evidencia-se uma valorização da figura materna (Dal-Rosso, Silva, Pieszak, Ebling & Silveira, 2019).

O estabelecimento da lactação, desse modo, pode levar o pai a sentir-se excluído ou sentir inveja/ciúme da relação corpo a corpo da mãe com o bebê, pois efetivamente ele não amamenta (Silva, Santiago & Lamonier, 2012). Diante disso, embora a amamentação exclusiva não seja considerada um obstáculo na relação do pai com o seu filho, muitos homens acreditam que exista um certo distanciamento do pai em relação ao bebê, especialmente se comparado com a mãe, que desfruta de um relacionamento privilegiado em decorrência do fornecimento do alimento à criança (DeMontigny, Lacharité, Devault, St-Arneault, Girard, Vachon & Gervais, 2012; DeMontigny, Larivière-Bastien, Gervais, St-Arneault, Dubeau, & Devault, 2016).

Dados destacados pelos participantes também foram observados no estudo de caso realizado por Cherer, Ferrari & Piccinini (2016). No estudo em questão, os autores perceberam que apesar de o pai realizar diversas atividades de cuidado com seu filho, tais como colocar o bebê para dormir, trocar fralda e dar banho, foram relatadas dificuldades de maior envolvimento com a criança. Uma possível explicação para tal dificuldade pode estar relacionada à amamentação. Os autores observaram que havia uma expectativa de a criança desmamar para que diminuísse a dependência em relação à mãe, possibilitando uma maior inserção paterna.

Nesse sentido, observa-se que a dependência da criança que é alimentada exclusivamente no seio materno pode levar o pai a ansiar pelo desmame do próprio filho. Por outro lado, a possibilidade de o pai alimentar o bebê com a mamadeira, seja com o leite materno ou o leite artificial, pode facilitar a aproximação com seu filho (DeMontigny et al., 2016). Cabe analisar que o

aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de idade do bebê é socialmente valorizado. Diante disso, casais que optam por não alimentar seu filho exclusivamente no seio materno podem vir a ser criticados, dado que essa escolha de dieta difere das recomendações acerca da amamentação infantil (DeMontigny et al 2012; Rêgo, Souza, Rocha & Alves, 2016).

Desafios de conciliar família, trabalho e projetos pessoais

Durante muitos anos, a mulher foi considerada a responsável exclusiva pelo cuidado dos filhos e pelas demandas do lar. Todavia, a concepção social acerca dos papéis na família se modificou ao longo da história, especialmente após o duplo ingresso dos cônjuges no mercado de trabalho. O desafio de conciliar vida profissional, demandas domésticas e parentalidade parece ser vivenciado atualmente como fonte de estresse conjugal. Tal fato foi destacado pelos participantes, como ilustram as falas abaixo:

Não vou mentir, está sendo bem complicado, é bem difícil porque falta braço. É aquilo, sempre que chego do trabalho a minha esposa fica com ela [filha] e eu com as coisas da casa, fazer comida, colocar a roupa para lavar. Temos uma pessoa que vai limpar, mas ela vai de 15 em 15 dias, aí depois temos que fazer todo resto. Não é fácil, aumentou bastante o trabalho de casa. Não é simples conciliar tudo, às vezes rola um stress (Pai 9, menina, 8 meses).

No tempo em que eu estava de licença era mais fácil, emendei com as férias, foi um tempo bacana. Nesse período eu dei muito suporte pra que ela [esposa] ficasse só cuidando dele [filho], mas depois que voltei a trabalhar integralmente achei que ficou bem mais difícil. Eu já chego do trabalho cansado, ela está estressada, não é fácil cuidar de um bebê. É muita demanda, muitas vezes não dá tempo de a mãe ir ao banheiro. É lógico que tudo isso gera uma exaustão para o casal. Depois que ela [esposa] também voltou a trabalhar, tudo se intensificou mais ainda (Pai 15, menino, 9 meses).

A transição para a parentalidade é uma das mais importantes mudanças do ciclo de vida do casal, englobando modificações individuais, conjugais e familiares para os novos pais, como já mencionado. Para McGoldrick e Shibusawa (2016), dentre as principais dificuldades vivenciadas pelos novos pais, especialmente nos primeiros meses de vida do bebê, destaca-se o compartilhamento de tarefas para atender às necessidades do filho. Nesse sentido,

tentar conciliar as diversas demandas que emergem na vida cotidiana é um exercício diário que afeta grande parte das famílias.

A situação se intensifica nos lares em que os dois membros do casal mantêm um vínculo de trabalho. Pasinato e Mosmann (2016) preconizam que as dificuldades de conciliar as demandas do lar se acentuam quando ambos os pais têm carreiras profissionais consolidadas. Nesses casos, há um conjunto de exigências que implicam diretamente na articulação dos diferentes papéis que homem e mulher assumem (profissional, conjugal, parental), exigindo uma reorganização do ambiente familiar diante das novas tarefas e responsabilidades advindas com a chegada do bebê (Dal-Rosso, Silva, Pieszak, Ebling & Silveira, 2019). Nota-se que a parentalidade marca uma nova fase no ciclo vital, implicando um conjunto de readequações na rotina e na estrutura familiar. É importante destacar que quando as tarefas do lar e o cuidado com os filhos são divididos de maneira mais igualitária, os casais tendem a manter uma relação conjugal mais harmoniosa (Neves & Nascimento, 2017). A partir dessa premissa, o maior compartilhamento das tarefas domiciliares pode ser referido como um preditor da satisfação conjugal (Schmidt, Bolze, Vieira, & Crepaldi, 2015; Fidelis, Falcke & Mosmann, 2017).

Diante do exposto, observa-se que uma maior divisão das atividades entre os novos pais é essencial para que nenhum dos cônjuges se sinta sobrecarregado. Entretanto, muito embora a fala do Pai 15 tenha evidenciado reconhecimento acerca da sobrecarga materna, é válido observar que culturalmente o dispêndio de energia gasta pelas mulheres no cuidado dos filhos e do lar costuma não ser tratado como trabalho (Simão, 2019). As múltiplas jornadas a que a mãe está submetida na atualidade, e as consequências disso, ainda não são reconhecidas em sua totalidade, sendo as responsabilidades sociais erroneamente reincididas sobre a mulher em grande parte dos lares (Alves da Costa, 2018; Santos & Trindade, 2019; Iaconelli, 2020).

Além das dificuldades de gerenciar as demandas domésticas diante da aquisição do papel parental, os participantes salientaram dificuldades de abrir mão dos momentos de lazer individual após a chegada do filho.

É bem difícil a falta de tempo para fazer alguma coisa que seja só minha depois que me tornei pai. O tempo é muito curto e, o que é pior, ele não é contínuo. Você tem pequenos períodos, 20 minutos

agora, depois meia hora. Mas é meia hora que você está esperando alguma coisa acontecer, sei lá, e se ela acordar? (Pai 3, menina, 7 meses).

Eu sempre fui uma pessoa muito ativa, sempre gostei da vida social, de praticar esportes. Hoje me vejo em uma espécie de reclusão, então isso ainda está sendo bem difícil. Ser pai é algo que me deixa muito feliz, obviamente, mas não vou negar que abri mão de muita coisa que eu gostava de fazer (Pai 5, menina, 4 meses).

Tem sido mais difícil conciliar as atividades que eu fazia fora do horário de trabalho. Eu tinha o hábito de ir para a academia, praticava atividade física toda semana. Me dedicava muito mais para o Doutorado. A vida ficou bem diferente depois que ele [filho] nasceu. Primeiro que sempre tem muita coisa para fazer em casa, depois que a disposição mudou bastante (Pai 10, menino, 9 meses).

Através da fala dos participantes, evidenciaram-se mudanças expressivas nos projetos individuais após tornarem-se pais. Em detrimento dos desafios atrelados à parentalidade, perante a necessidade de postergar ou abrir mão de projetos individuais, atualmente muitos casais optam por não ter filhos (Mendes & Pereira, 2019) ou adiam a parentalidade (Fidelis, Falcke & Mosmann, 2017). Esta escolha parece ancorar-se no ideal contemporâneo que valoriza o individualismo e a busca por maior liberdade (Bernardi, Féres-Carneiro & Magalhães, 2018). Afinal, diante da ausência de filhos, o tempo que os cônjuges investiriam no projeto parental pode ser destinado ao próprio casal e aos projetos individuais (Bernardi, Dantas & Féres-Carneiro, 2020).

Como exposto pelos participantes, observa-se que os reordenamentos necessários após a chegada de um filho são vivenciados com dificuldade. Para alguns pais, as transformações advindas com a parentalidade aparecem de forma mais incisiva e trazem mais repercussões negativas, tal como destacado pelo Pai 5, que refere estar em reclusão desde a chegada da filha, há 4 meses. Neste sentido, observa-se que abrir mão, ainda que temporariamente, dos projetos pessoais pode ser experienciado com elevados níveis de exaustão (Johansson, Benderix & Svensson, 2020).

O aumento das responsabilidades e demandas após o homem tornar-se pai pode desencadear estresse e ansiedade, em alguns casos levando a quadros depressivos (Eddy, Poll, Whiting & Clevesy, 2019). Na linha dessas considerações, embora a depressão pós-parto tenha sido historicamente associada

às mães, recentemente há um aumento da consciência acerca da depressão pós-parto paterna (Johansson, Benderix & Svensson, 2020). A existência de histórico de depressão anterior, baixa autoestima e vulnerabilidade à frustração são alguns dos principais preditores da depressão pós-parto masculina. Além disso, a diminuição das horas de sono associada à chegada do bebê pode exacerbar o estresse paterno, tornando o pai mais irritado (Eddy, Poll, Whiting & Clevesy, 2019).

Assim como observado na literatura, os participantes do estudo mencionaram dificuldades atreladas à instabilidade no tempo e a frequência do sono após o nascimento do bebê, conforme ilustram as falas a seguir:

Com certeza o sono é o mais difícil, certamente o sono! Eu acordava no fim de semana ao meio dia, até em dia de semana. Se não tivesse nada importante no escritório, acordava às 10 horas da manhã. Hoje em dia eu estou sempre acordado antes das 7 horas, eu acordo nas madrugadas, não tenho um sono tranquilo, isso é bem difícil (Pai 3, menina, 7 meses).

Uma dificuldade que a gente enfrenta até hoje é com relação ao sono. A minha esposa mais ainda. Tem dias que fico mais irritado por não dormir bem. Você deve ter visto, as minhas olheiras estão me denunciando. Essa noite ela [filha] acordou cinco vezes. A gente divide o cuidado à noite, mas ela [filha] ainda mama no peito, então eu acordo, pego ela e levo para a minha esposa. Mas quebra a noite, quebra o ritmo de sono acordar várias vezes (Pai 9, menina, 8 meses).

Ela [filha] acorda várias vezes à noite para mamar. Aí às vezes a gente se olha, os dois estão mortos. O cansaço físico é muito intenso, mudou totalmente a minha rotina. Porque uma coisa é você ficar dois, três dias sem dormir, outra coisa é meses, e o pior é que sei que ainda tenho longas noites acordado pela frente (Pai 12, menina, 3 meses).

Como discorrido anteriormente, a adaptação no retorno ao lar após o nascimento de um filho pode não ser fácil, principalmente no período inicial, dado que a chegada de um bebê requer várias mudanças no ritmo familiar em decorrência de suas necessidades (Martins, Abreu & Figueiredo, 2017). A restrição das horas de sono e o cansaço ocasionados aos pais em função dessas mudanças podem tornar o período pós-parto bastante estressante (Stasio, Boldrini, Ragni & Gentile, 2020).

Sabe-se que o sono é considerado muito importante para a função diária. Nesta perspectiva, o discurso proferido pelos pais evidenciou que a adaptação ao sono interrompido, após o nascimento do filho, é vivenciada de maneira bastante exaustiva. Dados similares foram encontrados no estudo desenvolvido por Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado (2017a), realizado com oito homens que haviam se tornado pais recentemente. Os participantes do estudo em questão destacaram desafios diante da readaptação na rotina de sono experimentada nas primeiras semanas de vida do bebê.

Para Eddy, Poll, Whiting e Clevesy (2019), a interrupção na frequência do sono após o nascimento do filho pode ser fonte de esgotamento e exaustão física e emocional, levando alguns pais a intensos picos de estresse, mesmo diante de eventos menores, tal como o som do choro do bebê. Considerando que os bebês comunicam suas necessidades através do choro, essa interação pode ser bastante problemática quando o cansaço e a fadiga se intensificam.

Entretanto, acordar à noite é considerado um fenômeno típico de crianças em fase de desenvolvimento, portanto pode estar associado a fatores maturacionais. Do mesmo modo, a eficiência do sono também pode relacionar-se a questões familiares (Mindell, Leichman, Composto, Lee, Bhullar & Walters, 2016; Stasio, Boldrini, Ragni & Gentile, 2020). Em pesquisa desenvolvida com o objetivo de examinar as associações entre o envolvimento paterno e o sono da criança durante a primeira infância, Bernier, Tétreault, Bélanger e Carrier (2017) observaram que pais que investem mais nos cuidados básicos do filho parecem mais propensos a oferecer ao bebê a sensação de estabilidade emocional e segurança, aspectos considerados importantes para um padrão de sono regulado. Nesse sentido, o apoio emocional paterno pode ser considerado importante no processo do sono infantil, aspecto que conseqüentemente se reflete no sono dos pais.

4.3 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo investigar desafios vivenciados pelo pai na transição para parentalidade após o nascimento e nos primeiros meses de vida do filho. Esta fase pode ser considerada uma das transições mais intensas do ciclo vital. Por meio dos achados, pôde-se constatar que a chegada do primeiro filho, e

com ele o nascimento do subsistema parental, repercute em várias áreas, exigindo mudanças e adaptações, tanto em nível relacional quanto individual.

A parentalidade exige que a relação conjugal seja redefinida para incluir um terceiro. Diante disso, essa etapa é naturalmente percebida como desafiadora, em decorrência da mudança de status e da aquisição de novos papéis. Na presente pesquisa observou-se que, tal como aponta a literatura, com o nascimento do bebê o casal volta-se para as demandas do filho (Pollmann-Schult, 2014; Cowan & Cowan, 2016; Martins, Abreu & Figueiredo, 2017). Neste viés, evidencia-se uma diminuição dos momentos a dois, reforçando-se os papéis parentais em detrimento dos papéis conjugais.

Do mesmo modo, diante da aquisição do papel parental, projetos individuais, sejam profissionais, educacionais ou de lazer, muitas vezes são deixados de lado. A partir dessa premissa, os resultados da pesquisa indicaram que a necessidade de renunciar a atividades pessoais em nome da parentalidade é sentida pelos pais como um grande desafio. Nesse sentido, pode-se inferir que as dificuldades relacionadas à conciliação das demandas do dia a dia, após a chegada do filho, ao aliar família, trabalho e projetos pessoais, são experimentadas com muita exaustão pelos novos pais.

É importante ressaltar que o presente estudo investigou sujeitos de nível socioeconômico médio e grau de instrução superior. Assim, é interessante que pesquisas futuras investiguem indivíduos de outros níveis socioeconômico. Além disso, sugere-se que a temática em questão seja investigada privilegiando diferentes configurações familiares. Do mesmo modo, considera-se importante que sejam realizadas investigações com grupos maiores, utilizando diferentes metodologias, com o propósito de ampliar o conhecimento acerca do tema.

Por fim, cabe apontar que a diminuição do tempo do casal e o aumento das demandas do lar, após a chegada do filho, podem gerar um declínio na satisfação conjugal. Diante dos achados, conclui-se que a transição para a parentalidade inclui momentos que oscilam entre satisfação e descontentamento, sendo permeada por sentimentos ambivalentes face aos desafios que englobam a adaptação à nova identidade e as readequações necessárias para atender às demandas do bebê.

5. Ampliação da licença-paternidade: o que pensam os pais?

Resumo

Este estudo, parte de uma investigação mais ampla sobre as transformações do exercício paterno na contemporaneidade, teve como objetivo investigar a percepção de pais sobre a ampliação da licença-paternidade no Brasil. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados 15 pais primíparos. Os resultados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo na sua vertente categorial. Da análise do material, emergiram diversas categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste estudo, as subcategorias *repercussões da licença-paternidade e licença parental*, que se desdobram da categoria *pós-parto e licença-paternidade*, serão apresentadas e discutidas. Os resultados do estudo revelaram que a prorrogação da licença-paternidade, ainda se mostra insuficiente para atender às demandas da família no pós-parto, porém permite que o pai contribua para o bem-estar da companheira que passou pelo trabalho de parto. Do mesmo modo, a extensão da licença se mostra importante para o pai que pode aproximar-se do filho recém-nascido contribuindo, assim, para o estabelecimento de um vínculo mais estreito entre eles. Conclui-se que a ampliação da licença-paternidade beneficia o sistema familiar, promovendo, desse modo, bem-estar a tríade mãe-pai-filho.

Palavras-chave: ampliação da licença-paternidade; pai; vínculo; filho.

Abstract

This study, part of a broader investigation on the transformations of paternal exercise in contemporary times, aimed to investigate the perception of parents about the expansion of paternity leave in Brazil. To this end, a qualitative research was carried out, in which 15 primiparous parents were interviewed. The results were analyzed according to the content analysis method in its categorical aspect. From the analysis of the material, several categories of analysis emerged. Considering the objective of this study, the subcategories *repercussions of paternity leave and parental leave*, which unfold from the category *postpartum and paternity leave*, will be presented and discussed. The results of the study revealed that the extension of paternity leave is still insufficient to meet the demands of the family in the postpartum period, but allows the father to contribute

to the well-being of the partner who has gone through labor. Likewise, the extension of the leave is important for the father who can approach the newborn son, thus contributing to the establishment of a closer bond between them. Concluded that the expansion of paternity leaves benefits the family system, thus promoting well-being for the mother-father-son triad.

Keywords: expansion of paternity leave; dad; bond; son.

Diversas transformações sociais, ocorridas nas últimas décadas, vêm modificando o conceito de família, não somente no que diz respeito às novas configurações familiares, mas também às responsabilidades de cada membro. Essas mudanças vêm tornando cada vez mais plural os papéis sociais do homem e da mulher (Abrão & Miotto, 2017). Observa-se, neste sentido, um incentivo, cada vez maior, para que o pai esteja mais presente na vida dos filhos, no entanto, parece que ele ainda se depara com alguns desafios ao exercer a paternidade (Mazzo & Almeida, 2020). Em relação a esse aspecto, cabe ressaltar que o Brasil oferece poucos recursos, no que se refere a políticas públicas, para que o pai participe no cuidado do filho (Abrão & Miotto, 2017), em especial, após o nascimento do bebê, tendo em vista a discrepância entre as licença-maternidade e paternidade.

No que concerne a licença-maternidade, com o propósito de garantir a proteção do bebê após o nascimento, a licença à gestante surgiu no Brasil no ano de 1934. Nessa época a mãe podia se afastar do trabalho por 84 dias, após o nascimento do filho. Já a licença ao pai, inaugurou-se no ano de 1943, não sendo denominada nesta época de licença-paternidade. O prazo de afastamento paterno neste período era de apenas um dia e tinha como objetivo principal que o pai pudesse realizar o registro civil do filho recém-nascido. O direito somente veio a ser denominado licença-paternidade no ano de 1988, onde o período de licença foi estendido de um para cinco dias consecutivos (Spellmann, 2016; Pimentel & Franco, 2017).

Em 2016 foi sancionada a Lei nº 13.257, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Dentre outras normas, esta lei possibilita a extensão da licença-paternidade, acrescentando quinze dias aos cinco já previstos anteriormente (Brasil, 2016). A Lei nº 13.257, entretanto, não substitui o texto constitucional, sendo válida somente para funcionários de empresas vinculadas ao

Programa Empresa Cidadã. Esse Programa foi instituído em 2008 e faz parte de uma iniciativa do governo federal que visa a promover benefícios aos trabalhadores, em contrapartida são oferecidos à empresa incentivos e deduções fiscais (Brasil, 2008). Inicialmente o programa visava apenas à extensão da licença-maternidade, somente em 2016 foi acrescentada a possibilidade de prorrogação da licença-paternidade (Teixeira & Noletto, 2019).

Na atualidade, a licença-maternidade, via de regra, dura 120 dias, podendo haver a prorrogação por mais 60 dias. Em relação à licença-paternidade, desde 1988, a maioria dos pais tem direito de afastar-se do trabalho, após o nascimento do filho, por cinco dias, podendo prorrogar esse prazo por mais 15 dias. A prorrogação no prazo das licenças maternidade e paternidade é garantida apenas quando o(a) funcionário(a) é vinculado a uma empresa pertencente ao Programa Empresa Cidadã, como já referido. Cabe destacar que, a cultura patriarcal pode ser considerada uma das razões para a significativa diferença entre as licenças-maternidade e paternidade, aspecto que ainda hoje marca essa discrepância.

No que concerne à licença-maternidade, é importante destacar que esta busca garantir a recuperação da mãe que passou pelo parto, além de promover o bem-estar do recém-nascido, que poderá ser amamentado em tempo integral (Garcia & Viecili, 2018; Rimes, Oliveira & Boccolini, 2019). A ausência materna nos primeiros meses após o nascimento do filho pode favorecer a inserção da alimentação complementar levando, conseqüentemente, ao desmame precoce (Lima, Cazola & Pícoli, 2017; Lima, Nascimento & Martins, 2018). Diante de tais questões, torna-se essencial o afastamento laboral da mulher para que a amamentação materna exclusiva possa acontecer. Todavia, o pós-parto engloba aspectos bem mais complexos, do que unicamente alimentar o bebê, aspecto que, desse modo, não explica a atual discrepância entre as licenças do pai e da mãe. O aumento das demandas domésticas e a alteração na rotina de sono dos pais, após o nascimento do filho, por exemplo, evidenciam a importância da presença e do suporte paterno durante o pós-parto (Zaldivar, Prates, Perez, Gomes & Pilger, 2020).

Por outro lado, cabe destacar que o papel do pai no período puerperal vai muito além, do que contribuir com as demandas domésticas. Sua presença promove segurança e bem-estar a companheira (Menezes, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2019; Nascimento, Marcelino, Vieira & Lemos, 2019). Além disso, o

pós-parto é um momento privilegiado para interação precoce do pai com o filho, aspecto que favorece a formação de um vínculo mais estreito entre eles (Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017a; Santos & Antúnez, 2018). Diante do exposto, pais que têm a possibilidade de prorrogar a licença-paternidade de cinco dias, e desse modo ficar com o bebê por um período de 20 dias, têm a oportunidade de participar de forma mais efetiva dos cuidados do filho nos primeiros dias de vida, além de contribuir para o bem-estar da companheira e para a manutenção da rotina da casa. Neste sentido, a ampliação da licença-paternidade pode ser considerada um benefício oferecido ao sistema familiar (Almeida, Pereda & Ferreira, 2016; Torres, 2019).

Cabe destacar que, a ampliação da licença paterna representa um avanço na legislação brasileira (Schuster & Gemelli, 2020). Entretanto, ao contrário do Brasil, alguns países (como Canadá, Noruega e Finlândia) oferecem um modelo de licença denominado licença parental, esse modelo de licença beneficia os pais da criança não privilegiando necessariamente a figura materna, tendo em vista que a licença parental pode ser compartilhada entre pai e mãe de maneira mais igualitária (Teixeira & Noleto, 2019; Sorj & Fraga, 2019).

Sabe-se que uma criança recém-nascida depende de cuidados absolutos exigindo foco total dos cuidadores, diante disso, a presença de ambos os pais seria essencial para que não houvesse sobrecarga para nenhum deles (Torres, 2019). No entanto, o prazo concedido ao pai brasileiro mostra-se muito aquém do conferido a mãe. Observa-se, desse modo, que as normas jurídicas parecem não estar acompanhando as transformações que vêm ocorrendo na família, tampouco a necessidade de reformulações em decorrência das novas configurações familiares (Pimentel & Franco, 2017; Jesus & Ávila, 2019; Alves, Carvalho & Pereira, 2020). Face a essas considerações, o presente estudo teve como objetivo investigar a percepção de pais sobre a ampliação da licença-paternidade no Brasil.

5.1 Método

Participantes

Participaram desta pesquisa 15 pais, dos quais, 9 tiveram direito à licença-paternidade de 20 dias, conforme recentemente aprovado em lei (Lei nº 13.257), e 6 tiveram direito à licença-paternidade de cinco dias. Os participantes eram de segmento social médio, tinham idades entre 22 e 38 anos, haviam sido pais pela

primeira vez há pelo menos 3 meses e, no máximo, um ano, e coabitavam com a mãe e o bebê sem relato de problemas no desenvolvimento.

Para apresentação dos resultados, e buscando preservar o anonimato dos participantes, os pais foram denominados de *Pai 1* a *Pai 15*. A nomeação de cada participante foi seguida do sexo e idade do(a) filho(a) e do tipo de licença-paternidade, sendo a nomeação para os pais com licença de 20 dias *Lic.20 dias*, e para os pais com licença de cinco dias *Lic.5 dias*. A Tabela 1 apresenta a descrição do perfil dos participantes.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

	Idade do pai	Idade da mãe	Licença paternidade	Profissão	Tipo de Empresa	Sexo do bebê	Idade do Bebê	Tipo de parto*
P1	36 anos	33 anos	20 dias	Bancário	Pública	M	6 m.	Cesária
P2	36 anos	35 anos	5 dias	Engenheiro Elétrico	Autônomo	F	3 m.	Normal
P3	32 anos	30 anos	5 dias	Advogado	Privada	F	7 m.	Cesária
P4	38 anos	39 anos	20 dias	Bancário	Pública	M	1 ano	Humanizado
P5	36 anos	36 anos	5 dias	Economista	Privada	F	4 m.	Cesária
P6	35 anos	35 anos	5 dias	Coordenador de T.I	Privada	M	7 m.	Cesária
P7	35 anos	34 anos	5 dias	Analista de Sistemas	Privada	M	6 m.	Normal
P8	35 anos	35 anos	20 dias	Servidor Público	Pública	M	4 m.	Normal
P9	35 anos	37 anos	20 dias	Representante de vendas	Privada	F	8 m.	Cesária
P10	36 anos	33 anos	20 dias	Farmacêutico	Pública	M	9 m.	Cesária
P11	33 anos	26 anos	20 dias	Professor	Pública	F	9 m.	Normal
P12	37 anos	36 anos	20 dias	Publicitário	Pública	F	3 m.	Normal
P13	22 anos	20 anos	3 dias	Atendente	Privada	M	6 m.	Fórceps
P14	30 anos	26 anos	20 dias	Professor universitário	Pública	M	9 m.	Normal com intervenção
P15	36 anos	34 anos	20 dias	Advogado	Privada	M	9 m	Cesária

*Termo descrito pelo participante.

Instrumentos

Foi utilizada uma entrevista com roteiro semi-estruturado elaborado a partir dos seguintes eixos temáticos: concepções sobre paternidade, participação masculina nos cuidados com o filho, desafios no exercício da paternidade e lugar do filho no projeto de vida do homem.

Procedimentos

Os participantes deste estudo foram indicados pela rede de sociabilidade dos membros do grupo de pesquisa, constituindo uma amostra de conveniência. As entrevistas foram gravadas em áudio e realizada pela própria pesquisadora em local indicado pelos participantes, em seguida, foram transcritas para posterior análise.

O projeto que deu origem a esta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade onde o estudo foi desenvolvido (parecer N° 09/2019). Aos interessados em participar do estudo foram explicitados os objetivos da pesquisa e o caráter sigiloso das informações prestadas e que preserva a identidade dos mesmos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Análise e discussão dos resultados

Os dados coletados foram analisados utilizando-se o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, conforme proposto por Bardin (2016). Por meio da técnica categorial, foram destacadas as categorias temáticas, organizadas a partir da semelhança entre os elementos contidos no material coletado. Posteriormente, foi realizada uma “leitura flutuante” para agrupar dados significativos, relacioná-los e destacar as categorias de análise.

5.2 Análise e discussão dos resultados

Das entrevistas emergiram diversas categorias de análise. Tendo em vista o objetivo deste estudo, as subcategorias *repercussões da licença-paternidade* e *licença parental*, que se desdobram da categoria *pós-parto e licença-paternidade*, serão apresentadas e discutidas. Esta categoria e suas subcategorias referem-se aos relatos dos pais sobre suas percepções acerca da ampliação da licença paterna.

Repercussões da licença-paternidade

A licença-paternidade é um direito concedido ao pai de afastar-se temporariamente do trabalho após o nascimento do filho. A maioria dos pais brasileiros tem a possibilidade de ausentar-se do trabalho por um período que varia entre 5 a 20 dias, como visto anteriormente. A impossibilidade de se afastar do ambiente profissional, por um período mais extenso, após a chegada do bebê, foi referida pelos participantes como desfavorável para a participação do pai nos cuidados do filho, bem como para a construção de um vínculo entre eles, conforme ilustram as falas abaixo:

Quando a criança é muito pequena e o pai sai para trabalhar o dia inteiro, ele fica como uma pessoa estranha, em especial para a criança de poucos meses. Uma criança maior isso é um pouco diferente você dialoga com ela, agora uma criança que é muito pequena precisa uma certa intimidade para que a criança fique segura a sós com o pai. ‘Quem sempre cuida de mim é a minha mãe, então quem é esse cara aí?’ (Pai 3, menina, 7 meses, Lic.5 dias).

Eu acredito que a licença sendo bem usada ela é essencial. Eu acho que 5 dias é sacanagem, 5 dias? Você está de sacanagem comigo! Poh em 5 dias o cara não consegue nem trocar uma fralda da criança, o cara não consegue dar um banho, o cara não tá ali nos momentos mais difíceis (Pai 4, menino, 1 ano, Lic.20 dias).

Acho que só 5 dias o pai perde muito com essa questão de desenvolver um laço maior com o filho. Você fica o dia todo fora, chega tem as coisas da casa para fazer, acaba que o tempo com seu filho é muito prejudicado. Quando você já volta a trabalhar tão instantaneamente, depois que seu filho nasce, você nem se desliga das coisas da empresa, então não é só voltar ao trabalho, mas a sua cabeça se volta para os compromissos do trabalho, não mais para as necessidades do teu filho (Pai 13, menino, 6 meses, Lic.5 dias).

Em consonância com a investigação realizada por Fernandes de Oliveira e Britto (2009) que observou que o afastamento paterno, após a chegada do filho, mostra-se insuficiente, percebeu-se no discurso dos participantes que a licença-paternidade não atende às necessidades básicas e os compromissos e responsabilidades impostos pela paternidade. Nesse sentido, parece que a carga horária de trabalho do pai restringe o tempo que ele tem para se envolver nas atividades cotidianas do filho recém-nascido, já que o tempo de que ele dispõe

para participar é, em especial, no período da noite ou nos fins de semana (Piccinini, Silva, Gonçalves, Lopes & Tudge, 2012).

Tendo em vista a importância do cuidado parental na primeira infância, vários países vêm promovendo mudanças em suas leis trabalhistas com o objetivo de oferecer maior suporte legal para famílias com crianças recém-nascidas (Almeida, Pereda & Ferreira, 2016). De acordo com os dados do Relatório da Organização Internacional do Trabalho, nas últimas duas décadas houve um aumento, de 41 para 79, no número de países que passaram a conceder o direito à licença-paternidade aos homens (Addati, Cassirer & Gilchrist, 2014).

Com exceção da amamentação no seio materno, que por motivos biológicos só pode ser realizada pela mãe, as demais tarefas relativas ao bebê, tais como trocar a fralda, dar banho e colocar o bebê para dormir, podem ser realizadas pelo pai. A presença paterna nestas atividades pode contribuir para o estreitamento dos laços afetivos entre pai e filho (Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017a; Santos & Antúnez, 2018). Do mesmo modo, por mais que o pai não possa alimentar o bebê no seio, ele pode participar desse evento amamentando o filho através do uso da mamadeira ou simplesmente propiciando um ambiente agradável para que a mãe assim o faça (Teston, Reis, Góis, Spigolon, Maran & Marcon, 2018; Brito, Barbosa, Araujo, Silva & Cavalcante, 2020). Todavia, muito além do atendimento às necessidades básicas do bebê, a presença pai no pós-parto mostra-se importante também para o desenvolvimento cognitivo e social da criança (Melo, Fenner, Abaid & Kruehl, 2020). Entretanto, o retorno tão precoce ao trabalho, pelo qual a maior parte dos pais brasileiros é exposta, após o nascimento do filho, pode ser desfavorável para o engajamento do homem nessas atividades. A dificuldade de conciliar o horário de trabalho com as demandas iniciais da família no pós-parto é considerada, inclusive, um fator que, muitas vezes, motiva o desmame precoce (Lima, Cazola & Picoli, 2017; Lima, Nascimento & Martins, 2018).

Assim como o curto período de afastamento laboral, após o nascimento do filho, foi apontado como desfavorável para o estabelecimento do vínculo do pai com a criança, por outro lado, a ampliação do tempo de licença foi referida como um facilitador para uma maior interação do pai com o bebê.

Eu acho que a ampliação da licença para o pai é uma iniciativa muito bacana. E acho que fez muita diferença pra nós. A minha esposa não ficou muito tempo sem trabalhar depois do parto, ela voltou aos poucos e viaja a trabalho. Então ter a possibilidade de ficar mais com ele [filho] foi essencial. Ele sempre ficou muito bem sozinho comigo e honestamente acho que está ligado ao fato de desde o início eu ter ficado muito próximo dele (Pai 10, menino, 9 meses, Lic.20 dias).

Não é que o pai que não tem licença [ampliada] não pode estabelecer esse vínculo com o filho, mas eu acho que a licença ajuda muito. Eu vejo pelos amigos que também tiveram filhos e não tiveram licença [ampliada], é muito diferente o pai que fica só 5 dias. Às vezes o teu filho nem saiu do hospital nesse tempo. E olha que 20 dias ainda acho pouco, mas pra mim esse tempo já foi bem importante para conhecer meu filho, ficar próximo dele. Me desliguei do trabalho, nem atendia o telefone, eu vivi esse período exclusivamente para ser pai (Pai 15, menino, 9 meses, Lic.20 dias).

O pós-parto é um momento muito importante para interação precoce entre pai-bebê e, em especial, para a aprendizagem e prática dos cuidados com o filho, o que, inclusive, fomenta o envolvimento paterno em momentos posteriores (Castoldi, Gonçalves & Lopes, 2014; Nascimento, Marcelino, Vieira & Lemos, 2019). Para Matos, Magalhães, Féres-Carneiro e Machado (2017a), a presença do pai após o nascimento do filho pode contribuir de forma significativa para construção de um vínculo mais estreito entre eles. Neste sentido, as primeiras semanas do bebê constituem-se num momento privilegiado para que o pai estabeleça uma relação afetiva mais próxima com o filho recém-nascido, aspecto que além de ser importante para o filho, parece mostrar-se importante também para o pai (Zaldivar, Prates, Perez, Gomes & Pilger, 2020).

Cabe destacar que a fala do Pai 15 (descrita acima) salienta que estar próximo do filho no pós-parto, além ter sido importante para o bebê, também fora importante para ele, *“para vivenciar exclusivamente a paternidade”*. Esta fala evidencia que na contemporaneidade alguns homens parecem estar rompendo, de certo modo, com o modelo tradicional de pai distante e pouco afetivo, fundamentado na função de autoridade e provedor financeiro, que historicamente fora transmitido ao homem pela sociedade.

Sabe-se que, biologicamente a mãe é quem carrega o bebê no ventre durante a gestação, aspecto que possibilita a ela uma vivência mais intensa e próxima com o filho em formação, tal fato inegavelmente favorece o

estabelecimento de um vínculo mais estreito entre eles (Fernandes, Silveira & Marques, 2017). Neste sentido, por não gestar, o pai pode ter a formação do seu vínculo com o bebê constituída de forma mais lenta do que o estabelecimento do vínculo da mãe com a criança (Matos, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2017a). Do mesmo modo, a licença-maternidade, importante benefício concedido à mulher, pode favorecer a formação do laço mãe-bebê (Andrade, Baccelli & Benincasa, 2017).

Na linha destas considerações, o prazo de licença-paternidade, oferecido para maioria dos pais, pode ser considerado desfavorável para o estabelecimento do vínculo do pai com o filho. Tal fato foi evidenciado no estudo de Arpini, Zanatta, Marchesan, Faraj, Ledur & Pereira (2018), realizado com o objetivo de investigar como se dá a relação inicial pai-bebê, que tomou como referência o depoimento de mães. No referido estudo as participantes relataram considerar que a formação do vínculo pai-bebê inevitavelmente se dá de uma forma mais lenta, quando comparado à mãe, que está em contato com o filho por um período maior de tempo, devido ao prazo de licença-maternidade.

A partir dessa premissa, para Cools, Fiva e Kirkeboen (2015), a ampliação da licença-paternidade, por permitir que o homem se afaste do mercado de trabalho por um período mais longo, pode oportunizar que ele se engaje mais ativamente no cuidado do filho e estabeleça uma relação mais próxima com a criança. Esse aspecto pode trazer benefícios na construção do laço pai-bebê, além de fortalecer a relação entre os cônjuges.

Neste viés, é importante referir que, a presença do pai no período pós-parto além de se mostrar significativa para relação pai-filho, como já mencionado, também se mostra fundamental para o relacionamento com a companheira. O apoio paterno neste momento pode estreitar os laços afetivos entre os membros do casal, além de proporcionar bem-estar à mulher/mãe que se sente mais amparada durante o puerpério (Menezes, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2019; Zaldivar, Prates, Perez, Gomes & Pilger, 2020). Nesta perspectiva, o direito de se ausentar do trabalho, e oferecer suporte à companheira foi referido pelos pais como importante, conforme ilustram os relatos abaixo:

Eu admiro muito a X [esposa] porque quando ela tava tentando dar de mamar ela teve dificuldades, o negócio sangrava, foi muito difícil, mas ela continuou persistente. Ela sentia muita dor chorava

foi um negócio bem complicado e eu tava lá para acompanhar todo esse processo eu estava presente, agora se eu tivesse só os 5 dias de licença eu não ia conseguir tá lá. Por isso, eu valorizo muito essa licença [de 20 dias] porque eu tive a oportunidade de tá lá, ajudar, participar e isso foi muito importante para nossa relação (Pai 1, menino, 6 meses, Lic.20 dias).

Sem dúvida nenhuma eu acho que a licença do pai é muito curta. E se analisar bem, a licença da mãe também é curta. Se eu não me engano a OMS orienta que o bebê seja amamentado por seis meses, sendo que a mulher tem que voltar a trabalhar com 4 meses, é contraditório, não faz sentido. Mesmo que o pai não amamente ele precisaria estar ali para dar força para mãe, é muito pesado carregar toda essa bagagem sozinha. Os primeiros meses é bem complicado, a criança demanda muito da mãe. Eu acho que o pai teria que se afastar por no mínimo 60 dias justamente para poder contribuir nesse processo (Pai 6, menino, 7 meses, Lic.5 dias).

Fomos para casa só nós três [casal e filho], não tinha muito quem dar apoio. Basicamente nós três, mas esse momento só nosso foi bem importante. Graças a licença eu pude ficar mais com eles. Se não fosse a licença certamente iria precisar de mais alguém ali para auxiliar porque nos primeiros dias é tudo novo, a mãe não tem como ficar sozinha com o bebê e se eu não estivesse ali alguém precisaria ficar (Pai 9, menina, 8 meses, Lic.20 dias).

As narrativas apresentadas, em especial do Pai 1 e do Pai 9, que puderam gozar de 20 dias de licença-paternidade, sugerem que o envolvimento do homem na fase puerperal desperta um sentimento de admiração pela companheira. As falas destacam que os pais percebem a sobrecarga que recai sobre a mulher que permanece sozinha com o filho recém-nascido no período pós-parto. Além disso, as narrativas acima evidenciam que os entrevistados notam que sua presença é importante para o suporte e amparo da companheira nesta fase. Para Zaldivar, Prates, Perez, Gomes e Pilger (2020), o apoio que a mãe recebe no pós-parto influencia o seu bem-estar, além disso, facilita a promoção de uma maternidade mais responsiva, especialmente nos momentos de maior estresse.

Sabe-se que a fase do puerpério é uma etapa delicada na vida da mulher, tendo em vista a grande carga de hormônios que ela recebe nessa etapa (Greinert, Carvalho, Capel, Marques & Milani, 2018). Com a chegada do bebê, algumas mães podem sentir-se ansiosas e apresentar dúvidas, angústias e medos relacionados à sua capacidade de cuidar de um bebê. Após a gestação, sobretudo depois do parto, muitas transformações de ordem emocional ocorrem podendo

levar a casos de depressão pós-parto materna (Barros, Zacara & Patrocínio, 2018). Diante disso, estudos recentes têm evidenciado a importância da presença paterna como integrante da rede de apoio à companheira no pós-parto (Menezes, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2019; Nascimento, Marcelino, Vieira & Lemos, 2019).

Diante da vulnerabilidade da puérpera e do recém-nascido no período pós-parto, mostram-se fundamentais a assistência e o cuidado oferecidos a eles nesta fase. A contribuição do pai é importante para o estabelecimento de um ambiente suficientemente bom para mãe e bebê, contribuindo, inclusive, para o fortalecimento do vínculo entre eles (Zaldivar, Prates, Perez, Gomes & Pilger, 2020). O apoio do parceiro é uma valiosa fonte de suporte, podendo ocupar o lugar de rede de suporte primária da mãe e do filho recém-nascido (Cornish & Dobie, 2018).

Porém, em pesquisa desenvolvida por Medeiros e Santos (2009), com casais durante o período pós-parto, com o objetivo de identificar as vivências familiares no retorno ao lar com o primeiro filho, as autoras observaram que os casais do estudo precisaram de apoio externo após o retorno para casa. O mesmo dado foi observado no relato dos entrevistados do presente estudo, no qual 3 pais, todos pertencentes ao grupo que teve licença-paternidade inferior a 20 dias, precisaram contar com uma rede de suporte externo para atender as demandas do período pós-parto.

No estudo de Medeiros & Santos (2009), referido acima, na maioria dos casos, algum familiar instalou-se no domicílio do casal após o nascimento do bebê durante um período que variou entre 15 e 35 dias. Esse tempo salienta a importância de um acompanhante que pudesse oferecer suporte à mãe e ao bebê nos primeiros dias após o parto, pois este é o período em que estão presentes as maiores dificuldades, em especial para mulheres submetidas a partos em que ocorre uma intervenção cirúrgica (Pereira, Fonseca, Pereira, Gonçalves & Mafra, 2018). Esse acompanhante poderia ser o pai da criança, entretanto a atual licença-paternidade de cinco dias, à qual a maioria dos homens têm direito, de acordo com a legislação brasileira, parece dificultar que o pai ocupe esse lugar.

Outro dado encontrado, a partir do relato dos participantes, é que pode haver uma diferença no modo de perceber a ampliação da licença-paternidade dependendo do tipo do vínculo empregatício do pai, sendo ele público ou privado.

Servidores públicos brasileiros, após o estágio probatório, que segundo a Emenda Constitucional (nº 19/1998) é de três anos, possuem estabilidade profissional. Na linha destas considerações, foi mencionado pelo Pai 5 que, em sua percepção, um afastamento de tempo muito longo do trabalho poderia gerar uma insegurança profissional, tal como é possível observar na fala abaixo:

Hoje eu ocupo um cargo de gerência, não sei como seria ficar muito tempo afastado, é uma discussão que eu acho difícil. Por exemplo, eu não gostaria de ficar seis meses, como a mulher, afastado do trabalho, apesar de eu achar importante estar com a minha filha. O que eu acho que seria interessante é que o pai diminuísse suas horas de trabalho nos primeiros meses após o nascimento do filho, porque simplesmente não ir ao trabalho eu acho que seria bem delicado. O afastamento do funcionário gera um passivo muito grande para empresa, a empresa precisa contratar alguém para ficar no seu lugar e isso talvez coloque seu cargo em risco (Pai 5, menina, 4 meses, Lic.5 dias).

A fala do Pai 5, que está vinculado profissionalmente a uma empresa privada, salienta a importância de se considerar que existem questões significativas a serem levadas em conta quando se analisa o gozo da licença-paternidade para aqueles que atuam em empresas públicas e privadas. Pais vinculados a empresas privadas não possuem garantia do emprego caso se afastem por um período mais longo. Neste sentido, a crença de uma possível perda de emprego, ou mesmo do cargo ocupado, pode ser um fator que leve pais vinculados a empresas privadas a manterem-se contrários a possíveis novas ampliações da atual licença-paternidade.

Na linha dessas considerações, apesar dos benefícios da presença paterna, para a tríade mãe-pai-bebê, no período pós-parto, o levantamento realizado por Almeida, Pereda e Ferreira (2016) revelou que, nem todos os homens brasileiros que trabalham em Empresas-cidadãs, e desse modo têm direito à licença-paternidade estendida, solicitam o benefício após o nascimento do filho.

Licença parental

A licença parental inexistente no Brasil, como já referido, foi mencionada pelos participantes como uma iniciativa interessante, mas uma possibilidade ainda distante no contexto brasileiro diante da atual disparidade de tempo entre as licenças maternidade e paternidade.

Eu acho que seria muito bom se o pai e a mãe tivessem um tempo maior de licença para ficar com o filho, como já é praticado em vários países. Tem lugares que, se não me engano, a licença é quase igual para o pai e a mãe. É evidente que dentro dos 5 dias de licença que são oferecidos no Brasil o pai não vai contribuir o suficiente. As leis brasileiras ainda são muito precárias neste sentido (Pai 3, menina, 7 meses, Lic.5 dias).

No início eu achei que 20 dias era muita coisa, mas depois eu vi que não é. Inexperiência total! Depois que ela [filha] nasceu eu percebi que não se resolve quase nada nesse período de tempo, acho que não ajuda nem 10% do que uma criança demanda. O Brasil ainda precisa evoluir, eu vi que tem países que oferecem licença para o pai e a mãe bem maiores. Achei uma prática bem mais coerente do que essa diferença tão grande que temos aqui no Brasil (Pai 9, menina, 8 meses, Lic.20 dias).

Foi a partir dos três meses que eu consegui identificar o que o meu filho precisava quando chorava. Depois dos 90 dias acho que a criança talvez se expressa mais, então se o pai pudesse ter uma licença-paternidade maior acho que seria importante. Esses primeiros 90 dias acho que seria fundamental a presença do pai ali. Tenho um amigo que mora fora do país, ele ficou de licença durante meses com a filha, acho que facilitou muito pra eles [casal] (Pai 15, menino, 9 meses, Lic.20 dias).

Como visto anteriormente, alguns países possuem um sistema mais flexível de licença, denominada licença-parental, na qual o direito de ausentar-se do trabalho para cuidar do filho é exercido indistintamente pelo pai ou pela mãe. Em países como a Noruega, por exemplo, a licença-paternidade com compensação salarial é concedida ao homem desde a década de 1970. Atualmente o país oferece aos pais noruegueses a licença parental, na qual pai e mãe podem dividir a licença por 46 semanas com pagamento de 100% do salário, ou 56 semanas com pagamento de 80% do salário, desse período, 10 semanas são reservadas exclusivamente para cada um dos pais (pai e mãe) (Brandth & Kvande, 2019). Para Cools, Fiva e Kirkeboen (2015) e Wray (2020) a licença compartilhada entre o pai e a mãe incentiva uma maior equidade entre os sexos, tanto na família como no mercado de trabalho e ainda favorece uma maior aproximação entre pai e filho.

No contexto brasileiro poucas mudanças ocorreram, nas últimas décadas, em termos de avanço nas leis, no sentido de se considerar o cuidado dos filhos como uma responsabilidade conjunta dos pais (Bossardi, Gomes, Bolze, Crepaldi

& Vieira, 2016; Vêras & Oliveira, 2017). Essa concepção se reflete na carência de políticas públicas para conciliação entre trabalho e família (Carvalho, 2016; Abrão & Miotto, 2017). Tal como referido pelo Pai 3, que por atuar na área jurídica ressalta com propriedade que as leis brasileiras ainda se mostram deficitárias, do mesmo modo Santos e Moreira (2016) evidenciam que a legislação em vigor se mostra falha no que concerne à proteção da família. Para as autoras a constituição brasileira não reconhece de forma mais global a importância da presença paterna no pós-parto, tendo em vista que a mesma se limita a estratégias de apoio, em especial, para mãe nos primeiros meses de vida do filho.

É importante considerar que, o período de duração da licença-maternidade não objetiva apenas a recuperação do desgaste físico ocasionado pelo parto ou aleitamento materno, se assim fosse não seria equiparada à licença para famílias adotantes (Carvalho, Flores & Carneiro, 2019). Dado ao fato que pais adotantes não têm necessidade de afastar-se do trabalho em decorrência da gravidez ou parto, infere-se, portanto, que a razão do afastamento é a proteção da criança (Schuster & Gemelli, 2020; Alves, Carvalho & Pereira, 2020).

Do mesmo modo, Leite, Souza, Silva, Souza & Martinez (2017) e Torres (2019), destacam que o principal objetivo da licença é de estreitar os laços afetivos e familiares. Todavia, tendo em vista que a maioria dos pais brasileiros biológicos têm somente cinco dias de afastamento do trabalho, após o nascimento do bebê, é possível considerar que a eles é negado o direito de estabelecer uma relação de maior proximidade com o filho recém-nascido (Zaldivar, Prates, Perez, Gomes & Pilger, 2020).

A licença parental pode ser considerada uma iniciativa que promove maior divisão nas responsabilidades e cuidados com o filho recém-nascido (Sorj & Fraga, 2019). Entretanto, possivelmente tendo em vista uma lógica patriarcal, algumas pessoas ainda não concebem como uma possibilidade viável esse formato de licença no Brasil, tal como é possível observar na fala abaixo:

Tenho um amigo que mora fora, se não me engano ele ficou três meses em casa sem trabalhar depois que a filha nasceu. Acho que foi quando a esposa dele voltou para o trabalho. Sei que alguns amigos aqui no Brasil, quando ele conta como funciona a licença de lá perguntam: ‘mas vai ficar esse tempo todo em casa porque?’. Eu mudei muito a minha percepção depois de ter filho, mas antes

talvez eu também não percebesse como é necessário um tempo maior de licença [paternidade]. A gente vive em uma sociedade muito machista (Pai 15, menino, 9 meses, Lic.20 dias).

O discurso do Pai 15 evidencia que talvez a sociedade continua projetando na mulher o lugar de cuidadora, tendo em vista que ainda se questiona o porquê da presença do pai no pós-parto. Para Garcia e Viecili (2018), apesar de na atualidade existir uma maior liberdade, aceitação social e até estímulo para que a mulher assuma novos papéis, como o de trabalhadora, ainda assim existe uma cobrança de que ela desempenhe os papéis arraigados no imaginário social de mantenedora do lar e cuidadora dos filhos.

No que concerne a licença, é importante destacar que o objetivo primordial desta é assegurar ao descendente os cuidados necessários para seu pleno crescimento. A mãe, desse modo, tem um papel importante neste processo, em especial quando a criança é amamentada exclusivamente no seio materno. Sabe-se que, a amamentação é muito importante para o bebê e promove um desenvolvimento saudável (Capucho, Forechi, Lima, Massaroni & Primo, 2017). Todavia, a chegada de um filho envolve questões bem mais complexas, como o aumento das demandas domésticas e a diminuição das horas de sono, tornando-se importante a presença do pai neste processo. Face a essas questões é possível considerar que, a licença-maternidade, notavelmente maior que a licença-paternidade, ainda que de forma velada, reforça a crença social de que cabe à mulher o dever de cuidar dos filhos, enquanto ao homem a reponsabilidade pelas demandas financeiras do lar.

5.3 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo investigar a percepção de pais sobre a ampliação da licença-paternidade no Brasil. Por meio dos achados, pôde-se constatar que a prorrogação da licença-paternidade, de cinco dias para 20 dias, conforme determinada pela Lei 13.257/2016, representa uma evolução na legislação brasileira. Tendo em vista que os pais inicialmente tinham apenas um dia para se ausentar do trabalho, é válido destacar que, ainda que de forma morosa, a ampliação da licença-paternidade representa um avanço. Por outro lado, a atual licença ainda não supre as necessidades da família no pós-parto, do mesmo

modo ela é excludente, tendo em vista que não beneficia todos os homens que se tornam pais.

Na linha destas considerações, é importante destacar que, o atual prazo entre as licença-maternidade e paternidade, inclusive, se mostra defasado quando se analisam as transformações pelas quais a família vem passando. O aumento dos lares em que os dois membros do casal estão inseridos no mercado de trabalho, a diminuição das redes de apoio familiar, em especial nos grandes centros urbanos, e as novas configurações familiares denotam algumas dessas transformações. Observa-se que as atuais políticas públicas parecem não estar acompanhando as mudanças ocorridas no sistema familiar ao longo dos anos.

Sabe-se que uma nova ampliação da licença-paternidade possivelmente geraria impactos econômicos aos empregadores. No entanto, é importante considerar que a Constituição de 1988, em seu artigo 227, dispõe que não é só da família a responsabilidade de zelar pelo bem-estar das crianças, mas também é papel da sociedade e do Estado (Brasil, 1988). Neste sentido, seria função social da empresa viabilizar que seus funcionários pudessem exercer o papel de cuidador primário dos filhos. Todavia, os dados do estudo evidenciaram que, na percepção dos participantes, uma equiparação entre as licenças do pai e da mãe ainda parece ser uma realidade distante de qualquer viabilidade no contexto brasileiro na atualidade.

É válido destacar que a importância do pai no pós-parto não exclui a mãe deste processo, do mesmo modo a presença da mãe não deveria diminuir a relevância da presença paterna, uma vez que ambos são responsáveis pelo desenvolvimento saudável do filho. Neste sentido, acredita-se que a concessão de um período maior de licença-paternidade talvez pudesse promover uma revisão na divisão dos papéis parentais.

Todavia, cabe sublinhar que, a licença-paternidade, por si só, não representa a garantia de um maior envolvimento paterno na esfera familiar, no cuidado dos filhos e na promoção da equidade de gênero entre homens e mulheres no mundo do trabalho. A ampliação da licença, porém, representa um ponto de partida que deveria se somar a outras articulações que desnaturalizem as tradicionais concepções acerca dos papéis parentais (Marques, 2015).

Por fim, cabe destacar que os resultados do estudo revelaram que a prorrogação da licença-paternidade, ainda se mostra insuficiente para atender às

demandas da família no pós-parto. Entretanto, ela permite que o pai contribua para o bem-estar da companheira que passou pelo trabalho de parto. Do mesmo modo, a extensão da licença, se mostra importante para o pai que pode aproximar-se do filho recém-nascido contribuindo, assim, para o estabelecimento de um vínculo mais estreito entre eles. Diante dos achados, conclui-se que a ampliação da licença-paternidade beneficia todos os membros do sistema familiar, promovendo, desse modo, o bem-estar da tríade mãe-pai-filho.

Conclusão

Ao investigar o tema da paternidade foi possível notar um crescente interesse e envolvimento do pai na vida dos filhos. Por outro lado, percebeu-se que infelizmente a despeito de tantas mudanças sociais, culturais e econômicas em nossa sociedade nas últimas décadas, pouco se avançou em termos de políticas públicas que promovam uma maior participação do pai nas responsabilidades familiares.

Por meio dos achados, pôde-se constatar que tornar-se pai envolve um complexo trabalho subjetivo, consciente e inconsciente. Os resultados do presente estudo revelaram que as experiências vivenciadas pelo homem na família de origem influenciam a concepção de paternidade. Em especial, a relação estabelecida com o próprio pai ganha destaque neste processo. Observou-se que ao mesmo tempo em que alguns homens se espelham no modelo de paternidade vivenciado com o próprio pai, outros o rejeitam, em especial quando esta experiência não foi positiva.

Com base nas análises, constatou-se que, na atualidade, o pai se mostra mais presente no contexto gestacional. Além disso, nos dias atuais, reconhece-se que a trajetória da gestação é um momento relevante também na vida do homem. Os dados revelaram que a presença paterna no contexto clínico gestacional pode fortalecer os vínculos familiares, caracterizando-se como um fator benéfico para a tríade mãe-pai-filho. Todavia, historicamente os serviços de saúde foram projetados para acolher a mulher gestante, diante disso, observa-se que muitos pais ainda encontram barreiras para se inserirem nesse contexto. Apesar das evoluções, constatou-se que a participação mais ativa dos homens nos serviços de saúde ainda parece ser um desafio, uma vez que a presença masculina não é concebida de forma integral como importante neste contexto.

No que concerne o cuidado dos filhos, os resultados deste estudo sugerem que antigas concepções de que a mãe é a principal responsável pelos filhos ainda permanecem. Deste modo, é possível considerar que a inclusão paterna no cuidar ainda acontece bastante timidamente. Apesar do maior envolvimento e participação do pai na vida dos filhos, ainda há uma forte tendência para se apontar o homem como aquele que ajuda a mãe, e não como aquele que

compartilha as responsabilidades familiares juntamente com ela. Observa-se com isso que os pais ainda lutam para encontrar seu lugar neste contexto, haja vista que o modelo tradicional patriarcal se contrapõe às novas formas de exercer a paternidade.

O nascimento de um filho marca uma transformação identitária na vida dos sujeitos envolvidos neste cenário. Essa fase é considerada uma das mais importantes no ciclo de vida de qualquer indivíduo, em decorrência das profundas alterações tanto em nível individual quanto relacional. Diante da aquisição do papel parental muitas vezes projetos pessoais precisam ser deixados de lado, ainda que temporariamente. A partir dessa premissa, os resultados deste estudo evidenciaram que a necessidade de renunciar a anseios individuais em prol da parentalidade costuma ser vivenciada como um grande desafio pelos novos pais. Notou-se que, a chegada do bebê, a diminuição dos momentos a dois, e todas as novas situações com as quais o casal vai se deparar ao se tornarem pais podem gerar um declínio na satisfação conjugal.

Outro dado encontrado a partir das análises deste estudo, refere-se ao tempo que o pai dispõe para ficar com o filho após o nascimento. Pôde-se constatar que a atual licença-paternidade, à qual a maioria dos pais brasileiros tem direito, não supre as necessidades da família no pós-parto, do mesmo modo ela é excludente, tendo em vista que não beneficia todos os homens que se tornam pais. Além disso, o atual prazo de afastamento do trabalho paterno após a chegada do bebê se mostra defasado quando se analisam as transformações pelas quais a família vem passando. Observa-se, neste sentido, que as atuais políticas públicas parecem não estar acompanhando as mudanças ocorridas no sistema familiar nas últimas décadas. Face aos resultados encontrados, considera-se que as necessidades do homem ao tornar-se pai ainda parecem ser socialmente negligenciadas.

Muitas evidências científicas acerca do tema da paternidade estão relacionadas à figura materna ou privilegiam a percepção da mulher/mãe (Cabrera 2019). Por essa razão, acredita-se que os resultados e a discussão aqui apresentados mostram-se importantes na medida em que analisam a perspectiva do pai sobre o tema em questão. Neste viés, é válido mencionar que durante a coleta do material analisado muitos pais verbalizaram satisfação por participar do estudo e refletir sobre o tema da paternidade. Tal constatação reforça o

pressuposto de que existe uma carência de espaços de troca para que homens possam analisar o que é ser pai e qual o seu papel na vida dos filhos. Do mesmo modo, é válido destacar que durante a coleta de dados, após a divulgação do perfil dos participantes buscados, em diversas redes sociais, a maior parte dos pais entrevistados neste estudo fizeram contato com a pesquisadora, com interesse de compartilhar suas experiências. Esse dado mostra que os pais têm se interessado cada vez mais em refletir sobre o seu lugar na vida dos filhos.

Diante do exposto, sugere-se que novos estudos investiguem indicadores que possam servir de base para garantir os direitos paternos, com especial ênfase para as políticas públicas. Cabe ressaltar que nessa pesquisa discutiu-se o tema a partir de um pequeno recorte do que é a experiência da paternidade, portanto, não se pode generalizar os dados aqui apresentados. Ainda assim, entende-se que esse estudo é relevante na medida em que permitiu ampliar as discussões relacionadas aos papéis parentais na atualidade.

No que tange às limitações do presente trabalho, acredita-se que esteja relacionada ao perfil socioeconômico dos participantes, haja vista que não houve diversidade em relação a este aspecto. Assim, sugere-se que novas pesquisas, com enfoque no exercício da paternidade, explorem outras realidades socioeconômicas. Do mesmo modo, sugere-se que novos estudos possam investigar o tema da paternidade utilizando outras metodologias. Além disso, acredita-se que estudos que privilegiam outros perfis, no que diz respeito a idade e o nível de escolaridade dos pais, podem contribuir para ampliar as discussões acerca desta temática.

A partir do que se discutiu nesta tese, constatou-se que em virtude das transformações ocorridas na família, coloca-se a necessidade de se seguir pesquisando acerca das mudanças no papel do pai na sociedade. Acredita-se que refletir sobre a valorização da presença e participação paterna na vida dos filhos, desde a gestação, constitui-se em uma ferramenta sólida para fortalecer a inclusão do pai neste contexto. Para que se possa rever os conceitos acerca dos papéis e responsabilidades esperados de pais e mães considera-se essencial que essa discussão seja ampliada. Tal aspecto impulsiona o desejo de seguir pesquisando sobre essa temática.

Por fim, conclui-se que a identidade paterna está em transição, haja vista que o papel tradicional do homem como provedor e mais voltado para a provisão

e segurança do lar, na atualidade, se mescla com a de um pai mais participativo e engajado no cuidado dos filhos. Diante do exposto, longe de se considerar que aqui se apresenta uma conclusão, deseja-se que este trabalho instigue novas indagações, fomente novos diálogos e permita novas propostas de análise.

Referências bibliográficas

- Addati, L., Cassirer, N. & Gilchrist, K. (2014). *Maternity and paternity at work: law and practice across the world*. Geneva: ILO.
- Abrão, K. C. L. & Mioto, R. C. T. (2017). Políticas de "conciliação" entre trabalho e responsabilidade familiar: o debate em curso na Europa e na América Latina *Textos & Contextos*, 16(2), 313-327.
- Acker, J. I. B. V., Annoni, F., Carreno, I., Hahn, G. V. & Medeiros, C. R. G. (2006). As parteiras e o cuidado com o nascimento. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 59(5), 647-651. Doi.org/10.1590/S0034-71672006000500010
- Aguiar, L. M. S. (2019). Brincar de boneca é coisa de menino, e de menina também! In: Pereira, D. *Diversidade: diferentes, não desiguais* (pp. 47-58). Atena Editora.
- Aló de Moraes, C. J., & Granato, T. M. M. (2016). Tornando-se pai: uma revisão integrativa da literatura sobre a transição para a paternidade. *Psicologia em Estudo*, 21(4), 557-567. Doi: 10.4025/psicoestud.v21i4.29871
- Alves da Costa, F. (2018). Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. *Pretextos*, 3(6)434-452.
- Alves, D. A., Alves, B. S. S., Santana, W.J. Moreira, F. T. L. S., Oliveira, D. R. & Albuquerque, G. A. (2018). Percepção masculina sobre atividade sexual no período gestacional. *Revista Brasileira em promoção da saúde*, 31(2), 1-9. Doi: 10.5020/18061230.2018.7839
- Alves, F. L. F., Carvalho, E. F. S. & Pereira, P. F. S. (2020). Possibilidades da licença parental para pais adotivos em uniões homoafetivas. *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo*, 26(2), 1-19.
- Alvarenga, P., Gomes, Q. S., Freitas, L. M. A., & Bolsoni-Silva, A. T. (2016). Modelos teóricos e instrumentos para a avaliação da relação pai-criança. In L. V. de C., Moreira, E. P., Rabinovich, & P. C. S. do V., Zucoloto. (Orgs.), *Paternidade na sociedade contemporânea: O envolvimento paterno e as mudanças na família* (pp. 195-214). Curitiba: Juruá.
- Almeida, S., Pereda, P. & Ferreira, R. (2016). Custos da ampliação da licença paternidade no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33(3), 495-516. Doi: 10.20947/s0102-30982016c0003

- Atkin, K., Berghs, M., & Dyson, S. (2015). 'Who's the guy in the room?' Involving fathers in antenatal care screening for sickle cell disorders. *Social Science & Medicine*, 128, 212-219. Doi: 10.1016/j.socscimed.2015.01.039
- Andrade, C. J.; Baccelli, M. S. & Benincasa, M. (2017). O vínculo mãe-bebê no período de puerpério: uma análise winnicottiana. *Vínculo - Revista do NESME*, 14(1), 1-13.
- Araújo, R. P. (2018). Brincadeiras de masculinidades, (re)configurações familiares e relacionamento interrelacional em menino brinca com menina?, de Regina Drummond. *Revista Humanidades e Inovação*, 5(3), 9-17.
- Araújo, C., Picanço, F., Cano, I. & Veiga, A. (2019). Evolução das percepções de gênero, trabalho e família no Brasil: 2003-2016. In Araújo, C., Gama, A., Picanço, F. & Cano, I. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI: mudanças e permanências*. (pp.1-25). Rio de Janeiro: Gramma.
- Arpini, D. M., Zanatta, E., Marchesan, R. Q., Faraj, S. P., Ledur, C. S. & Pereira, C. R. (2017). A relação pai-bebê: o olhar de mãe usuárias de um serviço materno-infantil. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 25(2), 27-34.
- Backes, M. S. Becker, A. P. S. Crepaldi, M. A. & Vieira, M. L. (2018). A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 61, 100-119. Doi: 10.21452/2594-43632018v27n61a04
- Badinter, E. (1980). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2010). *O conflito, a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Barbiero, E. B., & Baumgarten, S. T. (2015). Somos pais, e agora?: A história de nós dois depois dos filhos. *Pensando famílias*, 19(1), 32-45.
- Barbosa, P. Z. & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19(1), 163-185. Doi: 10.1590/S0103-56652007000100012
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, I. P. M., Zacara, D. J. S. & Patrocínio, V. P. (2018). Reflexões acerca de possíveis desencadeantes biopsicossociais de conflitos na maternidade e o surgimento de fenômenos psicossomáticos na mãe e no bebê. *Revista da Universidade Ibirapuera*, 15(1), 43-50.

- Balica, L. O & Aguiar, R. S. (2019). Percepções paternas no acompanhamento do pré-natal. *Revista de Atenção Saúde*, 17(61), 114-126. Doi:10.13037/ras.vol17n61.5934
- Benczik, E. B. P. (2011). A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. *Revista Psicopedagogia*, 28(84), 67-75.
- Benghozi, P. (2000). Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. In O. Ruiz-Correia (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 89-100). São Paulo: Escuta.
- Bento, B. (2010). As tecnologias que fazem o gênero. *VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero*, Curitiba: UFPR, 1-13.
- Bernardi, D., Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2018). Entre o desejo e a decisão: a escolha por ter filhos na atualidade. *Contextos Clínicos*, 11(2), 161-173. Doi: 10.4013/ctc.2018.112.02
- Bernardi, D., Mello, R. & Féres-Carneiro, T. (2019). Ambivalências frente ao projeto parental: vicissitudes da conjugalidade contemporânea. *Revista da SPAGESP*, 20(1), 9-23.
- Bernardi, D., Dantas, C. R. & Féres-Carneiro, T. (2020). Satisfação conjugal e liberdade: percepções de sujeitos casados acerca da ausência de filhos. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), 1-15. Doi: 10.36298/gerais2020130111
- Bernier, A., Tétreault, E., Bélanger, M. E. & Carrier, J. (2017). Paternal involvement and child sleep: a look beyond infancy. *International Journal of Behavioral Development*, 41(6), 714-722. Doi: 10.1177/0165025416667851
- Bezerra, I. F. D., Sousa, V. P. S., Santos, L. C. & Viana, E. S. R. (2015). Comparação da qualidade de vida em gestantes com disfunção sexual. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, 37(6), 266-271. Doi: 10.1590/SO100-720320150005254
- Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64), 31-39.
- Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Crepaldi, M. A. & Vieira, M. L. (2016). Desafios de ser pai em uma sociedade em transformação. In

- Moreira, L. V. C., Rabinovich, E. P. & Zucoloto, P. C. S. V. *Paternidade na sociedade contemporânea: o envolvimento paterno e as mudanças na família* (pp. 81-100). Curitiba: Juruá.
- Botton, A. Cúnico, S. D. Barcinski, M., & Strey, M. N (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando famílias*, 19(2), 43-56.
- Botton, A., Cúnico, S. D. & Strey, M. N. (2017). Diferenças de gênero no acesso aos serviços de saúde: problematizações necessárias. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 25(1) 67-72. Doi:10.15603/2176-1019/mud.v25n1p67-72
- Bouchard, G. (2012). Intergenerational transmission and transition to fatherhood: A mediated-moderation model of paternal engagement. *Journal of Family Psychology*, 26(5), 747-755. Doi: 10.1037/a0029391
- Bowlby, J. (1990). *Apego e perda: apego - a natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, vol. 1.
- Brandth, B. & Kvande, E. (2019). Workplace support of fathers' parental leave use in Norway. *Community, Work & Family*, 22(1), 43-57.
- Braide, A. S. G., Brilhante, A. V. Arruda, C. N., Mendonça, F. A. C., Caldas, J. M. P., Nations, K. M. Diógenes, K. C. B. M. & Amorim R. F. (2018). Sou homem e pai sim! (Re)construindo a identidade masculina a partir da participação no parto. *Rev Panamericana Salud Publica*, 42, 1-7. Doi:10.26633/RPSP.2018.190
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Editora do Senado.
- Brasil. (2005). Lei n. 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a lei n° 8.080 de 19 de setembro de 1990, para garantir as parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- Brasil. (2008). Lei n° 11.770, de 09 de setembro de 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2015). *Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar*. 2ª Ed. Brasília. (Cadernos de Atenção Básica, 23).

- Brasil. (2016). Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e dá outras providências.
- Brasileiro, R. F., Jablonski, B. B., & Feres-Carneiro, T. (2002). Papéis de gênero, transição para a paternidade e a questão da tradicionalização. *Psico*, 33(2), 289-310.
- Brito, R. S. & Oliveira, E. M. F. (2006). Aleitamento materno: mudanças ocorridas na vida conjugal do pai. *Revista Gaúcha Enferm.*, 27(2), 193-202.
- Brito, J. G. C., Barbosa, M. J. L., Araujo, K. G., Silva, D. S. & Cavalcante, N. B. (2020). A presença paterna no aleitamento exclusivo. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 14(52), 799-812.
- Brown, G. L., Kogan, S. M., & Kim, J. (2018). From fathers to sons: the intergenerational transmission of parenting behavior among african american young men. *Family Process*, 57, 165-180. Doi: 10.1111/famp.12273
- Bustamante, V. (2019). Participação paterna no cuidado durante o primeiro ano de vida. *Pensando famílias*, 23(1), 89-104.
- Bustamante, V. & Gama, E. S. S. (2020). Homens e cuidado infantil: estudo de casos em Salvador, Bahia. *Revista de Psicologia*, 11(2) 90-99. Doi: 10.36517/revpsiufc.11.2.2020.9
- Cabrera, N. J. (2019). Father involvement, father-child relationship, and attachment in the early years. *Attachment & Human Development*, 22(1), 134-138. Doi: 10.1080/14616734.2019.1589070
- Caires, T. L. G., & Vargens, O. M. C. (2012). A exclusão do pai da sala de parto: uma discussão de gênero e poder. *Revista de Enfermagem Referência*, III(7), 159-168.
- Campos, L. P. L. (2006). As repercussões psicológicas da gravidez ao pai. *Mental*, IV(7), 147-160.
- Campos, R. B., Leal, A. E. F., Holanda, J. B. L., Trindade, R. F. C., Sponholz, F. G. & Ferreira, A. S. (2020). As representações sociais de mulheres que vivenciam sexualidade e amamentação. *Brazilian Applied Science Review*, 4(4), 2382-2397.
- Cardoso, V. E. P. S., Junior, A. J. S., Bonatti, A. F., Soares dos Santos, G. W. & Ribeiro, T. A. N. (2018). A participação do parceiro na rotina pré-natal sob

- a perspectiva da mulher gestante. *Rev Fund Care Online*. 10(3):856-862. Doi:10.9789/2175-5361.2018.v10i3.856-862.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In B. Carter & M. McGoldrick, (Orgs.) *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp.7-29). Porto Alegre: Artmed.
- Carvalho, A. M. A., Franco, A. L. S., Costa, L. A. F., & Oiwa, N. N. (2012). Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas. In M. G. Castro, A. M. A. Carvalho, & L. V. C. Moreira (Orgs.), *Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos* (pp. 63-110). Salvador, BA: EDUFBA.
- Carvalho, A. B. (2016). Políticas de apoio à família e à paternidade: uma visão comparada entre as políticas norte-americanas e brasileiras. In Moreira, L. V. C. Rabinovich, E. P. & Zucoloto, P. C. S. V. (Org.) *Paternidade e sociedade contemporânea: o envolvimento paterno e as mudanças na família* (pp. 315-333). Curitiba, PR: Juruá.
- Carvalho, M. V., Flores, N. L. & Carneiro, R. A. (2019). O direito à licença-maternidade e paternidade dos casais homoafetivos constituídos por mulheres. *Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça*, 8(1), 1-5.
- Caruso de Azevedo, L. J. & Brandão, E. P. (2019). Trauma e a transmissão psíquica geracional. *Ágora* 22(1), 8-18.
- Castoldi, L., Gonçalves, T. R. & Lopes, R. C. S. (2014). Envolvimento paterno da gestação ao primeiro ano de vida do bebê. *Psicologia em Estudo*, 19(2), 247-259. Doi: 10.1590/1413-737222105008
- Capucho, L. B., Forechi, L., Lima, R. C. D., Massaroni, L. & Primo, C. C. (2017). Fatores que interferem na amamentação exclusiva. *Revista Brasileira de Pesquisa e Saúde*, 19(1), 108-113.
- Cavalcant, M. A. A. & Tsunechiro M. A. (2018). O comportamento paterno na consulta pré-natal. *Revista Paulista de Enfermagem*, 29(1),39-46.
- Cavalcanti, T. R. L. & Holanda, V. R. (2019). Participação paterna no ciclo gravídico-puerperal e seus efeitos sobre a saúde da mulher. *Enfermagem em Foco*, 10(1), 93-98.
- Cherer, E. Q., Ferrari, A. G. & Piccinini, C. A. (2016). A amamentação e o desmame no processo de tornar-se pai. *Estilos da Clínica*, 21(1), 12-29.

- Cherer, E. Q., Sonogo, J. C., Piccinini, C. A., & Lopes, R. C. S. (2018). A experiência da paternidade ao final do primeiro ano de vida do bebê. *Psico*, 49(2), 127-136. Doi: 10.15448/1980-8623.2018.2.26574
- Chora, M., Monteiro, L., Ramos, M. & Amaral, R. (2019). Um olhar sobre o papel do pai na compreensão emocional das crianças: os estilos parentais e práticas de socialização das emoções negativas. *Psicologia*, 33(1), 19-32. Doi: 10.17575/rpsicol.v33i1.1372
- Colleti, M., & Scorsolini-Comin, F. (2015). Pais de primeira viagem: a experiência da paternidade na meia-idade. *Psico*, 46(3), 374-385. Doi: 10.15448/1980-8623.2015.3.19335.
- Cools, S.; Fiva, J. H. & Kirkeboen, L. J. (2015). Causal effects of paternity leave on children and parents. *The Scandinavian Journal of Economics*, 117(3), 801-828.
- Cortez, M. C., Machado, N. M., Trindade, Z. A. & Souza, L. G. S. (2016). Profissionais de saúde e o (não)atendimento ao homem-pai: análise em representações sociais. *Psicologia em Estudo*, 21(1), 53-63. Doi:10.4025/psicoestud.v21i1.28323
- Corrêa, M. S. M., Feliciano, K. V. O., Pedrosa, E. N. & Souza, A. I. (2017). Acolhimento no cuidado à saúde da mulher no puerpério. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(3)2-12. Doi: 10.1590/0102-311x00136215
- Cornish D. L. & Dobie, S. R. (2018). Social support in the "fourth trimester": a qualitative analysis of women at 1 month and 3 months postpartum. *The Journal of Perinatal Education*, 27(4),233-242. Doi: 10.1891/1058-1243.27.4.233
- Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (2016). Transições familiares normativas, qualidade da relação do casal e o desenvolvimento sadio dos filhos. In F. Walsh (Org.). *Processos normativos da família: diversidade e complexidade* (pp. 428-451). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Cramer, B. (1993). Are postpartum depressions a mother-infant relationship disorder? *Infant Mental Health Journal*, 14(4), 283-297. Doi: 10.1002/1097-0355
- Crepaldi, M. A., Andreani, G., Hammes, P. S., Ristof, C. D. & Ribeiro de Abreu, S. (2006). A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção de mães. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 579-587.

- Cruz, T. A. R., Santos, E. M. S., Silva, F. C., Reis, M. C. S. & Silva, Â. C. D. (2019). Perfil sociodemográfico e participação paterna nos cuidados diários de crianças com microcefalia. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(3), 602-614. Doi: 10.4322/2526-8910.ctoao1830
- Cursino, T. P. & Benincasa, M. (2020). Parto domiciliar planejado no Brasil: uma revisão sistemática nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(4), 1433-1444. Doi: 10.1590/1413-81232020254.13582018
- Dal-Rosso, G. R., Silva, S. O., Pieszak, G. M., Ebling, S. B. D. & Silveira, V. N. (2019). Experiências narradas por homens no exercício da paternidade: rompendo paradigmas. *Revista de Enfermagem UFSM*, 9(3),1-18. Doi: 10.5902/2179769228653
- Damiani, C. C., & Colossi, P. M. (2015). A ausência física e afetiva do pai na percepção dos filhos adultos. *Pensando famílias*, 19(2), 86-101.
- DeMontigny, F., Lacharité, C., Devault, A., St-Arneault, K., Girard, M., Vachon, É. & Gervais, C. (2012). Perspectives de pères d'un enfant alimenté autrement dans une société valorisant l'allaitement maternel. *Nouvelles pratiques sociales*, 25(1), 90-106.
- DeMontigny, F., Larivière-Bastien, D., Gervais, C., St-Arneault, K., Dubeau, D. & Devault, A. (2016). Fathers' perspectives on their relationship with their infant in the context of breastfeeding. *Journal of Family Issues*, 38(8), 1-25.
- Devreux, A. M. (2006). A paternidade na França: entre igualização dos direitos parentais e lutas ligadas às relações sociais de sexo. *Sociedade e Estado*, 21(3), 607-624.
- Driver, J., Tabares, A., Shapiro, A. F., & Gottman, J. M. (2016). Interação do casal em casamentos com altos e baixos níveis de satisfação. In F. Walsh (Org.). *Processos normativos da família: diversidade e complexidade* (pp. 57-77). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Donath, O. (2017). *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Eddy, B., Poll, V., Whiting, J. & Clevesy, M. (2019). Forgotten fathers: postpartum depression in men. *Journal of Family Issues*, 40(8), 1001-1017. Doi: 10.1177/0192513X19833111
- Fernandes de Oliveira, E. M. & Britto, R. S. (2009). Ações de cuidado desempenhadas pelo pai no puerpério. *Esc. Anna Nery*, 13(3), 595-601.

- Fernandes, R. B., Silveira, R. A. M. & Marques, A. G. (2017). Formação do vínculo materno-fetal e a influência da assistência pré-natal. *Centro Científico Conhecer*, 14(2), 140-150.
- Ferreira, L.S., Leal, I., & Maroco, J. (2010). Sintomatologia de couvade e o envolvimento paterno vivenciado durante a gravidez. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 11(2), 251-269.
- Fiamoncini, A. A. & Reis, M. M. F. (2018). Sexualidade e gestação: fatores que influenciam na expressão da sexualidade. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 29(1), 91-102. Doi: 10.35919/rbsh.v29i1.49
- Fidelis, D. Q., Falcke, D. & Mosmann, C. P. (2017). Conjugalidade e coparentalidade tardia. *Ciencias Psicológicas*, 11(2), 189-199. Doi: 10.22235/cp.v11i2.1490
- Filipa, C., Oliveira, A. & Fontaine, A. M. (2020). Mães cuidadoras, pais imperfeitos: diferenças de gênero numa revista portuguesa para mães e pais. *Ex aequo*, (41), 179-94. Doi: 10.22355/exaequo.2020.41.11
- Fiterman, H. & Moreira, L.V.C. (2018). O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. *Polis (Santiago)*, 17(50), 47-68. Doi: 10.4067/S0718-65682018000200047
- Francisco, B. S., Souza, B. S., Vitória, M. L., Zampieri, M. F. M. & Gregório, V. R. P. (2015). Percepções dos pais sobre suas vivências como acompanhante durante o parto e nascimento. *Revista Mineira de Enfermagem*, 19(3), 567-575.
- Freitas, W. M. F.; Coelho, E. A. C., & Silva, A. T. M. C. (2007). Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(1), 137-145. Doi: 10.1590/S0102-311X2007000100015
- Freitas, A. M. & Ribeiro, K. S. (2018). Influência das habilidades sociais conjugais na satisfação de casais com relações duradouras. *Revista Eletrônica da Reunião Anual de Ciência*, 8(1), 1-25.
- Freud, S. (1933). Feminilidade. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, p. 113-134). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Frizzo, G. B., Schmidt, B., Vargas, V. & Piccinini, C. A. (2019). Coparentalidade no contexto de depressão pós-parto: um estudo qualitativo. *Psico-USF*, 24(1), 85-96. Doi: 10.1590/1413-82712019240107

- Gabriel, M. R. & Dias, A. C. G. (2011). Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. *Estudos de Psicologia*, 16(3), 253-261.
- Gabriel, R., Silva, M. R., Portugal, P. & Piccinini, C. A. (2015). Depressão pós-parto materna e o envolvimento paterno no primeiro ano do bebê. *Aletheia*, 46, 50-65.
- Gaedtke, K. M. (2019). Afeto e cuidado nas relações entre humanos e seus animais de estimação. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 24(3), 84-99. Doi: 10.5433/2176-6665.2019.3V24N3P84
- Garcia, C. F. & Viecili, J. (2018). Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 271-280. Doi: 10.22409/1984-0292/v30i2/5541
- Gomes, I. E. M., Padoin, S. M. M., Langendorf, T. F., Paula, C. C., Gomes, C. A., Ribeiro, A. C. (2019). Benefícios da presença do acompanhante no processo de parto e nascimento: revisão integrativa. *Revista de Enfermagem UFSM*, 9(61), 1-18. <https://doi.org/10.5902/2179769234170>
- Greinert, B. R., Carvalho, E. R., Capel, H., Marques, A. G. & Milani, R. G. (2018). A relação mãe-bebê no contexto da depressão pós-parto: estudo qualitativo. *Revista Saúde Pesquisa*, 11(1), 81-88. Doi: 10.17765/2176-9206.2018v11n1p81-88
- Guimarães, D. M & Oliveira, Z. M. (2015). Gestação e sexualidade: implicações no relacionamento conjugal. *Rev. Enf. UFPE*, 9(4), 29-37. Doi: 10.5205/reuol.6235-53495-1-RV.0904supl201507
- Hedwig J. A. van Bakel., & Ruby A. S. Hall (2020) The Father-infant relationship beyond caregiving sensitivity. *Attachment & Human Development*, 22(1), 27-31. Doi: 10.1080/14616734.2019.1589058
- Henz, G. S., Medeiros, C. R. G. & Salvadori M. (2017). A inclusão paterna durante o pré-natal. *Revista de Enfermagem e Atenção a Saúde*, 6(1), 52-66. Doi:10.18554/reas.v6i1.2053
- Huss, B. & Pollmann-Schult, M. (2020). Relationship satisfaction across the transition to parenthood: the impact of conflict behavior. *Journal of Family*, 41(3) 383-411. Doi: 10.1177/0192513X19876084

- Iaconelli, V. (2020). Sobre as origens: muito além da mãe. In Taperman, D., Garafa, T. & Iaconelli, V. (Orgs.). *Parentalidade* (pp. 11-22). Belo Horizonte: Autêntica.
- Insfran & Muniz (2020). Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. *Diversitates International Journal*, 12(2), 26-47.
- Instituto Promundo. (2016). *A situação da paternidade no Brasil*. Washington, D.C.: International Center for Research on Women (ICRW) e Rio de Janeiro: Instituto Promundo.
- Jader, M. E., & Bottoli, C. (2011). Paternidade: vivência do primeiro filho e mudanças familiares. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(1), 141-153.
- Jesus, K. F. & Ávila, M. C. A. D. (2019). Mulheres: retrocesso ou avanço dos direitos no mundo contemporâneo? In: Pacheco, C. J., Silva, C. M. G., Souza, D. A., Serrano, P. J. & Amorim, U. A. F. (Org.). *Direitos, minorias e inclusão social* (pp. 83-97). Volta Redonda: FOA.
- Johnsen, H., Stenback, P., Halldén, B., Crang Svalenius, E., & Persson, E. K. (2017). Nordic fathers' willingness to participate during pregnancy. *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 35(3), 223-235. Doi: 10.1080/02646838.2017.1297890
- Johansson, M., Benderix, Y. & Svensson, I. (2020). Mothers' and fathers' lived experiences of postpartum depression and parental stress after childbirth: a qualitative study. *International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being*, 15(1), 1-10. Doi: 10.1080/17482631.2020.1722564
- Kerr, D. C. R., Capaldi, D. M., Pears, K. C., & Owen, L. D. (2009). A prospective three generational study of fathers' constructive parenting: Influence from family of origin, adolescent adjustment, and offspring temperament. *Developmental Psychology*, 45, 1257–1275. Doi: 10.1037/a0015863
- Konicheckis, A. (2004). Se construire un père: Julien, l'enfant qui en avait trois. In: Dugnat, M. (Org.) *Devenir père, devenir mère*. ERES, 147-155.
- Krob, A. D., Piccinini, C. A., & Silva, M. R. (2009). A transição para a paternidade: da gestação ao segundo mês de vida do bebê. *Psicologia USP*, 20(2), 269-291. Doi: 10.1590/S0103-65642009000200008
- Krob, A. D., Godoy, J., Leite, K. P. & Mori, S. G. (2017). Depressão na gestação e no pós-parto e a responsividade materna nesse contexto. *Revista Psicologia e Saúde*, 9(3), 3-16. Doi.org/10.20435/pssa.v9i3.565

- Lamb, M. E. (2010). How do fathers affect children's development?: Let me count the ways. In M. E. Lamb (Org.), *The role of the father in child development* (5th ed., pp. 01-26). New York, USA: Wiley.
- Lamb, M. E., & Tamis-Lemonda, C. S. (2004). The role of the father: an introduction. In M. E. Lamb (Org.), *The role of the father in child development* (4th ed., pp. 01-31). New York, USA: John Wiley & Sons.
- Laqueur, T. W. (1992). Los hechos de la paternidade. *Debate Feminista*, 3(6), 119-141.
- Leite, M. S., Souza, P. C. F., Silva, R. N. S., Souza, A. R. G. & Martinez, A. C. (2017). Princípio da isonomia e a equiparação da licença-maternidade à licença-paternidade. *Revista de Direito da Universidade Braz Cubas*, 1(1), 1-14.
- Levandowski, D. C. (2001). Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. *Estudos de Psicologia*, 6(2), 195-209.
- Lima, A., Serôdio, R. G. & Cruz, O. (2008). Filho és, pai serás... A percepção retrospectiva dos homens acerca das formas de envolvimento do seu próprio pai e suas consequências desenvolvimentais. *INFAD Revista de Psicologia*, 1(4), 101-112.
- Lima, J. P., Cazola, L. H. O. & Picoli, R. P. (2017). A participação do pai no processo de amamentação. *Cogitare Enfermagem*, 22(1), 01-07.
- Lima, A. P. C., Nascimento, D. S. & Martins, M. M. F. (2018). A prática do aleitamento materno e os fatores que levam ao desmame precoce: uma revisão integrativa. *J. Health Biol Sci.* 6(2),189-196. Doi:10.12662/2317-3076jhbs.v6i2.1633.p.189-196.2018
- Lopes, R. C. S., Prochnow, L. P. & Piccinini, C. A. (2010). A relação da mãe com suas figuras de apoio femininas e os sentimentos em relação à maternidade. *Psicologia em Estudo*, 15(2), 295-304.
- Lyra, J., Leão, L. S., Lima, D. C., Targino, P., Crisóstomo, A., & Santos, B. (2015). Homens e cuidado: uma outra família?. In A. R. Acosta, M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família, redes, laços e políticas públicas* (pp. 91-106). São Paulo: Cortez.
- Lwanga, H., Atuyambe, L., Sempewo, H., Lumala, A. & Byaruhanga, R. N. B. (2017). An exploratory study of men's companionship, perceptions and

- experiences during pregnancy and delivery in Uganda. *Pregnancy Childbirth* 17(196), 2-8. Doi: 10.1186/s12884-017-1385-6
- Marques, S. S. (2015). Ampliar a licença-paternidade para despatriarcalizar o estado e a sociedade. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito*, 1, 241-260.
- Martello, N. V., Wilhelm, L. A., Cremonese, L., Prates, L. A., Timm, M. S. & Ressel, L. B. (2017). Práticas de cuidado realizadas pelo companheiro na perspectiva da gestante. *Rev Enferm UFPE*, 11(Supl. 11):4574-4578.
- Martins, C. A.; Abreu, W. J. C. P. & Figueiredo, M. C. A. B. (2017). Tornar-se pai ou mãe: o desenvolvimento do processo parental. *Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 6(4), 146-161. Doi: 10.21664/2238-8869.2017v6i4.p146-161
- Matos, M. G., Magalhães, A. S., Féres-Carneiro, T. & Machado, R. N. (2017a). Construindo o vínculo pai-bebê: a experiência dos pais. *Psico-USF*, 22(2), 261-271. Doi: 10.1590/1413-82712017220206
- Matos, M. G., Magalhães, A. S., Féres-Carneiro, T. & Machado, R. N. (2017b). Gestação paterna: uma experiência subjetiva. *Barbarói*, 49, 147-165. Doi:10.17058/barbaroi.v0i49.8513
- Matos, M. G. & Magalhães, A. S. (2019). Ser pai na contemporaneidade: demandas contraditórias. *Psicologia Revista*, 28(1), 151-173. Doi: 10.23925/2594-3871.2019v28i1p151-173
- Mazzo, C. M. F. & Almeida, J. M. T. (2020). O significado de ser pai na atualidade: um estudo na abordagem gestáltica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 26(1), 26-37. Doi: 10.18065/RAG.2020v26n1
- McGoldrick, M. & Shibusawa, T. (2016). O ciclo vital familiar. In F. Walsh (Org.). *Processos normativos da família: diversidade e complexidade* (pp. 375-398). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Medeiros, C. R. G. & Santos, B. R. L. (2009). As vivências da família no retorno ao lar com o primeiro filho. *Revista Ciência & Saúde*, 2(1), 16-24.
- Melo, R. M., Angelo, B. H. B., Pontes, C. M., & Brito, R. S. (2015). Conhecimento de homens sobre o trabalho de parto e nascimento. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 19(3), 454-459. Doi:10.5935/1414-8145.20150060

- Melo, M. G. S.; Fenner, P. C.; Abaid, J. L. W.; Kruehl, C. S. (2020). O cuidado ao bebê e a construção da parentalidade: o pai em foco. *Research, Society and Development*, 9(1), 1-18. Doi: 10.33448/rsd-v9i1.1595.
- Mendes, T. R. & Pereira, V. T. (2019). Casais que optam por não ter filhos: entre escolhas e expectativas. *Diaphora*, 8(1), 24-31.
- Mendes, S. C. & Santos, K. C. B. (2019). Pré-natal masculino: a importância da participação do pai nas consultas de pré-natal. *Enciclopédia Biosfera*, 16(29), 2120-2133. Doi:10.18677/EnciBio_2019A163
- Menezes, M. L., Scorsolini-Comin, F. & Santeiro, T. V. (2019). Envolvimento paterno na relação mãe-bebê: revisão integrativa da literatura. *Psicologia em Revista*, 25(1), 19-39. Doi: 10.5752/P.1678-9563.2019v25n1p19-39
- Mindell, J., Leichman, E. S., Composto, J., Lee, C., Bhullar, B. & Walters, R. M. (2016). Development of infant and toddler sleep patterns: real-world data from a mobile application. *Journal Sleep Research*, 25(5), 508-516. Doi: 10.1111/jsr.12414
- Ministério da Saúde (2017). *II Relatório da Pesquisa Saúde do Homem, Paternidade e cuidado no Brasil*. Coordenação Nacional de Saúde do Homem, Brasília-DF.
- Monteiro, L. Torres, N. & Quiroz, F. S. (2019). Preditores do envolvimento paterno numa amostra de famílias portuguesas: o papel das crenças parentais. *Suma Psicológica*, 26(2), 94-102.
- Mozzaquatro, C. O. & Arpini, D. M. (2017). Planejamento familiar e papéis parentais: o tradicional, a mudança e os novos desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 923-938. Doi: 10.1590/1982-3703001242016
- Murray, F. L., & Hwang, S. H. (2020). Exploring parenting influences: married African American fathers' perspectives. *The Qualitative Report*, 25(2), 553-568.
- Mussumeci, A. A. & Ponciano, E. L. T. (2019). Ciclo de vida conjugal: momentos de estresse previsíveis e imprevisíveis ao longo do casamento. *Psicologia em Revista*, 25(3), 1171-1193.
- Muzio, P. (1998). Paternidade (Ser pai)... Para que serve?. In P. Silveira (Org.), *Exercício da paternidade* (pp. 165-174). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Nascimento, A. O., Marcelino, P. H. R., Vieira, R. S. & Lemos, A. (2019). A importância do acompanhamento paterno no pós-parto e o exercício da

- paternidade. *Rev Fund Care*, 11,(n.esp), 475-480. Doi: 10.9789/2175-5361.2019.v11i2.475-480
- Neves, D. R. & Nascimento, R. P. (2017). A divisão entre trabalho, família e organizações para casais de dupla jornada. *Economia e Gestão*, 17(48), 157-173.
- Nogueira, J. R. D. F. & Ferreira, M. (2012). O envolvimento do pai na gravidez/parto e a ligação emocional com o bebê. *Revista de Enfermagem Referência*, III(8), 57-66. Doi:10.12707/RIII1214
- Padila, M. A. R. (2001). La paternidad y el mundo de los afectos. *Revista FEM*, 25(219), 01-08.
- Pasinato, L. & Mosmann, C. P. (2016). Transição para a parentalidade e a coparentalidade: casais que os filhos ingressaram na escola ao término da licença-maternidade. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 34(1), 129-142.
- Pereira-Silva, N. L. (2015). Estresse e ajustamento conjugal de casais com filho(a) com síndrome de down. *Interação Psicol.*, 19(2), 225-234.
- Pereira, A. S., Dutra-Thomé, L. & Koller, S. H. (2016). Habilidades sociais e fatores de risco e proteção na adultez emergente. *Psico*, 47(4), 268-278. Doi: 10.15448/1980-8623.2016.4.2339
- Pereira, R. M., Fonseca, G. O., Pereira, A. C., Gonçalves, G. A. & Mafra R. A. (2018). Novas práticas de atenção ao parto e os desafios para a humanização da assistência nas regiões sul e sudeste do Brasil. *Ciências Saúde Coletiva*, 23(11), 3517-3524. Doi: 10.1590/1413-812320182311.07832016
- Pereira, R. C., Reckziegel, J. C. L. & Agostinetti, L. (2019). Ambiente, cuidados e descuidados: desenvolvendo ações de educação relacionadas à saúde do homem. *Estudos Interdisciplinares em Saúde*, 8(1), 136-150. Doi: 10.33362/ries.v8i1.1478
- Piccinini, C. A., Levandowski, D. C., Gomes, A. G., Lindenmeyer, D. & Lopes, R. S. (2009). Expectativas e sentimentos de pais em relação ao bebê durante a gestação. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26(3), 373-382. Doi: 10.1590/S0103-166X2009000300010
- Piccinini, C. A., Silva, M. R., Gonçalves, T. R., Lopes, R. S. & Tudge J. (2012). Envolvimento paterno aos três meses de vida do bebê. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 303-314.

- Pimentel, R. J. Z. & Franco, A. B. (2017). Licença-parental: uma releitura das leis trabalhistas no que se refere à licença-maternidade, à licença-paternidade e à garantia de emprego da gestante. *Revista Científica Univiçosa*, 9(1), 1-6.
- Planalp, E. & Braungart-Rieker, J. (2015). Determinants of father involvement with young children: Evidence from the early childhood longitudinal study birth cohort. *Journal of Family Psychology*, 30(1), 135-146.
- Pollmann-Schult, M. (2014). Parenthood and life satisfaction: why don't children make people happy?. *Journal of Marriage and Family*, 76(2), 319-336. Doi: 10.1111/jomf.12095
- Prado, J., & Abrão, J. (2014). Paternidade: um estudo sobre pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro. *Colloquium Humanarum*, 11(1), 94-112.
- Queiroz, A. S. G., Almeida, M. S. N. & Nonato, C. (2019). Brincadeiras infantis e modernidade: brinquedos têm gênero? In Pereira, D. *Diversidade: diferentes, não desiguais* (pp. 81-87). Atena Editora.
- Rabinovich, E. P. (2016). Autoridade e família. In L. V. C. Moreira, E. P. Rabinovich & P. C. S. V. Zucoloto (Org.) *Paternidade e sociedade contemporânea: o envolvimento paterno e as mudanças na família* (pp. 53-63). Curitiba, PR: Juruá.
- Ramires, V. (1997). *O exercício da paternidade hoje*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos.
- Ramos, B. D. E., Rocha, I. M. S. & Lima, A. L. S. (2018). Parto domiciliar planejado: um relato de experiência. *Revista Recien*, 8(22),42-52. Doi:10.24276/rrecien2358-3088.2018.8.22.42-52
- Rapoport, A. & Piccinini, C. A. (2011). Maternidade e situações estressantes no primeiro ano de vida do bebê. *Psico-USF*, 16(2), 215-225. Doi: 10.1590/S1413-82712011000200010
- Rauch-Anderegg, V., Kuhn, R., Milek, A., Halford, K. & Bodenmann, G. (2020). Relationship behaviors across the transition to parenthood. *Journal of Family Issues*, 41(4), 483-506. Doi: 10.1177/0192513X19878864
- Reis, T. A., Dias, A. S., Oliveira, E. O., Costa, J. O., Cremonezi, G. O. & Spers, V. R. E. (2018). Desafios e conflitos da mulher na busca da ascensão na carreira profissional. *Revista de Carreiras & Pessoas*, 8(3), 398-412. Doi: 10.20503/recape.v8i3.36820

- Rêgo, R. M. V., Souza, Â. M. A., Rocha, T. N. A. & Alves, M. D. S. (2016). Paternidade e amamentação: mediação da enfermeira. *Acta Paulista de Enfermagem*, 29(4), 374-380. Doi: 10.1590/1982-0194201600052
- Ribeiro, J. P., Gomes, G. C., Silva, B. T., Cardoso, L. S., Silva, P. A., & Strefling, I. S. S. (2015). Participação do pai na gestação, parto e puerpério: refletindo as interfaces da assistência de enfermagem. *Revista Espaço para a saúde*, 16(3), 73-82. Doi: 10.22421/1517-7130.2015v16n3p73
- Ribeiro, C. R., Gomes, R., & Moreira, M. C. N. (2015). A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero. *Ciência e Saúde Coletiva*, 20(11), 3589-3598.
- Ribeiro, C. R., Gomes, R., & Moreira, M. C. N. (2017). Encontros e desencontros entre a saúde do homem, a promoção da paternidade participativa e a saúde sexual e reprodutiva na atenção básica. *Physis*, 27(1), 41-60.
- Rimes, K. A., Oliveira, M. I. C. & Boccolini, C. S. (2019). Licença-maternidade e aleitamento materno exclusivo. *Revista Saúde Pública*, 53(10), 1-12. Doi: 10.11606/S1518-8787.2019053000244
- Rocha-Coutinho, M. L. (2015). Investimento da mulher no mercado de trabalho: repercussões na família e nas relações de gênero. In Féres-Carneiro, T. (Org.). *Família e casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos* (pp. 103-118). Rio de Janeiro: Prospectiva.
- Rocha, F. A. & Fensterseifer, L. (2019). A função do relacionamento sexual para casais em diferentes etapas do ciclo de vida familiar. *Contextos Clínicos*, 12(2), 560-583. Doi: 10.4013/ctc.2019.122.08
- Rodrigues, M. M., & Trindade, Z. A. (1999). Em nome do pai e do filho: relações afetivas e instrumentais. In Z. A. Trindade, & E. B. Bortoli (Orgs.), *Pesquisa em psicologia: recriando métodos* (pp. 125-138). Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Romagnolo, A. N., Costa, A. O., Souza, N. L., Somera, V. C. O., & Benincasa, M. (2017). A família como fator de risco e de proteção na gestação, parto e pós-parto. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 38(2), 133-146. Doi:10.5433/1679-0383.2017v38n2p133
- Samara, E. M. (2004). *A família brasileira*. São Paulo, SP: Brasiliense.

- Santos, V. O. & Ghazzi, M. S. (2012). A transmissão psíquica geracional. *Psicologia: ciência e profissão*, 32(3), 632-647. Doi: 10.1590/S1414-98932012000300009
- Santos, S. M. C. B. & Moreira, L. V. C. (2016). *Estresse, trabalho e envolvimento paterno na contemporaneidade*. Curitiba: Juruá.
- Santos, C. V. M. & Antúnez, A. E. A. (2018). Paternidade afetivamente inscrita: modalidades de interação na relação pai-bebê. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(1), 224-238.
- Santos, L. R. S. & Trindade, C. A. (2019). Filho da mãe! Contradições feministas da maternidade. *Trapiche - Educação, Cultura & Artes*, 3(1), 78-84.
- Santos, C. V. M., Campana, N. T. C. & Gomes, I. C. (2019). Cuidado parental igualitário: revisão de literatura e construção conceitual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35311, 1-12. Doi: 10.1590/0102.3772e35311
- Scaglia, A. P., Mishima-Gomes, F. K. T. & Barbieri, V. (2018). Paternidade em diferentes configurações familiares e o desenvolvimento emocional da filha. *Psico-USF*, 23(2), 267-278. Doi:10.1590/1413-82712018230207
- Schmidt, B., Bolze, S. A. D., Vieira, M. L. & Crepaldi, M. A. (2015). Relacionamento conjugal e características sociodemográficas de casais heteroafetivos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(3), 871-890. Doi: 10.12957/epp.2015.19417
- Schmidt, B., Arenhart, V. S., Lopes, R. de C. S., & Piccinini, C. A. (2019). Coparentalidade aos três meses de vida do bebê. *Psico*, 50(1), 1-11. Doi: 10.15448/1980-8623.2019.1.28043
- Schuster, H., & Gemelli, W. (2020). A efetividade da extensão da licença paternidade como meio para proteção do desenvolvimento do indivíduo. *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc*, 5, e25605.
- Shaffer, A., Burt, K. B., Obradović, J., Herbers, J. E., & Masten, A. S. (2009). Intergenerational continuity in parenting quality: The mediating role of social competence. *Developmental Psychology*, 45, 1227-1240. Doi: 10.1037/a0015361
- Shears, J., Summers, J. A., Boller, K., & Barclay-McLaughlin, G. (2006). Exploring fathering roles in low-income families: the influence of intergenerational transmission. *Families in Society: The Journal of*

- Contemporary Social Services, 87(2), 259-268. Doi: 10.1606/1044-3894.3519
- Silva, B. T., Santiago, L. B. & Lamonier, J. A. (2012). Apoio paterno ao aleitamento materno: uma revisão integrativa. *Revista Paulista de Pediatria*, 30(1), 122-130. Doi: 10.1590/S0103-05822012000100018
- Silva, C. S. & Carneiro, M. (2014). Adaptação à parentalidade: o nascimento do primeiro filho. *Revista de Enfermagem Referência*, IV(3), 17-26. Doi: 10.12707/RIII13143
- Silva, M. B. & Stamato, M. I. C. (2016). Importância da figura paterna no desenvolvimento infantil: uma visão dos pais. *Leopoldianum*, 116, 149-166.
- Simão, A. B. (2019). Entre o ideal e o real: percepções e práticas acerca da divisão de atividades domésticas e de cuidados no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos e População*, 36, 1-7. Doi: 10.20947/S0102-3098a0078
- Siqueira, L., Melo, M., & Moraes, R. (2019). Pós-parto e sexualidade: perspectivas e ajustes maternos. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 9, e58. Doi: 10.5902/2179769233495
- Souza, L. P. & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139. Doi: 10.1590/S0103-40142016.30870008
- Souza, S. R. R. K. & Gualda, D. M. R. (2016). A experiência da mulher e de seu acompanhante no parto em uma maternidade pública. *Texto Contexto Enfermagem*, 25(1), 1-9. Doi: 10.1590/0104-0707201600004080014
- Sorj, B. & Fraga, A. (2019). Leave policies and social inequality in Brazil. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 40(5/6), 515-526. Doi: 10.1108/IJSSP-07-2019-0141
- Spellmann, S. (2016). A luta pelo direito do cuidado de outrem: a evolução histórica da licença-maternidade e a expansão da licença-paternidade no Brasil. *Rev. Fac. Direito São Bernardo do Campo*, 22(2) 1-24.
- Stasio, S.; Boldrini, F., Ragni, B. & Gentile, S. (2020). Predictive factors of toddlers' sleep and parental stress. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 17(7),1-10. Doi: 10.3390/ijerph17072494
- Teixeira, L. S. & Noletto, E. Q. (2019). Desigualdades de gênero: impacto econômico na alteração da licença-paternidade e da criação da licença parental. *Consultoria Legislativa*, 1-28.

- Teston, E. F., Reis, T. S., Góis, L. M., Spigolon, D. N., Maran, E. & Marcon, S. S. (2018). Aleitamento materno: percepção do pai sobre seu papel. *Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro*, 8, e2723. Doi: 10.19175/recom.v8i0.2723
- Tissot, D. W. & Falcke, D. (2017). A conjugalidade nas diferentes etapas do ciclo vital familiar. *Quaderns de Psicologia*, 19(3), 265-276. Doi: 10.5565/rev/qpsicologia.1399
- Torres, F. Q. (2019). A criação do vínculo socioafetivo com o recém-nascido: as disparidades entre as licenças oferecidas aos pais e a importância dos laços afetivos. *Revista de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Franca*, 4(1). 219-235. Doi: 10.21207/2675-0104.2019.793
- Trage, F. T. & Donelli, T. M. S. (2020). Quem é o novo pai? Concepções sobre o exercício da paternidade na família contemporânea. *Barbarói*, 57, 141-164. Doi: 10.17058/barbaroi.v0i57.14263
- Trapp, E. H. H. & Andrade, R. S. (2017). As consequências da ausência paterna na vida emocional dos filhos. *Revista Ciência Contemporânea*, 2(1), 45-53.
- Trindade, Z., Cortez, M. B., Dornelas, K. & Santos, M. (2019). Pais de primeira viagem: demanda por apoio e visibilidade. *Saúde e Sociedade*, 28(1), 250-261. Doi: 10.1590/s0104-12902019170892
- Trillingsgaard, T., Baucom, K. J. W., & Heyman, R. E. (2014). Predictors of change in relationship satisfaction during the transition to parenthood. *Family Relations*, 63(5), 667-679. Doi: 10.1111/fare.12089
- Van der Gaag, N., Heilman, B., Gupta, T., Nembhard, C., and Barker, G. (2019). *State of the world's fathers: unlocking the power of men's care*. Washington, DC: Promundo-US.
- Véras, E. A. & Oliveira, F. P. M. (2017). Políticas públicas para a maternidade: uma análise das licenças maternidade e paternidade à luz da igualdade e da sustentabilidade social. *Revista de Direito do Trabalho*, 3(1), 115-134.
- Vieira, M. L., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Crepaldi, M. A., & Piccinini, C. A. (2014). Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(2), 36-52.
- Vieira, M. N. F. (2019). Quando morre o animal de estimação: um estudo sobre luto. *Psicologia em Revista*, 25(1), 239-257. Doi: 10.5752/P.1678-9563.2019v25n1p239-257

- Visentin, P. M. & Lhullier, C. (2019). Representações sociais da paternidade: um estudo comparativo. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(3), 305-312.
- Yargawa, J. & Leonardi-Bee, J. (2015). Male involvement and maternal health outcomes: systematic review and meta-analysis. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 69(6), 604-612. Doi: 10.1136/jech-2014-204784
- Weissmann, L. (2017). Composições familiares e filiação na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(4), 159-172.
- Winnicott, D. W. (1971). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro, RJ: LTC.
- Wray, D. (2020). Paternity leave and fathers' responsibility: evidence from a natural experiment in Canada. *Journal of Marriage and Family* 82, 534-549. Doi: 10.1111/jomf.12661
- Zaldivar, A. P.; Prates, L. A.; Perez, R. V.; Gomes, N. S. & Pilger, C. H. (2020). Vivências de casais acerca da participação do parceiro no puerpério. *Research, Society and Development*, 9(7) 1-18. Doi: 10.33448/rsd-v9i7.4510
- Zanatta, E., Pereira, C. R. R. & Alves, A. P. (2017). A experiência da maternidade pela primeira vez: as mudanças vivenciadas no tornar-se mãe. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(3), 1-16.
- Zani, M. R. & Mansano, S. R. V. (2017). Transformações institucionais: um estudo sobre os novos arranjos familiares. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 38(1), 21-34. Doi: 10.5433/1679-0383.2017v38n1p21

Anexos

Anexo I

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Instituição de origem: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Pesquisa: Paternidade e cuidado: transformações do exercício paterno na contemporaneidade
Pesquisadora responsável: Denise Bernardi
Orientadora: Terezinha Féres-Carneiro

Com este trabalho de pesquisa tem-se como objetivo investigar as transformações no exercício da paternidade contemporânea em famílias com bebês, com o intuito de explorar e discutir as mudanças nesta área, e analisar as possíveis dificuldades vivenciadas pelo homem.

Ressaltamos que a sua participação na pesquisa é voluntária, não lhe causará nenhum dano e você estará contribuindo para o estudo e aprofundamento sobre as nuances da paternidade na atualidade. Você está livre para interromper a entrevista quando assim desejar e para fazer as perguntas que julgar necessárias.

Este formulário foi elaborado em duas vias, ficando uma com a pesquisadora e a outra com você, dando seu consentimento para participar desta pesquisa. Todas as informações têm caráter confidencial e sua identidade será mantida em sigilo.

Caso você tenha interesse em saber os resultados da investigação, poderá fazer contato com a pesquisadora responsável.

Eu, _____, fui informado (a) sobre o estudo acima referido e compreendi seus objetivos. Tive a oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, o que indica meu consentimento para participar desta pesquisa.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Anexo II

Roteiro de Entrevista

1) Concepção de parentalidade

O que é ser pai para você?

Como você se descreveria como pai?

2) Participação do pai durante a gestação

Como foi a descoberta da gravidez para você?

Você desejava ter filho (s) antes do bebê nascer? Ele foi planejado?

Você acompanhou sua parceira durante as consultas de pré-natal?

Você esteve presente no parto do seu filho? De que forma (participou)?

3) Participação do pai após o nascimento do filho

Como foi a sua participação após o nascimento do seu filho?

4) Práticas de cuidado com o bebê

O que você pensa sobre a participação do pai nos cuidados do filho?

Você se incluiu na rotina de cuidado do seu filho após o nascimento?

Que atividades de cuidado você realizou/ realiza com seu filho?

De que maneira você pensa que foi se constituindo para você a noção de cuidar de uma criança?

5) Licença-paternidade

O que você pensa sobre a licença-paternidade?

Quanto tempo (horas semanais) você fica com seu filho?

Quanto tempo você acha que seria o ideal o pai ficar com seu filho após o nascimento?

6) Dificuldades enfrentadas no exercício da paternidade

O que foi mais difícil para você desde o nascimento do seu filho?

Você teve/tem dificuldades de participar da rotina diária do bebê? Quais?

7) Repercussões da paternidade na conjugalidade

A paternidade mudou a forma como você se relaciona com a sua parceira?

Como?